



**MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA NACIONAL DE ACESSIBILIDADE E PROGRAMAS
URBANOS**

Relatório de Gestão do exercício de 2014

Brasília – 2015



MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA NACIONAL DE ACESSIBILIDADE E PROGRAMAS URBANOS

Relatório de Gestão do exercício de 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº. 63/2010, IN TCU nº. 72/2013, da DN TCU nº.134/2013, DN TCU nº. 139/2014, DN TCU nº. 140/2014, DN TCU nº. 143/2015, da Portaria TCU nº. 90/2014, e das orientações do órgão de controle interno - CGU Portaria nº. 522/2015.

Unidade Individual: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos

Brasília, 2015

LISTA DE DIRIGENTES

Dilma Vana Rousseff
Presidenta da República

Gilberto Kassab
Ministro das Cidades

Luis Oliveira Ramos
Secretário Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos

Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos – SNAPU

Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano - DEAP:
Diretor Yuri Rafael Della Giustina

Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos- DAFUPR:
Diretor Substituto Thiago Galvão

Departamento de Apoio à Gestão Municipal e Territorial – DAGMT:
Diretor Daniel Rodrigo Hippler

Setor de Autarquias Sul – Asa Sul
Quadra 01, Bloco H, 7º andar, sala 705
Edifício Telemundi II
CEP: 70070-010 Brasília-DF, Brasil
Telefones: (61) 2108-1696 e 2108-1642
Fax: (61) 2108-1949
<http://www.cidades.gov.br> – politicaurbana@cidades.gov.br

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Abea	Associação Brasileira de Ensino e Arquitetura
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APP	Área de Preservação Permanente
ART	Alteração de Responsabilidade Técnica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADIN	Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal
CEF	Caixa Econômica Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGLOG	Coordenação-Geral de Logística
CGMI	Coordenação-Geral de Modernização e Informática
CGPAC	Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento
CGRH	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGU	Controladoria Geral da União
CIMCFurb	Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos
CIMCUrb	Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos
CNDI	Conselho Nacional do Direito do Idoso
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CONCIDADES	Conselho das Cidades
CPRM	Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais
CTPE	Acompanhamento do Planejamento Estratégico
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DEAP	Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
DRM	Departamento de Recursos Minerais
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
FSA	Fundo Socioambiental
FUB	Fundação Universidade de Brasília
GEPAC	Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN	Instrução Normativa
INCRA	O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LACAU	Laboratório de Análise Científica Aplicada ao Urbanismo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MME	Ministério de Minas e Energia
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MUNIC	Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros
OCI	Órgão de Controle Interno
OFSS	Orçamento Fiscal de Seguridade Social
OGU	Orçamento Geral da União

ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCPR	Prestação de Contas da Presidência Republica
PDP	Plano Diretor Participativo
PDPI	Plano Diretor Participativo Integrado
PGI	Plano de Gestão Integrada
PLC	Projeto de Lei Complementar
PLOA	Projeto da LOA
PNCC	Programa Nacional de Capacitação das Cidades
PPA	Plano Plurianual
PPA	Plano Plurianual
PPP	Planos de Providências Permanentes
RRT	Registro de Responsabilidade Técnica
SACI	Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos
SCDP	Sistema de Controle de Diárias e Passagens
SDH	Secretaria dos Direitos Humanos
SE	Secretaria Executiva
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeiro
SIASG	Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIMOU	Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIURB	Sistema de Acompanhamento de Obras
SNAPU	Secretaria Nacional de Programas Urbanos
SNDU	Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano
SPA	Síntese do Projeto Aprovado
SPOA	Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração
SRHU	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
STN/MF	Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda
TAC	Termo de ajuste de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
UFERSA	Universidade Federal da Região do Semiárido
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UJ	Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS, E FIGURAS

Título	Página
Tabela I: Itens do Anexo II que não se aplicam à realidade da UJ	10
Tabela II: Itens do Anexo II que não há informações a serem declaradas no exercício pela UJ	11
Tabela III - Acompanhamento da Execução Orçamentária da SNAPU 2012-2014 (SIAFI)	76
Tabela IV - Acompanhamento da Execução Orçamentária da SNAPU 2012-2014 (SIAFI e MCidades/SPOA	77
Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	13
Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	17
Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalístico	19
Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	21
Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA.....	32
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS.....	55
Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho.....	68
Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo De Despesa	71
Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	72
Quadro A.6.1.3.5 – despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação.....	73
Quadro A.6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	74
Quadro A.6.4 – Restos A Pagar Inscritos Em Exercícios Anteriores	78
Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	89
Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	90
Quadro a.6.5.4 – visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	91
Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ	96
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva	96
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	96
Quadro A.7.1.3- Custos do Pessoal.....	101
Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno...	108
Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno...	110
Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	112
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	113
Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	116
Figura I - Acompanhamento da Execução Orçamentária da SNAPU 2012-2014 (SIAFI)	76
Figura II - Acompanhamento da Execução Orçamentária da SNAPU 2012-2014 (SIAFI e MCidades/SPOA	77

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I – II. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	121
ANEXO II – ORGANOGRAMA FUNCIONAL	164
ANEXO III – INFORMAÇÕES RELEVANTES ACERCA DO PREENCHIMENTO E ENVIO DO RELATÓRIO DE GESTÃO (DNS TCU Nº 134/2013, Nº 139/2014, Nº 140/2014, Nº 143/2015, PORTARIA TCU Nº 90/2014 E O SISTEMA E-CONTAS).....	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 134/2013 – CONTEÚDO GERAL.....	13
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.....	13
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	13
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	14
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	17
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	19
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	21
2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	21
2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	21
2.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO	21
2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	21
2.5 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES	23
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	24
3.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	24
3.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	24
3.3 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	24
3.4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	24
3.5 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	24
3.6 MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE.....	24
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	26
4.1 INFORMAÇÕES O AMBIENTE DE ATUAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	26
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	27
5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE	27
5.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	31
5.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.....	66
5.4 INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL.....	68
5.5 INFORMAÇÕES SOBRE CUSTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	70
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	71
6.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	71
6.2 DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	78
6.3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	78
6.4 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	78
6.5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	79
6.6 SUPRIMENTO DE FUNDOS	94
6.7 RENÚNCIAS SOB GESTÃO DA UJ	94
6.8 GESTÃO PRECATÓRIOS	95
6.9 SITUAÇÃO DAS OBRAS REALIZADAS EM PARCERIA COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	95
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	96
7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	96
7.2 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS	102

7.3 DETALHAMENTO SOBRE OS CONTRATOS (VIGENTES E ENCERRADOS)	103
8 . GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	104
8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	104
8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	104
8.3 BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	104
9 . GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	105
9.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	105
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	106
11 . ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	107
11.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	107
11.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI).....	107
11.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	113
11.4 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO	113
11.5 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV	114
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	115
12.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	115
12.2 APURAÇÃO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	115
12.3 CONFORMIDADE CONTÁBIL.....	115
12.4 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	115
12.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008	116
12.6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976	116
12.7 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS.....	116
12.8 RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	117
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	118
13.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	118
14. RESULTADOS E CONCLUSÕES:	119
15. GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE	120
ANEXO I – II. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.	121
ANEXO II – ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	164
ANEXO III – INFORMAÇÕES RELAVENTES ACERCA DO PREENCHIMENTO E ENVIO DO RELATÓRIO DE GESTÃO (DNS TCU Nº 134/2013, Nº 139/2014, Nº 140/2014, Nº 143/2015, PORTARIA TCU Nº 90/2014 E O SISTEMA E-CONTAS).....	165

INTRODUÇÃO

Este documento foi elaborado de acordo com os normativos do TCU e tem como finalidade apresentar os objetivos alcançados pelos programas e ações geridos pela Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos no exercício de 2014, bem como as dificuldades enfrentadas.

Para apresentação do conteúdo, este Relatório de Gestão está estruturado em 2 partes:

- Parte A – Conteúdo Geral;
- Parte B – Conteúdo Específico.

Em atendimento à DN-TCU Nº. 134/2013, na Tabela I são apresentados os itens do Anexo II da decisão que não se aplicam à realidade da Unidade Jurisdicionada - UJ.

Tabela I: Itens do Anexo II que não se aplicam à realidade da UJ

Itens do Anexo II	Justificativa
Quadro A.1.1.2 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado; Quadro A.1.1.3 – Identificação da UJ– Relatório de Gestão Agregado; Quadro A.1.1.4 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado.	O Relatório de Gestão ora apresentado contempla somente informações individualizadas da UJ.
Subitem 2.1 – Estrutura de Governança.	A UJ não apresenta estrutura de governança, não dispendo de conselho de administração, conselho fiscal, comitê de auditoria, e nem instância de controle próprio.
Subitem 2.2 – Atuação da unidade de auditoria interna.	A UJ não possui unidade de auditoria interna.
Subitem 2.3 – Sistema de Correição.	A UJ não possui sistema de correição.
Subitem 2.5 – Remuneração Paga aos Administradores; Subitem 2.5.1 – Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal; Subitem 2.5.2 – Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos; Subitem 2.5.3 – Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos; Subitem 2.5.4 – Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores.	A UJ não possui e nem remunera administradores, membros da diretoria estatutária, conselho de administração e conselho fiscal.
Subitem 3.2 – Carta de Serviços ao Cidadão; Subitem 3.3 – Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços; Subitem 3.4 – Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada.	UJ não presta serviços ao cidadão.
Subitem 4.1 – Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada.	Considerando que a UJ é responsável apenas pela execução de políticas públicas, não atuando no mercado e nem na oferta produtos e serviços, não há informações sobre o ambiente de atuação da mesma.
Subitem 5.2.3.4 – Orçamento de Investimento – OI	A UJ não possui Orçamento de Investimento, desta forma, não possui informações a serem apresentadas neste sentido.
Subitem 5.5 – Informações sobre custos de produtos e serviços	A UJ não oferta produtos e/ou serviços.
Subitem 6.1.1 – Programação de Despesas	A UJ não é Unidade Orçamentária - UO e também não têm, entre suas unidades consolidadas ou agregadas, Unidade Gestora – UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos da LOA.
Subitem 6.1.3 – Realização da Despesa; 6.1.3.1 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total; 6.1.3.2 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação	A UJ não recebeu créditos orçamentários diretamente da LOA, somente por movimentação.

Itens do Anexo II	Justificativa
- Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ; 6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total; 6.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.	
Subitem 6.2 – Despesas com ações de publicidade e propaganda.	A UJ não realizou despesa com ações de publicidade e propaganda no ano de 2014.
Subitem 6.8 – Gestão de precatórios e quadros relacionados.	A UJ não possui precatórios sob sua gestão.
Subitem 7.2.1 – Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.	A UJ não realiza contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância.
Subitem 7.2.2 – Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.	A UJ não realiza contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.
Subitem 7.2.3 – Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2.	A UJ não contrata obras de apoio.
Subitem 7.2.4 – Contratação de Estagiários.	A UJ não contrata estagiários.
Subitem 7.3 – Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados)	A Unidade Jurisdicionada não realiza contratação direta com empresas beneficiadas que se dedicam as atividades referidas na legislação.
Item 8 – Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário; Subitem 8.1 – Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros; Subitem 8.2 – Gestão do Patrimônio Imobiliário; Subitem 8.3 – Bens Imóveis Locados de Terceiros.	A Gestão de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário não é de responsabilidade da UJ.
Item 9 – Gestão da Tecnologia da Informação.	A Gestão da Tecnologia da Informação não é de responsabilidade da UJ.
Item 10 – Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental; Subitem 10.1 – Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.	A Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade não é de responsabilidade da UJ, porém participa das iniciativas neste sentido promovidas pelo Ministério das Cidades.
Subitem 11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.	As Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário não são de responsabilidade direta da UJ.
Subitem 12.1 – Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	Os procedimentos contábeis da UJ serão apresentados pela setorial contábil da Coordenação de Orçamento e Finanças, da Secretaria Executiva - SE.
Subitem 12.2 – Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas.	Os procedimentos contábeis da UJ serão apresentados pela setorial contábil da Coordenação de Orçamento e Finanças, da Secretaria Executiva - SE.
Subitem 12.3 – Conformidade Contábil.	Os procedimentos contábeis da UJ serão apresentados pela setorial contábil da Coordenação de Orçamento e Finanças, da Secretaria Executiva - SE.
Subitem 12.5 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.	Os procedimentos contábeis da UJ serão apresentados pela setorial contábil da Coordenação de Orçamento e Finanças, da Secretaria Executiva - SE.
Subitem 12.6 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.	Todos os registros contábeis da UJ são realizados no SIAFI. Portanto, não se aplica à realidade da UJ.
Subitem 12.7 – Composição Acionária das Empresas Estatais.	A UJ não possui composição acionária de capital social.
Subitem 12.8 – Relatório de Auditoria Independente.	Não se aplica à realidade da UJ.

Tabela II: Itens do Anexo II que não há informações a serem declaradas no exercício pela UJ

Itens do Anexo II	Justificativa
Subitem 5.2.1 – Programa Temático.	A UJ não possui em seu organograma funcional nenhuma Secretaria-Executiva ou Secretaria Geral de Ministério ou de Secretaria com status de Ministério no âmbito da Presidência da República.
5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS.	A UJ não é responsável por apenas um ou mais

Itens do Anexo II	Justificativa
	subtítulos da Ação e sim pela integralidade da Ação.
5.2.3.3 – Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS e quadros relacionados.	A UJ não desenvolveu ações que não mais estão previstas na LOA 2014.
Subitem 6.3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – Quadro A.6.3- Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – Análise Crítica.	A UJ não possui passivos por insuficiência de créditos ou recursos a reconhecer no ano de 2014.
Subitem 6.6 – Suprimento de fundos e quadros relacionados.	A UJ não possui suprimento de fundos.
Subitem 6.7 – Renúncias sob a gestão da UJ e quadros relacionados.	A UJ não possui renúncias sob sua gestão.
Subitem 11.1 – Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.	No exercício em referência não houve ocorrência.
Subitem 11.1.2 – Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.	No exercício em referência não houve ocorrência.
Subitem 12.4.1 – Declaração Plena.	As informações serão prestadas no item 12.4.2.

I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 134/2013 – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades			Código SIORG: 042672
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos			
Denominação Abreviada: SNAPU			
Código SIORG: 74024		Código LOA: 56101	
Código SIAFI: 560008		Código SIAFI: 560008	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 054659860011-60	
Principal Atividade: Urbanismo			Código CNAE: 7111-1/00
Telefones/Fax de contato: (61) 2108-1696		(61) 2108-1642	
		(61) 2108-1449	
Endereço Eletrônico: politicaurbana@cidades.gov.br			
Página na Internet: http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=7&Itemid=64			
Endereço Postal: Setor de Autarquias Sul, QD. 01 LT. 1/6 BL. H, Ed. Telemundi II, 7º. Andar. CEP:70070-010, Brasília-DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.683, de 28/05/03			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 4.665, de 03/04/2003, DOU de 04/04/2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro de Cargos em Comissão do Ministério das Cidades; Portaria MCidades nº 227, de 04/07/2003, publicada no DOU de 07/07/2003, alterada pela Portaria 383, de 18/08/2005.			
Decreto nº 7.618, de 17/11/2011, que altera o decreto nº 4.665, de 03/04/2003.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
1) Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades - Procedimento Simplificado – anexo da Portaria nº 378, de 14 de agosto de 2012.			
2) Manual para Apresentação de Propostas da Ação 10T2 – Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência - anexo da Portaria nº 329, de 20 de junho de 2014.			
3) Manual para Apresentação de Propostas da Ação Governamental 1D73 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - anexo da Portaria nº 443, de 23 de setembro 2013.			
4) Edital de chamada pública nº 01/2014 – SNAPU para seleção de propostas para elaboração de projetos técnicos destinados a qualificar cidades pertencentes ao grupo do PAC 2 - MOBILIDADE GRANDES CIDADES sob os aspectos de ACESSIBILIDADE - anexo da Portaria nº 330, de 20 de junho de 2014.			
5) Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades não inseridos no PAC – anexo da Portaria nº. 517 de 03 de novembro de 2010.			
6) Manual para Apresentação de Propostas da Ação 20NR – Apoio à Elaboração e à Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas - anexo da Portaria nº 331, de 20 de junho de 2014.			
7) Edital de Chamada Pública nº 03/2013 – SNAPU para seleção de Instituições Públicas de Ensino Superior Federais para desenvolvimento de pesquisa técnica e jurídica e elaboração de Caderno Técnico sobre a regulamentação e a implementação do instrumento Operações Urbanas Consorciadas.			
8) Edital de Chamada Pública nº 02/2013 – SNAPU para seleção de Instituições Públicas de Ensino Superior Federais para elaboração de seis (6) Cadernos Técnicos sobre regulamentação e implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01).			
9) Manual para Apresentação de Propostas - Ação 20NU - Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano - anexo da Portaria nº 559, de 21 de novembro de 2012.			
10) Manual para Apresentação de Propostas da Ação 20NR – Apoio à Elaboração e à Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas - anexo da Portaria nº 112, de 12 de			

março de 2012.	
11) Manual para Apresentação de Propostas da Ação 8865 – Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas – anexo da Portaria nº 560, de 21 de novembro de 2012.	
12) Edital de Chamada Pública nº 03/2013 – SNAPU para seleção de Instituições Públicas de Ensino Superior Federais para desenvolvimento de pesquisa técnica e jurídica e elaboração de Caderno Técnico sobre a regulamentação e a implementação do instrumento Operações Urbanas Consorciadas.	
13) Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos na 2ª fase do Programa de Aceleração do Crescimento –PAC 2 , anexo da Portaria nº.40 de 31 de janeiro de 2011.	
14) Manual de Apresentação de Propostas Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas, Portaria nº 560, de 21 de novembro de 2012.	
15) Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no PAC Exercício 2010/2011 – anexo da Portaria nº. 228 de 11 de maio de 2010.	
16) Manual da Ação Programática 8866 - Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado) do Programa 2054 - Planejamento Urbano, aprovado pela Portaria nº 326 de 22 de julho de 2013.	
17) Manual da Ação 20NN - Planejamento e Monitoramento da Ocupação Urbana em Áreas Suscetíveis a Inundações, Enxurradas e Deslizamentos aprovado pela portaria nº 136 de 22 de março de 2013.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
560008	Secretaria Nacional de Acessibilidade de Programas Urbanos
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
175004	Caixa Econômica Federal
560003	Secretaria Executiva
560010	Coordenação Geral de Recursos Logísticos
153396	Universidade Federal de Pernambuco - Departamento de Eng. Civil
154503	Fundação Universidade Federal do ABC
495130	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
113601	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
153033	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
153063	Universidade Federal do Pará
154040	Fundação Universidade de Brasília
240017	Escritório Financeiro em Nova Iorque
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
560008	0001
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
560008	Secretaria Nacional de Acessibilidade de Programas Urbanos

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNAPU) tem como missão implantar o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), através de ações diretas, com transferência de recursos do OGU e ações de mobilização, capacitação e normatização.

Sua criação se deu a partir da publicação do Decreto nº 4.665, de 03/04/2003, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Cidades, sendo regulamentada pela Portaria MCidades nº 227, de 04/07/2003, que aprova o Regimento Interno do Ministério das Cidades, alterado pela Portaria MCidades 383, de 18/08/2005.

Para cumprir sua missão, a SNAPU atuou, até 2011, nas temáticas: apoio à elaboração de planejamento urbano municipal e interfederativo, regularização fundiária urbana, reabilitação urbana, prevenção e contenção de riscos associados a assentamentos precários em áreas urbanas e conflitos fundiários urbanos. A partir de 2012, com a publicação do Decreto nº 7.618, de 17 de novembro de 2011, foi introduzida uma nova temática de atuação no âmbito da Secretaria: a promoção da acessibilidade arquitetônica e urbanística, com ênfase na pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

São atribuições da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, conforme disposto no Decreto nº. 4665, de 03 de abril de 2003, modificado pelo Decreto nº 7.618, de 17 de novembro de 2011:

“I - formular e propor, acompanhar e avaliar a Política Nacional de Programas Urbanos em consonância com as políticas de habitação, saneamento e mobilidade urbana, em articulação com o Conselho das Cidades;

II - formular e propor programas urbanos voltados para o conjunto dos municípios brasileiros, em consonância com as demais políticas setoriais, e em articulação o Conselho das Cidades;

III - promover ações de universalização do acesso à terra urbanizada, inclusive quanto aos critérios e às normativas de acessibilidade;

IV - coordenar, acompanhar e avaliar a implementação dos instrumentos e programas de apoio à gestão, ao planejamento urbano e ao manejo do solo urbano;

V - promover a articulação e parcerias com os produtores de conhecimento nos níveis federal, estadual e municipal, bem como, provenientes de organizações não-governamentais;

VI - apoiar e estimular a integração de projetos, programas e ações desenvolvidos pelo Ministério e pelos demais órgãos federais, municipais, estaduais e o Distrito Federal;

VII - coordenar, acompanhar e avaliar a implementação de normas, procedimentos e programas relacionados à regularização fundiária urbana;

VIII - promover ações voltadas para:

a) a gestão das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

b) o desenvolvimento local em pequenas cidades, incentivando a formação do associativismo e cooperativismo municipal e intermunicipal;

c) a articulação com as instituições e órgãos de apoio ao desenvolvimento municipal.

IX - promover mecanismos de participação e controle social das ações voltadas para gestão e planejamento urbano;

X - propor diretrizes nacionais para o financiamento dos programas urbanos;

XI - coordenar e apoiar as atividades referentes à gestão urbana no Conselho das Cidades;

XII - formular e propor políticas e diretrizes de promoção da acessibilidade arquitetônica e urbanística, com ênfase na pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em articulação com as demais Secretarias;

XIII - organizar e difundir informações para o planejamento e a gestão da Política Nacional de Acessibilidade;

XIV - promover a articulação e a integração das políticas setoriais de acessibilidade arquitetônica e urbanística;

XV - implementar mecanismos para assegurar as condições de acessibilidade arquitetônica e urbanística na habitação de interesse social; e

XVI - coordenar as ações transversais de acessibilidade relacionadas às políticas de habitação, saneamento, meio ambiente e demais programas urbanos.”

A atuação da UJ está direcionada para:

1. Apoiar estados e municípios na promoção de transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados;
2. Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais;
3. Apoiar estados e municípios na promoção de acessibilidade em áreas urbanas, por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência;
4. Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções focadas na execução de obras de caráter preventivo em encostas urbanas e na elaboração de cartas geotécnicas;

5. Apoiar diretamente estados e municípios a implementar ações de regularização fundiária urbana, ampliar capacidades de agentes públicos e sociais para implementar ações de regularização fundiária urbana, remover obstáculos jurídico-legais à regularização fundiária urbana.

A UJ também atua ativamente com a Secretaria Executiva do Ministério das Cidades na construção de proposta de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.

1.3 Organograma Funcional

Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar, propor, coordenar, acompanhar e avaliar a implementação de normas, procedimentos e programas relacionados à regularização fundiária urbana; - Apoiar, acompanhar, propor e avaliar a implementação de normas, procedimentos e programas relacionados a conflitos fundiários no âmbito da Comissão Intersectorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos – CIMCFurb instituída pela Portaria Interministerial nº 17, de 27 de junho de 2014; - Apoiar a formulação e a implementação de políticas relacionados à prevenção de riscos de desastres naturais em áreas urbanas; - Realizar a gestão de termos de compromisso, contratos de repasse e outros instrumentos de repasse voltados às ações de regularização fundiária e prevenção de riscos nos municípios brasileiros. 	Thiago Galvão	Diretor - Substituto	Desde 23/05/14 até o período atual.
Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar, propor, coordenar, acompanhar e avaliar a implementação de normas, procedimentos e programas relacionados ao planejamento urbano e metropolitano, considerando as variáveis da gestão e prevenção de riscos de desastres naturais em áreas urbanas; - Apoiar, acompanhar, propor e avaliar a implementação dos instrumentos de política urbana introduzidos pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01); - Apoiar a formulação e a implementação de políticas e ações voltadas a reabilitação e requalificação de áreas urbanas; - Apoiar a formulação e a implementação de políticas e ações voltadas à promoção da acessibilidade em áreas urbanas; - Realizar a gestão acordos de cooperação, convênios, contratos de repasse e outros instrumentos de repasse voltados às ações de planejamento urbano e metropolitano, acessibilidade e reabilitação urbana. 	Yuri Rafael Della Giustina	Diretor	Desde 28/08/12 até o período atual.
	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar a formulação e a implementação de políticas e ações voltadas à promoção da acessibilidade em áreas urbanas; - Realizar a gestão acordos de cooperação, convênios, contratos de repasse e outros instrumentos de repasse voltados às ações de planejamento urbano e metropolitano, acessibilidade e reabilitação urbana; - Realizar ações de capacitação e formação em planejamento urbano e metropolitano, acessibilidade e reabilitação urbana. 			

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Departamento de Apoio à Gestão Municipal e Territorial	<ul style="list-style-type: none"> - Executar atividades necessárias à contratação das transferências realizadas por meio de Contratos de Repasse ou Termos de Compromisso (geração de minuta de empenho no SICONV, solicitação e acompanhamento junto à CEF); - Executar ações necessárias à celebração das transferências diretas (Convênios, Termos de Execução Descentralizada, Aditivos); - Registrar e atualizar as transferências diretas nos Sistemas SIAFI e SICONV; - Solicitar orçamento e financeiro para as transferências (voluntárias e obrigatórias); - Solicitar e controlar empenho e pagamento dos contratos de repasse pela mandatária; - Monitorar a execução financeira no SICONV e analisar financeiramente as prestações de contas parciais e finais de convênios e similares celebrados diretamente pela SNAPU; - Instaurar Tomada de Contas Especial para convênios, quando for o caso; - Monitorar, manter e apresentar sugestões de aprimoramento do Banco de Dados Corporativo; - Realizar levantamentos de informações gerenciais sobre os instrumentos de transferências (Convênios, Contratos de Repasse, Termos de Compromisso, Termos de Execução Descentralizada); - Coordenar e consolidar o texto para o PPA, monitoramento e avaliação; - Monitorar, avaliar e consolidar o texto para a LOA; - Consolidar a revisão da proposta de texto para a Mensagem Presidencial; - Coordenar, consolidar e revisar o texto para PCPR; - Coordenar, consolidar e revisar o texto para o Relatório de Gestão; - Participar e gerir os Planos de Providências Permanentes - PPP no âmbito da SNAPU; - Controlar e consolidar respostas às demandas de órgãos de controle interno e externo; - Atestar tarifas de prestação de serviços da mandatária da união; Controlar os limites orçamentários e financeiros da Secretaria; - Demandar à SPOA, as necessidades de orçamento e financeiro da Secretaria; - Executar os procedimentos relacionados a diárias e passagens - SCDP (cotações, empenhos, pagamentos de diárias e controle e ateste dos pagamentos à empresa prestadora de serviços); - Realizar Conformidade de registro de gestão; - Atualizar o Rol de responsáveis no SIAFI; - Ações relativas ao Desenvolvimento Institucional das Cidades. 	Daniel Rodrigo Hippler	Diretor	Desde 14/05/14 até 31/03/2015.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de ações relativas à Prevenção de Riscos	Apoio técnico e financeiro ao planejamento municipal com vistas à prevenção ou redução de riscos relacionados a desastres naturais em áreas urbanas.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de planos municipais de redução de riscos, projetos de estabilidade de taludes e execução de obras de contenção de encostas; - Elaboração de Cartas geotécnicas de aptidão urbana em áreas urbanas; - Estruturação de sistema de geoprocessamento para acompanhamento da ocupação urbana e expansão da mancha urbana de cidades com áreas de risco 	Prefeituras municipais e governos dos estados	Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos: <ul style="list-style-type: none"> - Gerência de Contenção de Encostas; - Gerência de Cartas geotécnicas de aptidão à urbanização. Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano: <ul style="list-style-type: none"> - Gerência de Cooperação e Desenvolvimento.
Gestão de ações relacionadas à regularização fundiária urbana	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico e financeiro na implementação de atividades de regularização fundiária de assentamentos urbanos; - Aperfeiçoamento de normas e leis relacionadas à regularização fundiária 		Governo dos estados e Distrito Federal, prefeituras municipais, entidades civis sem fins lucrativos e defensorias públicas dos estados e do Distrito Federal	Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos: <ul style="list-style-type: none"> - Gerência de Regularização Fundiária Urbana
Gestão de ações relacionadas ao Planejamento Urbano e Metropolitano	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico e capacitação para implementação de Planos Diretores Municipais e instrumentos do Estatuto da Cidade; - Apoio técnico e capacitação para planejamento da expansão urbana; - Aperfeiçoamento de normas, leis e instrumentos relacionados ao planejamento urbano e metropolitano 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de estudos, pesquisas e documentos de referência para Planejamento Urbano e Metropolitano - Capacitação – presencial e a distância – no tema do Planejamento Urbano 	Governo dos estados e Distrito Federal, prefeituras municipais e Ministério Público	Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de ações relacionadas à reabilitação urbana	- Apoio técnico e financeiro para implementação de ações de reabilitação de áreas urbanas.	-Elaboração de planos, projetos e obras integradas de reabilitação urbana - Elaboração de estudos, pesquisas e documentos de referência para reabilitação de áreas urbanas - Capacitação – presencial e a distância – no tema da reabilitação urbana	- Governo dos estados e Distrito Federal e prefeituras municipais	Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano
Gestão de ações relacionadas à acessibilidade	- Apoio técnico e financeiro para promoção da acessibilidade em áreas urbanas. - Aperfeiçoamento de normas e leis relacionadas à acessibilidade urbana.	-Elaboração de projetos e obras de rotas acessíveis urbanas - Elaboração de estudos, pesquisas e documentos de referência para promoção da acessibilidade urbana e em edificações - Capacitação – presencial e a distância – no tema da acessibilidade urbana e em edificações	- União, Governos dos estados e Distrito Federal e prefeituras municipais (foco na inclusão das pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida e pessoas idosas)	Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

A UJ não apresenta estrutura de governança, não dispendo de conselho de administração, conselho fiscal, comitê de auditoria, e nem instância de controle próprio.

2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A UJ não possui unidade de auditoria interna

2.3 Sistema de Correição

A UJ não possui sistema de correição.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p>Análise Crítica:</p> <p>Destaca-se que, por meio da Secretaria Executiva, o Ministério das Cidades concluiu a elaboração do seu Planejamento Estratégico 2014-2018, o qual contempla todas as Secretarias Nacionais pertencentes à sua estrutura. O produto foi apresentado em dezembro de 2014 pela Fundação Getúlio Vargas, entretanto, ainda não foi implantado. Não obstante, registre-se, por oportuno, que esta Secretaria utiliza-se dos meios disponíveis para a realização de seu planejamento e execução nos níveis tático e operacional (PPA e LOA).</p> <p>Importante ressaltar que a forma de execução das ações desta Secretaria, na sua grande parte, ocorre por meio de transferência de recursos aos Estados e Municípios, o que, em especial no item avaliação de riscos, interfere substancialmente. Incumbe à União, neste caso por meio da SNAPU/MCidades, estabelecer as diretrizes das políticas nacionais e apoiar Estados e Municípios na sua execução.</p> <p>Já no que se refere ao monitoramento, destaca-se que o maior volume de recursos da UJ refere-se à Ação de Contenção de Encostas, que está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e atende a uma dinâmica específica, com tomada de decisões e de monitoramento diretamente pelo CGPAC e pelo GEPAC, respectivamente.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p>					

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

2.5 Remuneração Paga aos Administradores

A UJ não possui e nem remunera administradores, membros da diretoria estatutária, conselho de administração e conselho fiscal.

2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A UJ não possui e nem remunera administradores, membros da diretoria estatutária, conselho de administração e conselho fiscal.

2.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

A UJ não possui e nem remunera administradores, membros da diretoria estatutária, conselho de administração e conselho fiscal.

2.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

A UJ não possui e nem remunera administradores, membros da diretoria estatutária, conselho de administração e conselho fiscal.

2.5.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

A UJ não possui e nem remunera administradores, membros da diretoria estatutária, conselho de administração e conselho fiscal.

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de acesso do cidadão

O cidadão conta com o SIC – Serviço de Informações ao Cidadão – Ministério para envio de solicitações, reclamações, denúncias ou sugestões, que quanto relativos ao escopo de atuação da Secretaria são encaminhados ao Gabinete do Secretário, responsável pela triagem e distribuição das demandas aos departamentos responsáveis.

Internamente não há controle estatístico das solicitações recebidas, uma vez que o Ministério dispõe de um Setor responsável pelo SIC.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A UJ não presta serviços ao cidadão.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

A UJ não presta serviços ao cidadão.

3.4 Acesso às informações da Unidade Jurisdicionada

O acesso no portal da UJ às informações referentes à sua atuação e outras informações úteis à sociedade estão disponibilizadas nos endereços eletrônicos:

<http://www.cidades.gov.br/>

http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=7&Itemid=64

3.5 Avaliação do desempenho da Unidade Jurisdicionada

A UJ não presta serviços ao cidadão.

3.6 Medidas Relativas à Acessibilidade

Em 2013, a partir de demanda proveniente da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, foi criado, no âmbito do Ministério das Cidades, Grupo de Trabalho coordenado pela SNAPU (Portaria no 450/13), com intuito de propor medidas para ampliar o cumprimento da normatização da acessibilidade em obras financiadas pela União.

Em 2014, o Grupo apresentou as seguintes propostas, atualmente em implementação no âmbito do Ministério:

- Capacitação de corpo técnico das prefeituras, governos estaduais e da instituição mandatária (CAIXA) envolvidos com execução de projetos e obras de engenharia e arquitetura sobre acessibilidade urbana e em edificações (curso na modalidade EAD); Conferência, pela mandatária, dos itens de acessibilidade (Check list) em projetos de engenharia e arquitetura como condicionante para assinatura de contratos de repasse e convênios com recursos do Ministério das Cidades – em discussão para inclusão em novo contrato de serviços a ser assinado com a mandatária;

- Exigência de Laudo de Acessibilidade na Prestação de Contas – alteração normativa para exigência de laudo, com respectiva RRT ou ART, de conformidade dos itens de acessibilidade a ser apresentado como documento obrigatório na Prestação de Contas de Contratos de Repasse, Termos de Compromisso ou de Convênios celebrados para realização de obras ou serviços de engenharia financiados com recursos do Ministério das Cidades;
- Registros e Anotações de Responsabilidade Técnica (RRT e ART): discussão, com os Conselhos Nacionais de Arquitetura e Urbanismo (CAU-BR) e de Engenharia e Agronomia (CONFEA) acerca da possibilidade de que se conste nos Registros e Anotações de Responsabilidade Técnica (RRT e ART) campo de preenchimento contendo itens de acessibilidade (Check list), os quais o profissional deve atestar que tais itens foram observados na elaboração do trabalho realizado ou a fazer.

Além desses itens, foram feitas gestões para incluir, nos manuais para contratação de propostas no âmbito do Ministério das Cidades, exigência de cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis. Foi também instituído um Grupo de Trabalho permanente, no âmbito do Conselho das Cidades, para discutir assuntos relacionados ao tema da acessibilidade nas cidades (Resolução Administrativa nº 26, de 26 de março de 2014: Dispõe sobre a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho das Cidades para estudar, articular e monitorar o tema acessibilidade nas políticas e programas do Ministério das Cidades. Publicação: DOU de 8/12/2014, seção 1, pag. 80). O grupo entrará em funcionamento a partir de 2015.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

Considerando que a UJ é responsável apenas pela execução de políticas públicas, não atuando no mercado e nem na oferta produtos e serviços, não há informações sobre o ambiente de atuação da mesma.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da Unidade

A SNAPU esteve inserida no projeto de elaboração do Planejamento Estratégico do Ministério das Cidades para o período 2014-2018, sendo que a elaboração deste Planejamento Estratégico foi objeto do contrato firmado em 12 de setembro de 2013 entre a Fundação Getúlio Vargas – FGV e Ministério das Cidades - MCidades (representado pela sua Secretaria Executiva).

O trabalho de elaboração do Planejamento Estratégico com a FGV foi encerrado em dezembro de 2014 e, para avaliar, acompanhar e monitorar o trabalho realizado pela Fundação foi instituído, pela Portaria nº 605, de 26 de dezembro de 2012, uma Comissão Técnica de Acompanhamento do Planejamento Estratégico - CTPE, da qual a SNAPU foi parte integrante.

Até o último trimestre de 2014 foram elaborados pela FGV e aprovados pela CTPE todos os produtos das etapas de elaboração do Planejamento Estratégico, a saber, o “Plano de Trabalho e Diagnóstico Organizacional”, o “Planejamento Estratégico e Sistemática de Monitoramento de Projetos” Estratégicos, e a “Modernização da Gestão do Ministério” das Cidades. Com a conclusão dos trabalhos de sua elaboração, o Planejamento Estratégico do MCidades foi aprovado e entrou em vigor a partir da publicação da Portaria nº 726, de 21 de novembro de 2014.

Para o alcance dos objetivos estratégicos do MCidades definidos no seu Planejamento Estratégico, foram identificados e formalizados vinte e sete projetos estratégicos, dentre os quais, ficaram sob Gerenciamento da SNAPU os Projetos Estratégicos de “Implantação do LACAU”, de “Regulamentação dos instrumentos do Estatuto das Cidades e demais leis”, e de “Elaboração do Plano Nacional de Regularização Fundiária”, além do Gerenciamento Adjunto da SNAPU no Projeto “Implantação do SNDU”, este último gerenciado pela Secretaria Executiva.

Além da SNAPU se manter inserida no âmbito do Planejamento Estratégico do MCidades, o Planejamento das suas atividades no nível tático-operacional, sempre estiveram pautados a partir dos programas, objetivos, iniciativas, ações e metas definidas no PPA 2012-2015 e na LOA 2014.

a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade

Em 2014, a unidade pautou sua atuação estratégica ao atendimento do Planejamento Estratégico do MCidades para o período de 2014-2018, sendo que seus planos tático e operacional foram pautados a partir dos programas, objetivos, iniciativas, ações e metas definidas no PPA 2012-2015, na disponibilidade orçamentária da LOA de 2014 (considerando bloqueios e cortes orçamentários), no seu regimento interno, e no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) de acordo com itens subsequentes deste Relatório de Gestão.

Desta forma, o planejamento das atividades nos níveis tático e operacional da SNAPU, no âmbito do PPA 2012-2015, foi baseado no alcance das metas qualitativas e quantitativas previstas nos seguintes, programas, objetivos, iniciativas e ações:

- Programa 2040: Gestão de Riscos e Resposta a Desastres
 - Objetivo 0169: Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais
 - ◆ Iniciativa 00EW: Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos
 - Ação 20NN: Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos
 - ◆ Iniciativa 00ER: Execução de estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, enchentes e

inundações recorrentes em áreas em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e recuperação ambiental

- Ações e 8865: Apoio ao planejamento e execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas
- Programa 2054: Planejamento Urbano
 - Objetivo 1003: Promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos
 - ◆ Iniciativa 04FB: Apoiar a promoção da acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações
 - Ação 10T2: Apoio a Projetos de Acessibilidade para pessoas com restrição de Mobilidade e Deficiência
 - Objetivo 0321: Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos
 - ◆ Iniciativa 00ZN: Reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental
 - Ação 20NR: Apoio à elaboração e implementação de Planos e Projetos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas Integrados
 - Objetivo 0324: Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana
 - ◆ Iniciativa 00ZT: Promoção da regularização fundiária urbana, incluindo adequações de normas pertinentes, o fortalecimento e a articulação interinstitucionais, como forma de ampliação do acesso à terra
 - Ação 8866: Apoio à regularização fundiária em áreas urbanas
 - Objetivo 0322: Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais
 - ◆ Iniciativa 00ZP: Instituição do planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades sociais e melhoria da qualidade ambiental
 - Ação 8874: Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa
- Programa 2064: Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
 - Objetivo 0565: Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano
 - ◆ Iniciativa 025X: Preservação dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano
 - Ação 20NU: Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA

Em 2014, a atuação finalística da unidade ficou a cargo dos Departamentos de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano – DEAP, de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos – DAFUPR, e de Apoio à Gestão Municipal e Territorial - DAGMT.

As atribuições regimentais relativas à gestão e ao planejamento urbano, à gestão metropolitana, à reabilitação urbana, à promoção da acessibilidade universal urbana e ao registro do

uso e ocupação do solo (monitoramento da ocupação urbana) no âmbito da prevenção de desastres estão a cargo do DEAP, que atua no cumprimento dos seguintes objetivos do PPA:

- a. **Objetivo 0322 (programa 2054):** Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.
- b. **Objetivo 0321 (programa 2054):** Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.
- c. **Objetivo 1003 (programa 2054):** Promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência. Este objetivo, originalmente intitulado 0580 e vinculado ao Programa 2048, foi revisado e incorporado ao Programa 2054 durante o exercício de 2013.
- d. **Objetivo 0169 (programa 2040):** Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais

Já as atribuições regimentais relativas à prevenção de riscos (carta geotécnica de aptidão à urbanização e contenção de encostas), à regularização fundiária em áreas urbanas e conflitos fundiários urbanos estão a cargo do DAFUPR, que atua no cumprimento dos seguintes objetivos do PPA:

- a. **Objetivo 0169 (programa 2040):** Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.
- b. **Objetivo 0324 (programa 2054):** Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.
- c. **Objetivo 0565 (programa 2064):** Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Em relação às atribuições regimentais relativas ao desenvolvimento institucional das cidades, estas estão a cargo do DAGMT, que iniciou sua atuação em 2014 no cumprimento dos seguintes objetivos do PPA:

- a. **Objetivo 0322 (programa 2054):** Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.
- c) Principais objetivos da unidade para o exercício de 2014 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos

Objetivo 0321 (programa 2054): Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Estratégias:

1. Apoio à Reabilitação Urbana Integrada, inclusive às parcerias com a iniciativa privada, em especial através de Operações Urbanas Consorciadas;
2. Instituição de parcerias com outros entes governamentais e com instituições internacionais para o desenvolvimento de estudos e documentos de referencia orientativos para a atuação de estados e municípios no tema;

3. Qualificação e avaliação técnica dos objetos provenientes das emendas parlamentares destinada à requalificação urbana nas ações orçamentárias 20NR e 1D73.

Objetivo 0322 (programa 2054): Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Estratégias:

1. Instituição de parcerias para discutir a regulação do planejamento e gestão de unidades urbano-regionais, englobando a dimensão metropolitana e outros arranjos interfederativos;
2. Produção de material de referência para entes federados no tema planejamento e gestão urbana municipal, com foco nos Planos Diretores e instrumentos do Estatuto da Cidade;
3. Desenvolvimento e discussão de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano
4. Desenvolvimento de Programa de Cooperação Técnica com o Governo Japonês (Agência de Cooperação Japonesa - JICA), com o objetivo de desenvolver estratégias de planejamento e gestão da expansão urbana voltada à prevenção de desastres;
5. Instituição de parcerias para discutir e disseminar temas relacionados ao direito à cidade e à função social da propriedade.

Objetivo 1003 (programa 2054): Promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência. Este objetivo, originalmente intitulado 0580 e vinculado ao Programa 2048, foi revisado e incorporado ao Programa 2054 durante o exercício de 2013.

Estratégias:

1. Apoio a estados e municípios na elaboração de projetos e obras de acessibilidade em calçadas (rotas acessíveis);
2. Capacitação e sensibilização de atores envolvidos com a promoção do desenvolvimento urbano no tema da acessibilidade

Objetivo 0169 (programa 2040): Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Estratégias:

1. Montagem de sistema de monitoramento da ocupação urbana;
2. Instituição de parcerias para elaboração de metodologia de mapeamento, provimento de recursos humanos e aquisição de insumos para o monitoramento da ocupação urbana;
3. Formatação de metodologia para planejamento e gestão da expansão urbana voltada à prevenção de desastres.
4. Apoio a estados e municípios na elaboração de projetos e obras de contenção de encostas;
5. Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão urbana.
6. Desenvolvimento de plataforma SIG de monitoramento de investimentos das cartas geotécnicas de aptidão urbana.

Objetivo 0324 (programa 2054): Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Estratégias:

1. Repasse de recursos a estados, municípios, o Distrito Federal, entidades civis sem fins lucrativos, defensorias públicas e universidades públicas para implementação de ações de regularização fundiária em assentamentos urbanos, com vistas à titulação de seus moradores;
2. Fomento à estruturação de programas e à elaboração de normas de regularização fundiária nos estados e municípios, por meio de ações de capacitação e de articulação institucional, envolvendo prefeituras, governos estaduais e o judiciário.

Objetivo 0565 (programa 2064): Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Estratégias:

1. Articulação interfederativa e intergovernamental com outros órgãos de governo para tratamento de situações de conflitos e resolução pacífica dos conflitos;
2. Participação em reuniões e audiências para mediação de conflitos;
3. Articular regulamentação de matéria que trata da conduta do reassentamento de famílias afetadas por intervenções geradoras de impactos urbanos e sociais, com base na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e nas orientações da ONU.

5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

5.2.1 Programa Temático

A SNAPU não possui em seu organograma funcional nenhuma Secretaria-Executiva ou Secretaria Geral de Ministério ou de Secretaria com status de Ministério no âmbito da Presidência da República, desta forma, não há informações a serem apresentadas pela UJ referentes a programas temáticos.

5.2.2 Objetivo

Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA

Objetivo 0321 (Programa 2054)

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.					
Código	0321	Órgão	56000 - Ministério das Cidades			
Programa	PLANEJAMENTO URBANO			Código	2054	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
O Objetivo 0321 não possui metas com esta classificação	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
O Objetivo 0321 não possui metas com esta classificação	-	-	-	-	-	-
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
O Objetivo 0321 não possui metas com esta classificação	-	-	-	-	-	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APPs) ameaçadas de ocupação irregular.					
2	Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais.					
3	Implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e municípios da orla de rios federais, no âmbito do Projeto Orla.					

Objetivo 0322 (Programa 2054)

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.					
Código	0322	Órgão	56000 - Ministério das Cidades			
Programa	PLANEJAMENTO URBANO			Código	2054	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
O Objetivo 0322 não possui metas com esta classificação	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
O Objetivo 0322 não possui metas com esta classificação	-	-	-	-	-	-
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
O Objetivo 0322 não possui metas com esta classificação	-	-	-	-	-	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Elaboração de Planos de Expansão Urbana em municípios que tenham áreas de expansão urbana previstas no Plano Diretor					
2	Instituição de planos de desenvolvimento urbano integrado em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas com gestão consorciada, selecionadas entre as metrópoles da hierarquização estabelecida pelo estudo Região de Influência das Cidades 2007 (REGIC) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)					
3	Construção de subsídios técnicos para formulação de Política Ambiental em Áreas Urbanas.					
4	Elaboração do Plano Diretor nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração, conforme artigo 41 da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade).					
5	Implementar o Programa Nacional para Cidades Sustentáveis (Brasil + 20).					
6	Regulamentação complementar do Estatuto da Cidade e de marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa					
7	Regulamentação de conjunto de instrumentos de gestão do solo urbano - prioritariamente Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa do Direito Construir, Operação Urbana Consorciada, Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública e Estudo de Impacto de Vizinhança - para o cumprimento da função social da propriedade em municípios com maiores carências urbanas, integrantes dos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento e que possuam empreendimento habitacional enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida					

Objetivo 0324 (Programa 2054)

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.					
Código	0324	Órgão	56000 - Ministério das Cidades			
Programa	Planejamento Urbano			Código	2054	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
O Objetivo 0324 não possui metas com esta classificação	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
O Objetivo 0324 não possui metas com esta classificação	-	-	-	-	-	-
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
O Objetivo 0324 não possui metas com esta classificação	-	-	-	-	-	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Adequação aos novos dispositivos legais das normas de serviços extrajudiciais para o registro da regularização fundiária urbana.					
2	Ampliação do Programa Papel Passado para intensificar a regularização fundiária urbana em cidades irregulares da Amazônia Legal inseridas no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e em assentamentos irregulares de baixa renda situados em municípios pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários.					
3	Elaboração do plano nacional de regularização fundiária urbana					
4	Instituição de programas estaduais e municipais de regularização fundiária urbana nos municípios da Amazônia Legal inseridos no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e aqueles pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários.					
5	Regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União.					

Objetivo 0589 - Fortalecer a gestão municipal e intefederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Este objetivo pertence a Diretoria Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva do Ministério, sendo, nessa qualidade, responsável pela produção das informações do monitoramento do PPA. Portanto, a análise situacional deverá ser apresentada por aquela Diretoria.

Objetivo 1003(Programa 2054)

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.					
Código	1003	Órgão	56000 - Ministério das Cidades			
Programa	Planejamento Urbano			Código	2054	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Apoiar a implantação de 8.000 km de calçadas acessíveis em municípios com mais de 20.000 habitantes visando à remoção de barreiras urbanísticas e arquitetônicas e a garantia da acessibilidade universal para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.	Km	8000	-	867,00	10,84
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
O Objetivo 1003 não possui metas com esta classificação	-	-	-	-	-	-
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
O Objetivo 1003 não possui metas com esta classificação	-	-	-	-	-	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
O Objetivo 1003 não possui metas com esta classificação						

Objetivo 0169 (Programa 2040)

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.					
Código	0169	Órgão	56000 – Ministério das Cidades			
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres		Código	2040		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Contratar R\$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas	R\$ Bilhões	9,00	-	9,88	109,78
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2	Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos (Nacional)	Município apoiado	10 + 40 (incremento)	57	96	90,56
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
3	Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos					
4	Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas					
5	Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano					
6	Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras para a implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca					
7	Promover intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente					
8	Realizar o monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos					

Objetivo 0565 (Programa 2064)

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.					
Código	0565	Órgão	56000 - Ministério das Cidades			
Programa	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos			Código	2064	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
O Objetivo 0565 não possui metas com esta classificação						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
O Objetivo 0565 não possui metas com esta classificação						
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Estruturação de instância nacional para monitoramento dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano					
2	Incentivar instâncias locais para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, por meio de ações de articulação, pesquisa, monitoramento e capacitação.					
3	Regulamentação de medidas e procedimentos para a conduta do reassentamento de famílias atingidas por intervenções urbanas de modo a garantir os direitos humanos					

5.2.2.1 Análise Situacional

Objetivo 0321 (programa 2054): Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

A implantação de projetos urbanos integrados com o objetivo de promover transformações urbanísticas estruturais é uma atividade que demanda um grande volume de recursos, além de visão urbana estratégica na escolha e concepção dos projetos.

No entanto, ao longo dos anos, o volume de recursos a fundo perdido destinados a consecução desse tipo de atividade tem sido insuficiente para promover a execução de obras realmente estruturantes. Considerando esse quadro, a UJ buscou pautar sua atuação no tema em três eixos:

a) Estruturação de modelos alternativos de financiamento para grandes intervenções que considerem a possibilidade de parcerias com a iniciativa privada;

b) Produção de informações, capacitação de entes federados e assistência técnica para elaboração e qualificação de projetos; e

c) Qualificação de pequenas intervenções em áreas públicas, em especial praças e espaços de uso coletivo da população em cidades de menor porte, viabilizadas através de emendas parlamentares de baixo valor.

Assim, em 2014, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Elaboração e publicação de normativa que autoriza o investimento de recursos do FGTS em Operações Urbanas Consorciadas a fim de viabilizar o apoio à grandes intervenções urbanísticas;
- Contratação e elaboração de pesquisa destinada a analisar a dinâmica econômica e populacional de 12 cidades brasileiras nos últimos 20 anos, com foco em áreas centrais tradicionais e novas centralidades;
- Gestões para contratação de consultor(es) para elaboração de metodologia de avaliação de impacto social, econômico e territorial de intervenções de reabilitação urbana em municípios brasileiros;
- Realização de pesquisas quantitativa e qualitativa sobre a utilização de Operações Urbanas Consorciadas como forma de viabilizar empreendimentos de reabilitação/transformação urbana via parcerias com iniciativa privada;
- Apoio a obras de requalificação urbana e ambiental em 164 municípios, englobando 19 estados, através de emendas parlamentares;
- Continuação do trabalho de “Levantamento da cobertura vegetal e dos corpos d’água existentes em áreas efetivamente urbanizadas e periurbanas de 732 municípios brasileiros” mediante o tratamento de imagens de satélite e uso de base georreferenciada do IBGE;
- Continuidade da atividade de “Implantação de 4 (quatro) Parques Fluviais Urbanos” na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, demonstrando que cada vez mais a questão ambiental tem aumentado de importância na política de desenvolvimento urbano.

Meta: Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais.

Durante o ano de 2014, optou-se por uma estratégia de fomento à utilização do instrumento das Operações Urbanas Consorciadas como a principal forma de viabilizar projetos integrados de reabilitação urbana de grande porte. Operação Urbana Consorciada é um instrumento urbanístico, previsto na Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade (artigos 32 a 34), utilizado para promover transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental em áreas estratégicas das cidades, através de parcerias com empreendedores privados.

A principal ação para materializar essa estratégia foi a conclusão das discussões (iniciadas em 2012) seguida da publicação da Instrução Normativa nº 33 (DOU Nº 245, de 18 de dezembro de 2014, seção 1, fls. 90-94). A IN regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas. Essa operação permite a obtenção antecipada, pelas prefeituras, dos recursos necessários para execução de obras de habitação de interesse social, urbanização de favelas, requalificação de imóveis para uso habitacional, saneamento básico, transporte, mobilidade urbana, acessibilidade, mobiliário urbano, paisagismo, reabilitação urbana e iluminação pública na área da OUC, em troca da cessão ao FGTS das contrapartidas a serem recolhidas dos proprietários e empreendedores privados em decorrência da valorização imobiliária da área.

Para identificar os municípios que tem interesse na utilização desse mecanismo, a UJ iniciou levantamento geral sobre a utilização do instrumento das Operações Urbanas Consorciadas no

Brasil. A pesquisa, que será concluída em 2015, informará quantos e quais municípios têm o instrumento previsto no Plano Diretor; quantos e quais têm o instrumento regulamentado e/ou aplicado e em que fase de aplicação. Em paralelo, iniciou-se, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um trabalho de análise detalhada das Operações Urbanas Consorciadas já implementadas no Brasil (municípios de São Paulo e Rio de Janeiro). O estudo, que será concluído em junho de 2015, analisará as operações sob os aspectos jurídicos, de governança, econômicos e sociais.

Na linha de produção de informações sobre reabilitação urbana, foi realizada descentralização de crédito ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para realização da pesquisa “Retrato das Áreas Centrais no Brasil”, no valor de R\$ 221.666,67 (empenho realizado em 27/06/2014, por meio da 2014NC00003 e repasse financeiro efetuado em 22/07/2014). A pesquisa destina-se a analisar a dinâmica econômica e populacional das áreas centrais de 12 cidades brasileiras nos últimos 20 anos com base em dados comparados e georreferenciados dos censos 1991/2000/2010 e dados de emprego formal do Ministério do Trabalho (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS). Deverão ser feitas análises em relação a: perda de população nas últimas décadas; deslocamento das atividades econômicas; existência de parque imobiliário residencial vago ou subutilizado; e surgimento de novas áreas centrais a partir da concentração de empregos e atividades econômicas. As atividades serão concluídas no 2º semestre de 2015

Além disso, está em fase de estruturação projeto de contratação de consultores para desenvolvimento de Metodologia Avaliação de impacto de programas de reabilitação urbana. A contratação, no valor de R\$ 50.000,00, será realizada pelo BID, no âmbito de Acordo de Cooperação Técnica assinado com o Ministério das Cidades. As atividades serão iniciadas em abril de 2015.

Finalmente, em relação ao apoio à Estados, municípios e DF para realização de obras de requalificação urbana e ambiental, em 2014 foram analisados e aprovados 150 projetos/obras de reabilitação urbana, em 164 municípios, com recursos oriundos de emendas parlamentares, totalizando R\$ 77.126.294,31 em valores de investimento e R\$ 71.104.360,33 em valores de repasse. Os projetos empenhados em 2014 estão em fase de contratação pela instituição mandatária. Ao longo do ano, a UJ também deu continuidade às atividades de monitoramento, junto à instituição mandatária, de 263 contratos de repasse firmados em anos anteriores, dos quais 227 encontram-se atualmente contratados com cláusula suspensiva.

Meta: Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APPs) ameaçadas de ocupação irregular.

Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente – instituição responsável pela consecução da meta -, em 2014, foi dada continuidade ao Contrato Nº 01/2012 entre a SRHU e a Fundação Universidade de Brasília (FUB) mediante o tratamento de imagens de satélite e uso de base georreferenciada do IBGE. No segundo semestre de 2014, houve um atraso no andamento do serviço pelo fato de a FUB necessitar ajustar a metodologia utilizada, bem como rearticular a equipe técnica para realizar os ajustes solicitados. Em dezembro de 2014, todos os ajustes foram realizados e a metodologia para a realização dos mapeamentos dos demais municípios objeto do contrato foi aprovada. A FUB também solicitou um aditivo de prazo, até junho de 2015, para finalização do trabalho. Assim, a metodologia foi ajustada e aprovada e foi concluído o mapeamento em 292 (duzentos e noventa e dois) municípios.

A principal dificuldade, no âmbito da iniciativa com a FUB, foi referente à definição de uma metodologia adequada de mapeamento. A aplicação dessa metodologia nos produtos 2 e 3 necessitou de vários ajustes, o que levou a um pedido de aditivo ao contrato por parte da FUB, ocasionando um atraso para conclusão do trabalho.

Também foi dada continuidade à atividade referente à “Implantação de 4 (quatro) Parques Fluviais Urbanos” na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, objeto da Chamada II do Edital N° 02/2013 do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA). Nesse período, a CAIXA, por meio do Fundo Socioambiental (FSA), o FNMA/MMA e a SRHU/MMA realizaram videoconferências com as Prefeituras Municipais de Pirapora-MG, Petrolina-PE, Juazeiro-BA e Januária-MG. As videoconferências com os três primeiros municípios tiveram como objetivo ajustar os Planos de Trabalho (PT) dessas Prefeituras ao Termo de Referência do Edital citado anteriormente, a fim de possibilitar o início da execução da obra dos parques fluviais/lineares urbanos e das ações de educação ambiental e mobilização da população beneficiária, uma vez que esses municípios já haviam assinado ACF com a CAIXA. Aguarda-se a assinatura do 4° (quarto) e último ACF entre a Prefeitura Municipal de Januária-MG e a CAIXA.

Nessa atividade, a principal dificuldade foi a adequação das propostas das Prefeituras Municipais ao edital. Nesse contexto, os proponentes ainda necessitam de amadurecimento em relação ao entendimento de que o projeto dos Parques Fluviais não é uma obra tradicional, mas sim uma obra com foco ambiental que demanda a participação efetiva da sociedade para garantir sua efetividade.

A metodologia de apuração do realizado no período foi:

(Atividade 1) A metodologia utilizada foi a análise por amostragem para verificação dos ajustes solicitados.

(Atividade 2) A metodologia utilizada foi a análise e emissão de parecer técnico, por parte da SRHU, relativa aos componentes de educação ambiental e mobilização social das propostas apresentadas pelas Prefeituras

Meta: Implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e municípios da orla de rios federais, no âmbito do Projeto Orla.

Segundo informações da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento – instituição responsável pela consecução da meta -, em 2014 foram realizadas oficinas de elaboração do Plano de Gestão Integrada – PGI nos municípios de Florianópolis/SC, Fortim/CE, Igarassu/PE e Olinda/PE, bem como, reuniões de sensibilização nos municípios de Itamaracá/PE, Paulista/PE e em São José da Coroa Grande/PE, e reunião para discutir a revisão dos PGIs de Cabo/PE e em Goiana/PE, foi realizada também Audiência Pública no município de Canguaretama/RN.

Há de se considerar as restrições trazidas pelo severo corte no orçamento. Este corte promoveu o redirecionamento das ações. Houve também o corte de diárias e passagens dos servidores capacitados para a aplicação da metodologia do referido projeto nos estados.

Cabe ressaltar que, o produto, Desenvolvimento do Projeto Orla, é meta física cumulativa, nesse sentido, as ações nos municípios são desenvolvidas em etapas com escala temporal diversificada de acordo com as especificidades locais. Total de 10 municípios atendidos.

Objetivo 0322 (programa 2054): Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

A principal estratégia para promoção da implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo foi o desenvolvimento de atividades de sensibilização, capacitação e assistência técnica a municípios, além de esforços para o aprimoramento da legislação federal sobre o tema do planejamento urbano e interfederativo. A maior parte das ações relativas ao objetivo 0322 foram iniciadas no ano de 2013 e executadas ao longo do ano de 2014, no qual foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Elaboração de novos volumes da coleção “Cadernos Técnicos sobre regulamentação e implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade” – esta atividade consiste na primeira parte do Projeto Estratégico “Regulamentação dos instrumentos do Estatuto das Cidades e demais leis”, definido como projeto prioritário no Planejamento Estratégico do órgão;

- Produção da série de documentários “Sala de Notícias” com o tema “planejamento e desenvolvimento urbano”, em parceria com o Canal Futura e a Fundação Vale;
- Ações de capacitação (presencial e à distância) e de assistência técnica para cidades em processo de elaboração/revisão de Planos Diretores;
- Discussão da linha programática de apoio aos municípios para elaboração de “Projetos Urbanos Estratégicos” para indução do desenvolvimento urbano, contemplando a elaboração de diagnóstico e levantamentos, de projeto urbanístico (viário, espaços públicos, acessibilidade, parcelamento e uso e ocupação do solo), de projetos de engenharia;
- Discussões com o Conselho Nacional das Cidades sobre a elaboração e implementação de uma Campanha Nacional pelo cumprimento da Função Social da Propriedade;
- Criação e coordenação (em conjunto com a Secretaria-Executiva) de um Grupo de Trabalho intersetorial para discutir o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) – esta atividade faz parte do Projeto Estratégico “Implantação do SNDU”, definido como projeto prioritário no Planejamento Estratégico do órgão;
- Desenvolvimento de atividades relativas ao planejamento territorial para áreas de expansão urbana no âmbito de Cooperação Técnica junto à Agência de Cooperação Japonesa (JICA);
- Capacitação de técnicos e gestores dos Municípios, Estados e União em temas afetos ao planejamento da expansão urbana no Japão (a primeira capacitação em maio de 2014 e a segunda em novembro do mesmo ano);
- Finalização das atividades de pesquisa em Instrumentos de Planejamento e Governança Metropolitanos na Europa, no âmbito de projeto de cooperação “Diálogos Setoriais Brasil - União Europeia, 7ª Convocatória do Diálogo Políticas de Integração Regional”;
- Discussão sobre marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa (Estatuto da Metrópole)
- Início dos trabalhos de elaboração de metodologia para Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado-PDUIs, através de Cooperação Técnica com a ONU Habitat;
- Publicação do livro “Panorama da Biodiversidade nas Cidades – Ações e Políticas – Avaliação global das conexões entre urbanização, biodiversidade e serviços ecossistêmicos” que trata das estratégias da Convenção da Diversidade Biológica para ambientes urbanos;
- Desenvolvimento de metodologias de integração do Plano Diretor Participativo com instrumentos de planejamento e gestão ambiental e territorial;
- Seleção de indicadores de qualidade ambiental urbana para avaliação de vulnerabilidades e fragilidades ambientais em áreas urbanas;
- Início das atividades de elaboração de "Cartas de Vulnerabilidade Ambiental de Regiões Metropolitanas", com a concepção da metodologia de trabalho a ser utilizada;
- Atividades de implementação e revisão do escopo do Programa Brasil+20: elaboração de conteúdo indutor para o eixo “Integração de Políticas”, sistematização dos resultados provenientes do Seminário Nacional Municípios Sustentáveis e realização do evento “Brasil+20: A collective effort for defining a national policy for sustainable municipalities”.

Meta: Instituição do Plano Diretor nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração, conforme artigo 41 da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade).

Em 2014, foi dada continuidade ao processo de capacitação e fortalecimento institucional dos municípios, iniciado em 2012. Foram realizadas visitas e trabalhos de assistência técnica nos municípios de Belo Horizonte/MG, Campo Grande/MS, Macaé/RJ, Nova Friburgo/RJ, Canaã dos Carajás/PA, Vitória/ES e Ijuí/RS para auxiliar processos locais de elaboração e/ou revisão de Planos Diretores. Foi também discutida linha programática de apoio aos municípios para elaboração de “Projetos Urbanos Estratégicos” para indução do desenvolvimento urbano, contemplando a elaboração de diagnóstico e levantamentos, de projeto urbanístico (viário, espaços públicos, acessibilidade, parcelamento e uso e ocupação do solo), de projetos de engenharia: infraestrutura e

de modelagem econômica e jurídica para execução das obras a ser apresentada no processo de elaboração do PPA 2016-2019.

Meta: Elaboração de Planos de Expansão Urbana em municípios que tenham áreas de expansão urbana previstas no Plano Diretor.

Ao longo de todo o período de implementação do PPA 2012-2015, a meta não contou com recursos suficientes para uma ação ampla de fomento ao planejamento da Expansão Urbana na totalidade dos municípios impactados pela aprovação da Lei nº. 12.608, de 10 de abril de 2012 que, dentre outras determinações, altera as Leis nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e, nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo), inserindo a necessidade de projeto específico para expansão urbana (artigo 42-B da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade), tendo em vista a gestão de riscos.

Diante deste fato a estratégia do Ministério das Cidades foi firmar Cooperação Técnica Internacional (CTI) junto à Agência de Cooperação Japonesa (JICA). A Cooperação, firmada em julho de 2013, tem o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de mapeamento de riscos, planejamento urbano e monitoramento e alerta. No âmbito do planejamento urbano, o objetivo é desenvolver o planejamento territorial em áreas de expansão urbana, considerando aspectos de prevenção a riscos de desastres naturais geomorfológicos relacionados a movimentos de massa, uma vez que o governo japonês possui experiência na temática.

A cooperação, intitulada “Projeto GIDES”, estrutura-se em ações técnicas periódicas (reuniões, workshops, treinamentos internacionais etc.) para aprofundar o entendimento sobre gestão integrada de risco e tem como proposta desenvolver uma metodologia para o planejamento da expansão urbana até 2017, que será aplicada em municípios piloto do projeto (Blumenau/ SC, Nova Friburgo/RJ e Petrópolis/RJ), a partir do ano de 2015.

Para tanto, no ano de 2014 foram realizadas as seguintes atividades:

- Treinamento, no Japão, de técnicos e gestores dos Municípios, Estados e União em temas afetos ao planejamento da expansão urbana: 38 Contrapartes do Brasil, sendo 35 especialistas em mapeamento de riscos, planejamento urbano, monitoramento e alerta;
- Envio de especialistas do Japão para o Brasil: 3 especialistas em missão de longo prazo (até o fim do projeto) e 15 especialistas em missão de curto prazo (até julho de 2014);
- Realização de cerca de 30 reuniões interministeriais (até julho de 2014);
- Realização de 3 reuniões técnicas por tema (mapeamento de riscos, planejamento urbano e monitoramento e alerta), com mais de 70 especialistas em cada evento e duração de 3 dias cada;
- Realização de 2 Seminários: “Rio Bousai”, com 500 especialistas em riscos e técnicos de defesa civil, e “Brasília Bousai”, com 150 especialistas;
- Realização de 3 workshops.

Destacam-se, como importantes avanços decorrentes da implementação do projeto, o fortalecimento da coordenação horizontal entre os órgãos federais executores da cooperação e a articulação vertical com os governos municipais e estaduais no desenvolvimento de abordagens integradas de políticas de gestão de riscos.

Finalmente, ressalta-se que essa meta é correlata e complementar à meta de monitoramento de municípios em áreas de risco (programa 2040, objetivo 0169).

Meta: Instituição de conjunto de instrumentos de gestão do solo urbano - prioritariamente Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa do Direito Construir, Operação Urbana Consorciada, Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública e Estudo de Impacto de Vizinhança - para o cumprimento da função social da propriedade em municípios com maiores carências urbanas, integrantes dos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do

Crescimento e que possuam empreendimento habitacional enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida.

As atividades no âmbito desta meta estão relacionadas como Projeto Estratégico “Regulamentação dos instrumentos do Estatuto das Cidades e demais leis”. O Projeto é dividido em 3 etapas. A primeira trata da elaboração de conteúdo técnico sobre os instrumentos a fim de subsidiar a proposta de regulamentação. A segunda etapa é a realização de capacitações técnicas para estados e municípios e a terceira é elaboração de normativos e/ou regulamentação complementar para cada instrumento.

A primeira etapa consiste na publicação de coleção intitulada “Cadernos Técnicos sobre regulamentação e implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade”. O primeiro volume da coleção foi publicado em 2013 e tratou da Outorga Onerosa do Direito de Construir. Para este instrumento já foram cumpridas todas as etapas previstas no projeto, com a realização de capacitações ao longo de 2013 e com a publicação, em outubro de 2014, da Resolução Recomendada nº 148 do Conselho das Cidades, de 7 de junho de 2013, que recomenda a adoção do Coeficiente de Aproveitamento Básico como princípio balizador da política fundiária urbana municipal, a ser utilizado por todos os municípios.

Em 2014, foi iniciada a elaboração de 5 (cinco) novos volumes da coleção, em parceria com instituições selecionadas no âmbito de edital publicado em 2013:

- Volume 2: Caderno Técnico sobre Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC), em cooperação com a Universidade Federal do ABC;
- Volume 3: Caderno Técnico sobre Transferência do Direito de Construir (TDC): em parceria com o Lincoln Institute of Land Policy;
- Volume 4: Caderno Técnico sobre Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), em parceria com o Lincoln Institute of Land Policy;
- Volume 5: Caderno Técnico sobre Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), em cooperação com a Universidade de Brasília;
- Volume 6: Caderno Técnico sobre Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), em cooperação com a Universidade Federal do Pará;

No âmbito desse trabalho, foram realizadas, em 2014, reuniões e oficinas técnicas com as equipes das instituições parceiras e com municípios brasileiros com experiência na utilização desses instrumentos. A conclusão do trabalho está prevista para junho/2015. Além disso, iniciou-se pesquisa técnica e jurídica sobre regulamentação e implementação de Operações Urbanas Consorciadas, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que deverá subsidiar a elaboração de um novo volume da coleção em 2015, sobre este instrumento.

No 2º semestre de 2014, foram iniciadas discussões, em parceria com o Conselho Nacional das Cidades, sobre a elaboração e implementação de uma Campanha Nacional pelo cumprimento da Função Social da Propriedade. A campanha deverá ser estruturada em 5 eixos: i) mobilização e sensibilização; ii) normatização; iii) capacitação; iv) formação e v) fortalecimento institucional e assistência técnica, sobretudo nos processos de revisão dos Planos Diretores. Para tanto, foram mapeados e contatados possíveis parceiros interessados no tema, como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Também foram realizadas discussões sobre a questão da função social da propriedade e do direito à cidade no âmbito do processo de preparação para a Conferência Habitat 3, do sistema ONU, que será realizada em Quito, Equador, em outubro de 2016.

Finalmente, indo ao encontro desta demanda, foi finalizada em 2014 a produção da série de documentários “Sala de Notícias” com o tema “planejamento e desenvolvimento urbano”, realizada em parceria com o Canal Futura e a Fundação Vale. Os vídeos serão finalizados no início de 2015 e veiculadas a partir de abril de 2015 no Canal Futura.

Meta: Instituição de planos de desenvolvimento urbano integrado em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas com gestão consorciada, selecionadas entre as metrópoles da

hierarquização estabelecida pelo estudo Região de Influência das Cidades 2007 (REGIC) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao longo de 2014, a UJ se dedicou à elaboração de proposta metodológica para o PDUI, dado que se trata de instituto de planejamento ainda não consolidado no país. Para tanto, foi formalizada no ano de 2012 Cooperação Técnica Internacional (CTI) com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONU-Habitat. No entanto, a ausência de limite financeiro ocasionou o atraso na execução das atividades no âmbito do Programa Executivo da CTI, de modo que as atividades, programadas para iniciarem em janeiro, só puderam ser iniciadas em junho de 2014. No final do ano de 2014 foram necessários ajustes no programa executivo e plano de trabalho da Cooperação, sendo necessária a elaboração de termo aditivo para continuidade das atividades. A assinatura do termo aditivo ocorreu no início de janeiro de 2015, permitindo continuar os processos de seleção dos consultores que atuarão no projeto. A expectativa é de que a metodologia do plano de desenvolvimento urbano integrado seja gerada até dezembro de 2015.

Ainda no trabalho de construção metodológica, foi realizada missão técnica em setembro de 2014 para Estocolmo (Suécia) e Berlim (Alemanha), com o objetivo de aprofundar o conhecimento em alguns instrumentos de planejamento dessas regiões. A Missão foi realizada no âmbito de Cooperação via ação Diálogos Setoriais Brasil - União Europeia, 7ª Convocatória do Diálogo Políticas de Integração Regional, para pesquisas em Instrumentos de Planejamento e Governança Metropolitanos na Europa.

Cabe lembrar que a elaboração da metodologia é condição “sine qua non” para que o Ministério das Cidades passe a apoiar os governos Estaduais e Municipais na elaboração dos PDUIs. No entanto, é necessário destacar que os recursos orçamentários disponibilizados na ação 8874, não são suficientes para propiciar o apoio às entidades metropolitanas e governos estaduais à elaboração de PDUIs. O total disponibilizado possibilita apenas a geração da metodologia visando sua disseminação entre os municípios.

Meta: Regulamentação complementar do Estatuto da Cidade e de marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa.

Em relação à regulamentação complementar do Estatuto da Cidade, no ano de 2014 foi dado início à elaboração de proposta de decreto de regulamentação dos artigos 42-A e 42-B do Estatuto, introduzidos pela Lei Federal 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa. Os artigos instituem a obrigação do desenvolvimento do Plano de Expansão Urbana para os municípios que queiram expandir seu perímetro urbano;

Além disso, foi publicada em outubro de 2014, a Resolução Recomendada nº 148 do Conselho das Cidades, de 7 de junho de 2013, que trata da obrigatoriedade de definição de coeficiente de aproveitamento básico nos Planos Diretores Municipais, bem como obrigatoriedade de cobrança de outorga onerosa sobre a concessão de potencial construtivo superior ao básico, buscando complementar e esclarecer os artigos 28 a 31 do Estatuto da Cidade;

Em relação ao marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa, foram realizadas atividades junto ao Ministério da Integração, ao IPEA e à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados para a concepção do texto Substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004, denominado Estatuto da Metrópole. Para tanto, ao longo dos anos de 2012 a 2014, a UJ realizou um Workshop sobre Política Metropolitana, para definir o posicionamento do Governo Federal frente ao tema, e participou de duas audiências na Câmara dos Deputados, para debater com estados, governo federal e outras instituições relevantes o direcionamento do texto a ser votado no Congresso. Foram ainda realizadas 4 reuniões técnicas, conduzidas pela Câmara dos Deputados, das quais o Ministério das Cidades participou e contribuiu ativamente. Esse trabalho resultou na apresentação do PLC 05/2014, em substituição ao texto original. O PLC foi aprovado no Senado em 17/12/2014, encaminhado à sanção e promulgado em 12 de janeiro de 2015, tornando-se a Lei nº 13.089, que institui o Estatuto da Metrópole e fixa diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução de políticas públicas em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelos

estados. Atualmente, o Ministério vem realizando diálogos para disseminar a nova legislação, traçar entendimentos e qualificar sua provável regulamentação.

Finalmente, no âmbito do Projeto Estratégico “Implantação do SNDU”, foi instituído o grupo de trabalho interno no Ministério das Cidades para discussão do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU). O grupo, coordenado pela Secretaria Executiva do MCidades e pela Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, trabalhou, ao longo do ano, na construção de uma minuta de Projeto de Lei para instituição do SNDU, a partir de proposta já elaborada pelo Conselho das Cidades e também do texto final aprovado na V Conferência Nacional das Cidades, realizada em novembro de 2013 e que teve como tema principal o SNDU. A minuta, que será finalizada no 1º semestre de 2015, será levada para discussão em Grupo de Trabalho Interministerial a ser criado, também em 2015, para discutir e encaminhar a temática.

Meta: Implementar o Programa Nacional para Cidades Sustentáveis (Brasil + 20).

Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente – instituição responsável pela consecução da meta -, em 2014, foi dada continuidade às seguintes atividades, iniciadas em 2013:

- Projeto Político Pedagógico do Programa associado ao Projeto Político Pedagógico do MMA que está em elaboração por intermédio de contratação de pessoa física.
- Sistematização dos resultados provenientes do Seminário Nacional Municípios Sustentáveis que reuniu 141 iniciativas para promoção da sustentabilidade foi finalizado.
- Contratação, mediante edital, de pessoa jurídica em parceria com Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para elaboração do conteúdo indutor “Integração de Políticas” do Programa Brasil+20.
- Desenvolvimento dos conteúdos indutores do Programa: “Metodologia para articulação dos instrumentos de planejamento territorial”, “Diretrizes ambientais para o desenvolvimento de municípios sustentáveis” e “Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana”. Tais conteúdos foram desenvolvidos em parceria com a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e atualmente estão na fase de validação interna pelas equipes técnicas.
- Realização do evento “Brasil+20: A collective effort for defining a national policy for sustainable municipalities” em 08 de Abril no Fórum Urbano Mundial em Medellín, Colômbia para discutir com especialistas internacionais a proposta de Programa bem como suas premissas e diretrizes.
- Publicação da proposta do Programa Brasil+20 ainda em fase de elaboração.
- Em fase de reavaliação do Plano de Trabalho para construção dos conteúdos do processo de capacitação para a implementação dos eixos II e III do Brasil+20 junto aos atores locais a cada ciclo do Programa.

Objetivo 1003 (programa 2054): Promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.

A promoção da acessibilidade visando efetivar o acesso à cidade em condições isonômicas a todas as pessoas vem sendo construída ao longo desse último PPA com ações voltadas para a elaboração de projetos e execução de obras, seminários e parcerias.

No entanto, ao longo dos anos, o volume de recursos a fundo perdido destinados a consecução desse tipo de atividade tem sido insuficiente para promover a ampla execução de obras de acessibilidade, com impacto efetivo nas cidades. Considerando esse quadro, a UJ buscou pautar sua atuação no tema da seguinte forma:

- a) Apoio, através de chamamento público, para a elaboração de projetos de acessibilidade nas áreas de entorno do PAC Mobilidade Grandes e Médias Cidades, como forma de potencializar os investimentos em curso, promovendo acessibilidade em áreas com grande fluxo de pessoas;
- b) Atuação para garantia de acessibilidade em projetos e obras financiadas com recursos públicos no âmbito do Ministério das Cidades;

- c) Produção de informações, capacitação de entes federados e assistência técnica para elaboração e qualificação de projetos de acessibilidade; e
- d) Qualificação de pequenas intervenções para construção e adaptação de calçadas e espaços públicos acessíveis em cidades de menor porte, viabilizadas através de emendas parlamentares de baixo valor.

Assim, em 2014, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Seleção de 44 propostas para elaboração de projetos de acessibilidade no âmbito de edital de seleção pública;
- Apoio a projetos e obras de acessibilidade em 164 municípios, englobando 19 estados, através de emendas parlamentares;
- Conclusão das atividades de Grupo de Trabalho instituído em 2013 (Portaria nº 450 de 02/10/2013) com intuito de analisar as normas de acessibilidade em projetos e obras financiadas com recursos públicos no âmbito do Ministério das Cidades.
- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea), com vistas ao desenvolvimento de atividades de capacitação para incorporação do tema da acessibilidade em projetos e obras de arquitetura e urbanismo.
- Representação institucional em feiras, eventos e conselhos com objetivo de tratar do tema da acessibilidade urbana e em edificações.

Meta: Apoiar a implantação de 8000 km de calçadas acessíveis em municípios com mais de 20.000 habitantes visando à remoção de barreiras urbanísticas e arquitetônicas e a garantia da acessibilidade universal para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.

Em relação à garantia de acessibilidade em projetos e obras financiadas com recursos públicos no âmbito do Ministério das Cidades, em fevereiro de 2014 foi concluído o relatório das atividades do Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 450 de 02/10/2013, com intuito de propor ações para cumprimento das normas de acessibilidade em projetos e obras financiadas com recursos públicos no âmbito do Ministério das Cidades. A criação deste GT decorreu de demanda proveniente da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal. O relatório sugere: 1. Elaboração de curso sobre acessibilidade em obras financiadas com recursos do MCidades; 2. Exigência de itens de acessibilidade (Check list) nos Registros e Anotações de Responsabilidade Técnica (RRT e ART); 3. Laudo de Acessibilidade na Prestação de Contas de obras realizadas com recursos públicos.

Para levar a termo as sugestões do relatório, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea), com vistas ao desenvolvimento de atividades de capacitação para incorporação do tema da acessibilidade em projetos e obras de arquitetura e urbanismo. No âmbito desse acordo, foi realizado, em setembro de 2014 na cidade de São Paulo (SP), um Seminário Técnico sobre Acessibilidade em Projetos de Arquitetura e Urbanismo. Este evento contou também com apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo, da Caixa Econômica Federal. Deste seminário foram retirados subsídios para elaboração do Check list de acessibilidade e para elaboração de curso EAD Acessibilidade em Projetos e Obras de Arquitetura e Urbanismo, que será ofertado pelo Portal Capacidades em 4 (quatro) turmas ao longo de 2015.

Em relação ao apoio a Estados, municípios e DF para realização de projetos e obras de acessibilidade, em 2014 foram analisados e aprovados 38 projetos e/ou obras de acessibilidade, com recursos oriundos de emendas parlamentares, para investimento em municípios nos estados de AL, BA, CE, GO, MG, PA, PE, PR, RJ, RN, RS, SP e TO, totalizando R\$ 14.455.648,99 em valores de investimento e R\$ 12.684.597,57 em valores de repasse. Os projetos empenhados em 2014 estão em fase de contratação pela instituição mandatária. Estima-se que, como este investimento das emendas parlamentares, será possível a execução de obras para produção de aproximadamente 60 Km de calçadas acessíveis. Ao longo do ano, a UJ também deu continuidade às atividades de monitoramento, junto à instituição mandatária, de 76 contratos de repasse firmados em anos anteriores, dos quais 51 encontram-se atualmente contratados com cláusula suspensiva.

Além da análise de emendas parlamentares, em julho de 2014 foi divulgado no SICONV o edital de seleção de projetos (arquitetônicos e de engenharia) para calçadas e espaços públicos visando promover condições de acessibilidade prioritariamente em áreas contíguas às obras do PAC 2 – Mobilidade Médias e Grandes Cidades e Capitais de Estado. Após análise técnica da equipe do DEAP/SNAPU 44 propostas foram selecionadas, destas 39 seriam contratadas de imediato, dentro da disponibilidade orçamentária (R\$ 10.653.001,33) da Ação 10T2, 5 (cinco) propostas remanescentes para futura contratação no caso de ampliação da dotação e/ou desistência de algum dos 39 proponentes, conforme Portaria 715/2014 publicada no DOU – seção I, nº223 de 18/11/2014. No entanto, não houve liberação dos recursos e conseqüentemente não houve contratação. Existe a intenção de aproveitar esta seleção para contratação no exercício de 2015.

Quanto à meta de implantação de 8mil km de calçadas acessíveis foi realizado um estudo que respaldou uma proposta de inclusão da ação no âmbito do PAC, que contemplaria os municípios acima de 50 mil habitantes em um cenário e acima de 100 mil habitante em outro cenário, ambos priorizando um percentual de calçadas maior para municípios menores. Em ambos os casos as propostas chegaram a cerca de R\$ 1 bilhão sendo que no segundo cenário seria possível a implantação de maiores extensões de calçadas por município do que no primeiro.

Finalmente, em relação às atividades de articulação e representação institucional, o Ministério das Cidades, por meio do DEAP/SNAPU, apresentou-se novamente na Feira para Reabilitação, Inclusão, Acessibilidade e Esportes Adaptados - REATECH, manteve representações no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, Conselho Nacional do Direito do Idoso - CNDI - e no Grupo de Trabalho Interministerial Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo.

Ainda, o Ministério das Cidades mantém suas parcerias com instituições governamentais, em especial Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Casa Civil, Ministério do Turismo, Caixa Econômica Federal.

Objetivo 0169 (Programa 2040): Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

O objetivo concretiza as ações governamentais constantes do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, lançado em meados de 2012 pela Presidenta da República. Nele estão incluídos os eixos de prevenção, que contemplam obras de drenagem para prevenção de cheias e de contenção de encostas e o de mapeamento, que inclui a elaboração das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização e de resposta aos desastres naturais.

Busca-se promover a prevenção de desastres de modo articulado com as políticas de desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo e de gestão das respectivas bacias hidrográficas. Para isso, estão sendo realizados estudos e intervenções que envolvem os eventos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, e enchentes recorrentes em áreas urbanas.

As intervenções estruturais abrangem obras de engenharia e de recuperação ambiental, incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sob gestão do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração Nacional.

O Ministério das Cidades tem sob sua responsabilidade apoiar: a elaboração de estudos e projetos e a execução de intervenções de drenagem e controle de cheias em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas; o investimento na elaboração de planos e projetos e execução de obras para implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca; a promoção de intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente; e a prevenção de deslizamentos de encostas em áreas urbanas. Essa última trata-se da execução de obras de contenção de encostas em áreas de alto risco de deslizamentos, associada à remoção de moradias quando necessária para implantação das obras. A ação é complementada com o apoio para execução de planos municipais de redução de riscos - que envolvem o mapeamento de risco, a

definição de prioridades e a elaboração da concepção das intervenções de segurança mais adequadas para as áreas de risco prioritárias – e para a elaboração de projetos básicos de intervenções de contenção de encostas. As intervenções estruturais de drenagem urbana devem privilegiar preferencialmente as soluções de redução, retardamento e amortecimento do escoamento das águas pluviais, baseadas em estudos de alternativas que contemplem aspectos técnicos, econômicos e ambientais.

Em dezembro de 2014, no âmbito do PAC 2, o montante de investimentos em manejo de águas pluviais totalizava R\$ 9,88 bilhões, equivalentes a 125 contratos, beneficiando 83 municípios. Desse valor contratado, R\$ 8,08 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União - OGU e R\$ 1,80 bilhão a financiamentos (empréstimos públicos). Do valor total contratado, R\$ 755,6 milhões (7 empreendimentos) foram contratados em 2014, R\$ 2,94 bilhões foram contratados em 2013, para execução de 21 empreendimentos; R\$ 2,64 bilhões foram contratados em 2012, para a execução de 26 empreendimentos, e R\$ 3,54 bilhões contratados em 2011, para execução de 71 empreendimentos. Além disso, até dezembro de 2014, do montante total de recursos da carteira de investimentos contratados, 48 empreendimentos foram iniciados em 2014 (R\$ 778,8 milhões); 76 empreendimentos estavam em fase de obras (R\$ 4,21 bilhões) e 3 empreendimentos haviam sido concluídos.

Na dimensão do planejamento urbano, está prevista a montagem de um sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos. Até 31 de dezembro de 2014, 86 cartas geotécnicas de aptidão à urbanização encontravam-se em elaboração em municípios críticos a esses desastres naturais. Tais cartas consistem em um instrumento de planejamento urbano que define, segundo características geológicas e geomorfológicas do município, áreas aptas ou impróprias para a ocupação permanente.

Na Ação de Contenção de Encostas, a carteira de empreendimentos contabiliza um valor de repasse de R\$ 2,3 bilhões, referente a 137 empreendimentos contratados. Até 31 de dezembro de 2014, 90% dos termos de compromisso desta carteira foram iniciados, sendo que o restante encontra-se na fase de elaboração de projetos ou de preparação de processos licitatórios.

No âmbito do Ministério da Integração – MI, o objetivo visa promover ações preventivas à segurança da população em situações de riscos e desastres no âmbito nacional, com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos. As ações do Programa objetivam promover a gestão sustentável da drenagem com ações estruturais e não estruturais dirigidas à recuperação de áreas úmidas, à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provados por fatos climáticos e ação antrópica gerando enchentes urbanas e ribeirinhas e problemas de macrodrenagem, bem como, o controle dos efeitos da dinâmica marítima na zona costeira. No âmbito do Departamento de Obras Hídricas, compreendem: Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial e execução de obras de drenagem urbana e de controle de erosão marítima e fluvial. Diante desse contexto, os Estados relacionados às ações são: Pernambuco, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais, Ceará, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Amapá, Rio Grande do Sul, Tocantins. No total, são quase 100 empreendimentos, dentre ações relacionadas a iniciativas individualizadas e não individualizadas, que consistem em obras e estudos. Beneficiarão, aproximadamente 8 milhões de habitantes. As dificuldades encontradas na operacionalização deste objetivo são relacionadas ao contexto de obras de engenharia, que, em muitos casos, no decorrer de sua execução, há a necessidade de readequação do plano de trabalho, postergando a conclusão das obras. Tendo em vista a resolução ou amenização desse obstáculo, busca-se a intensificação do monitoramento dos empreendimentos contratados como forma de se antever a problemas que possam surgir.

Tanto no caso da drenagem quanto no de contenção de encostas, estão sendo realizadas, constantemente, atividades de monitoramento das intervenções em andamento, bem como seleções públicas para escolha dos projetos a serem apoiados pela União por meio do PAC.

Assim, as dificuldades encontradas na operacionalização deste Objetivo encontram-se relacionadas aos desafios na implementação do PAC, como i) problemas de gestão por parte de estados e municípios; ii) deficiências nos projetos de engenharia; iii) licenciamento ambiental e

titularidade das áreas e iii) licitação. Tendo em vista a resolução ou amenização desses obstáculos, busca-se a intensificação do monitoramento dos empreendimentos contratados. Além disso, foram aperfeiçoados os procedimentos para seleção de propostas, exigindo a necessidade de apresentação e análise expedita do projeto básico de engenharia alvo da intervenção pelo Ministério das Cidades para a seleção do empreendimento, o que permite a identificação de propostas mais atualizadas, em estágio mais avançado de planejamento e com concepções técnicas adequadas. Quanto às licitações, o Ministério das Cidades, para além do apoio financeiro, tem oferecido apoio institucional aos Estados e Municípios no planejamento e implementação das ações de saneamento, por meio de cursos de capacitação aos agentes do setor.

Meta: Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos

A atividade de Monitoramento usa ferramentas e metodologias de sensoriamento remoto cuja periodicidade programada para o monitoramento dependerá dos recursos repassados para atividade (até o momento – 2012-2013-2014 – não houve destinação orçamentária suficiente para estruturar e implementar a atividade, de modo que a SNAPU está implementando suas atividades à medida das disponibilidades orçamentárias).

No âmbito da SNAPU foi promovida a reforma do espaço físico e promovidas licitações para aquisição de hardwares e softwares especializados para execução da tarefa (ambos os processos foram finalizados e os produtos licitados recebidos). Ressalte-se que a implantação do referido laboratório é projeto estratégico do Ministério das Cidades ("Implantação do LACAU - Laboratório de Análise Científica Aplicada ao Urbanismo").

Do ponto de vista da metodologia de Mapeamento e provimento de recursos humanos para a consecução das atividades, a SNAPU está em processo de negociação com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, instituição de notória atuação em sensoriamento e monitoramento de fenômenos espaciais e geográficos), uma parceria para apoio do órgão ao projeto. A perspectiva é que até o final do ano de 2015 tenhamos o aporte de técnicos do INPE para consecução das metas do projeto. A funcionalidade (insumos) do sistema depende da aquisição de imagens de satélite, fotos aéreas ou levantamentos a laser, dos mapas de suscetibilidade e setorização de risco em elaboração pela CPRM, das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização, entre outros insumos e bases de informação. O produto final será os mapas de monitoramento que serão encaminhados sazonalmente às prefeituras municipais para que, na qualidade de responsável constitucional pelo ordenamento do território urbano, possa tomar as medidas cabíveis ao controle da expansão.

A ação 20NN que daria suporte à implantação do LACAU teve seus recursos integralmente direcionados à elaboração de Cartas Geotécnica, ficando prejudicada a disponibilidade orçamentária para o LACAU.

Meta: Realizar o monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos

A atividade de Monitoramento da Ocupação Urbana possui relação direta com a meta "Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos", cuja análise detalha as estratégias de implantação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana (SIMOU) e seu laboratório. Neste ponto valem as mesmas observações apresentadas no item anterior (Meta: Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos).

Conforme comentado, após a estruturação e operacionalização do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana, a atividade de mapeamento terá como produto os mapas de monitoramento que serão encaminhados sazonalmente às prefeituras municipais para que, na qualidade de responsável constitucional pelo ordenamento do território urbano, possa tomar as medidas cabíveis ao controle da expansão e ocupação de áreas de riscos de desastres.

Meta: Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos

Pode-se destacar que até 2014 consolidou-se a metodologia de elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à urbanização, instrumento de gestão territorial que define, segundo características geológicas e geomorfológicas do município, seus setores seguros para ocupação.

No ano de 2014 foram contratadas cartas geotécnicas de aptidão à urbanização para 57 municípios dos Estados da Bahia (1), Espírito Santo (2), Minas Gerais (15), Paraná (6), Pernambuco (4), Rio de Janeiro (13), Rio Grande do Sul (3), São Paulo (13), por meio de Termos de Execução Descentralizada firmados com a CPRM – Serviço Geológico do Brasil, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal do ABC.

Neste ano foram finalizadas as seguintes cartas geotécnicas de aptidão à urbanização: para os municípios de Igrejinha (RS) e Ipojuca (PE), objetos de Termos de Cooperação de 2012 firmados com as Universidades Federais do Rio Grande do Sul e de Pernambuco; para os municípios de Gaspar, Luis Alves, Antônio Carlos, Palhoça e Ilhota (SC), objetos de Termo de Cooperação firmado em 2013 com a Universidade Federal de Santa Catarina; e para os municípios de Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, Barra Mansa e Itaperuna, elaboradas pelo Departamento de Recursos Minerais do Governo do Estado do Rio de Janeiro – DRM, de forma autônoma e com recursos próprios.

Para o ano de 2015 estão previstas contratações de 10 cartas remanescentes para o cumprimento da Meta de elaboração de 106 cartas geotécnicas de aptidão à urbanização previstas no PPA 2012 – 2015, mais 40 cartas que serão um incremento à Meta, totalizando uma previsão de contratação de 50 cartas geotécnicas de aptidão à urbanização no ano.

Meta: Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano

A meta tem como referência a elaboração de planos, projetos e execução de obras de contenção de encostas selecionadas pelo PAC para municípios críticos.

Em 2011, foram contratados os termos de compromisso relativos à 1ª seleção de contenção de encostas do PAC. Essa seleção beneficia 65 municípios vulneráveis a deslizamentos de encostas e envolve 37 contratos de execução de obras de contenção, 24 de elaboração ou revisão de planos municipais de redução de riscos e 37 de projetos básicos de estabilização de taludes. Esta seleção, que envolve o valor de repasse de R\$ 575,6 milhões, encontra-se com todos os contratos iniciados, tendo 27% deles concluídos. Importante ressaltar que as alterações percebidas nos quantitativos em relação a 2013 devem-se também aos cancelamentos de contratos ocorridos durante o exercício de 2014.

A seleção de 2012 envolveu os governos dos estados na organização e encaminhamento de propostas à SNAPU/MCidades. Foram contratadas 33 operações, contemplando 36 municípios dos estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, totalizando o investimento de R\$ 1,41 bilhão. Dessa seleção, 31 contratos que somam de R\$ 1,37 milhões para execução de obras foram iniciados, o que representa 94% da quantidade, sendo que os demais estão em fase de preparação de projetos ou em licitação das obras.

Já em 2013, ocorreram seleções de propostas de caráter extraordinário, beneficiando 5 (cinco) municípios dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, representando o investimento de R\$ 202,9 milhões.

Já em 2014, foi efetuada a contratação do termo de compromisso relativo à desocupação de áreas de alto risco de deslizamentos de encostas no Município de Petrópolis/RJ. Essa seleção beneficia 1.000 famílias que se encontram em área de risco muito alto com o valor de repasse de R\$ 75 milhões e encontra-se iniciada. Foi realizada seleção de projetos e obras para municípios do Estado do Espírito Santo com previsão de contratação para 2015.

Dessa forma, os resultados alcançados entre 2011 a 2014 para esta Ação acusam a contratação de 137 operações, representando um valor de R\$ 2,3 bilhões que beneficiam 89

municípios de 10 estados. Ao todo, 131 operações encontram-se em andamento, o que representa 96% da quantidade de operações e 90% em recursos financeiros contratados. Cumpre informar que, desse conjunto, 27 operações foram concluídas. O valor desembolsado financeiro acumulado, por sua vez, correspondeu a R\$ 320 milhões.

Houve avanços na execução física dos empreendimentos relacionados à contenção de encostas, a partir da capacitação interna da equipe, realizada por meio de reuniões periódicas e do apoio técnico aos tomadores (prefeituras) na realização de videoconferências e reuniões presenciais.

Objetivo 0324: Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso a terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Considerando o papel estratégico da regularização fundiária para o desenvolvimento urbano, para a efetivação do direito constitucional à moradia e para o exercício pleno da cidadania pela população moradora em cidades e assentamentos informais, o Governo Federal instituiu no ano de 2003 o Programa Papel Passado, com o objetivo de fomentar ações de regularização fundiária urbana por todo o país.

Significativos avanços foram alcançados desde então, destacando-se a incorporação da regularização fundiária na agenda de um conjunto expressivo de municípios brasileiros e a aprovação das leis federais nº 11.481 de 2007, que dispõe sobre a regularização fundiária de interesse social nos imóveis da União, nº 11.952 de 2009, que trata da regularização fundiária de terras federais na Amazônia Legal, nº 11.977 de 2009, que versa sobre regularização fundiária de assentamentos urbanos, da Lei 12.424 de 2011, que alterou a lei nº 6.015 de 1973, lei dos registros públicos, para dispor sobre o registro imobiliário na regularização fundiária urbana e da Lei 12.651/2012, que institui o novo Código Florestal Brasileiro, para dispor sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos em áreas de preservação permanente (APPs).

Desde que começou a operar, o Programa Papel Passado vem apoiando atividades de regularização fundiária urbana com a transferência de recursos do Orçamento Federal. Neste contexto foram apoiadas, com recursos do Orçamento Geral da União, ações de regularização fundiária em benefício de cerca de 398 mil famílias, entre 2004 e 2014, tendo como produtos a regularização jurídica do parcelamento do solo ou a entrega de títulos de concessão de uso e de propriedade. Além dessas ações, em seu início o Programa também apoiou ações ligadas à estruturação de programas locais de regularização fundiária urbana, tais como a identificação e o mapeamento de áreas irregulares e a elaboração de planos municipais de regularização fundiária.

Meta: Adequação aos novos dispositivos legais das normas de serviços extrajudiciais para o registro da regularização fundiária urbana

Em dezembro de 2013 foram retomadas as tratativas, iniciadas em 2012, com a Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça que resultaram na produção de uma Minuta de Norma de Serviço Extrajudicial para o Registro da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos. O documento foi discutido entre as entidades envolvidas. O Ministério das Cidades participou de reuniões, no primeiro semestre de 2014, com a Corregedoria Nacional de Justiça com a finalidade de aprimorar o documento.

Em dezembro de 2014 o CNJ disponibilizou para consulta às entidades envolvidas uma nova minuta do documento. Na avaliação do Ministério das Cidades o último documento disponibilizado para consulta ainda requer aperfeiçoamento. Por este motivo, o Ministério das Cidades encaminhou suas contribuições ao CNJ e aguarda os encaminhamentos.

Paralelamente à discussão da Norma Nacional de Serviço Extrajudicial para o Registro da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos, o Ministério das Cidades participa das discussões de alteração da Lei 11.952/2009, (que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal),

conduzida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário; e da Lei de desapropriações (DECRETO-LEI Nº 3.365/ 1941), conduzida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Meta: Ampliação do Programa Papel Passado para intensificar a regularização fundiária urbana em cidades irregulares da Amazônia Legal inseridas no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e em assentamentos irregulares de baixa renda situados em municípios pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários:

Em 2013, houve um incremento significativo no orçamento da Ação 8866 – Programa Papel Passado, que possibilitou a ampliação do apoio financeiro a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos para implementação de atividades específicas de regularização fundiária em assentamentos urbanos. No total, do orçamento previsto para o exercício de 2013, após o processo de contratação, foram repassados R\$ 21,58 milhões destinados à regularização fundiária de 109 assentamentos irregulares em 63 municípios do país, em benefício de cerca de 25 mil famílias. A maioria desses contratos encontra-se em condição suspensiva, aguardando a aprovação de Termo de Referência para início dos serviços.

Em 2014, o orçamento estabelecido em LOA para a ação de regularização fundiária foi significativamente reduzido em relação ao exercício 2013, motivo pelo qual optou-se pela não abertura de novo processo de seleção. Assim, com o orçamento 2014, seriam contratadas propostas selecionadas no exercício 2013 em benefício de aproximadamente 8,9 mil famílias em 24 municípios, perfazendo um total de repasse de R\$ 5,96 milhões. Porém, o contingenciamento de recursos durante o exercício de 2014 e a posterior revogação dos limites orçamentários por meio da Portaria 452 de 08/12/2014, impediu o empenho dos recursos.

Com os recursos restantes, disponíveis para a ação, foram realizadas duas operações de descentralização de crédito orçamentário:

1 - Universidade Federal do Pará, para fins de regularização fundiária em municípios do Estado do Pará, inseridos no Programa Terra Legal e já contemplados por processos de transferência de terras federais para fins de regularização fundiária urbana, nos termos da Lei 11.952/2009.

2- Universidade Federal da Região do Semiárido (UFERSA), para a elaboração de atividades específicas de regularização fundiária urbana em assentamentos urbanos de 10 municípios do estado do Rio Grande do Norte.

No âmbito do Programa Terra Legal, de regularização fundiária na Amazônia Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a participação deste Ministério das Cidades nos casos de regularização fundiária urbana, durante o exercício de 2014, foram analisadas as condições de ocupação de 181 áreas, para verificar se essas atendiam aos requisitos legais para doação aos municípios para fins de regularização fundiária urbana. Salienta-se que, após a doação das terras federais, cabe aos municípios o procedimento de regularização com a consequente titulação dos possuidores dos lotes urbanos, ação que pode ser objeto de apoio financeiro pelo Programa Papel Passado.

Meta: Elaboração do plano nacional de regularização fundiária urbana

A elaboração do plano nacional de regularização fundiária urbana não foi iniciada. A discussão do tema ocorre junto ao CONCIDADES, no âmbito do Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, em grupo de trabalho constituído especificamente para esse fim.

Em 2014 a elaboração do Plano Nacional de Regularização Fundiária foi incluída na relação de projetos prioritários do Planejamento Estratégico do Ministério das Cidades. No entanto, o trabalho ainda não foi iniciado, e se aventa a possibilidade de associar sua elaboração com a revisão do Plano Nacional de Habitação, que também está relacionada como projeto prioritário do planejamento estratégico, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Habitação, deste Ministério das Cidades.

Meta: Instituição de programas estaduais e municipais de regularização fundiária urbana nos municípios da Amazônia Legal inseridos no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e aqueles pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários.

No exercício de 2014, prosseguiu-se com a estratégia de promoção de seminários com o objetivo de fomentar a estruturação de políticas e programas de regularização fundiária de assentamentos urbanos no âmbito dos estados e municípios, que se mostrou bem sucedida em iniciativas anteriores.

No segundo semestre de 2014, foram realizados seminários nos estados de Goiás e Rio Grande do Norte.

Trabalha-se na articulação com diversos estados (Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins) para a organização e realização dos eventos. Salienta-se que a estratégia somente se viabiliza pela parceria dos estados com o Ministério das Cidades.

Objetivo 0565 (programa 2064): Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano

A Coordenação de Mediação e Prevenção de Conflitos Fundiários Urbanos do Ministério das Cidades é responsável pelo acolhimento e tramitação de processos que envolvem a temática de Conflitos fundiários urbanos.

O Ministério das Cidades tem atendido às demandas encaminhadas por meio de diligências, articulações intergovernamentais e negociação entre partes envolvidas em conflitos urbanos tais como remoções, reintegrações de posse e violação dos direitos à moradia.

Para realização deste objetivo o governo federal atua em duas vertentes estratégicas: de forma direta, mediante o monitoramento e acompanhamento das ações de desenvolvimento urbano e da regulamentação de matéria que trata da conduta do reassentamento de famílias afetadas por intervenções geradoras de impactos urbanos e sociais, com base na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e nas orientações da ONU; e de forma indireta, por meio de estratégias de parceria e articulação institucional com entes públicos, entidades e órgãos essenciais da justiça.

De forma descentralizada, através da celebração de Acordos de Cooperação Técnica, Protocolos de Cooperação Federativa e convênios com Estados, Municípios, Distrito Federal, entidades e órgãos essenciais da justiça, para estruturação de instâncias estaduais de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos com vistas a garantir os direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano com base na regulamentação citada.

Em 2013 foi elaborado Termo de Cooperação junto a Universidades Federais, mediante destaque orçamentário, para realização de pesquisa sobre os conflitos fundiários em âmbito nacional e realização de seminário nacional, bem como produção de publicação relacionada à pesquisa. Entretanto, o Acordo não foi celebrado em virtude de pendências da UFRJ junto à documentação necessária para celebração do Termo.

Em 2013, o Ministério das Cidades publicou a portaria nº 317 que traz medidas e procedimentos a serem aplicados em casos de deslocamento involuntário de famílias de suas moradias ou local que exercem atividades econômicas, devido à implantação de programa e ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Os recursos da Ação 20NU, da ordem de R\$ 750.000,00, no exercício de 2014, foram redirecionados para a Ação 20NN - Elaboração de Cartas Geotécnicas, monitorada pela Casa Civil no âmbito do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. Nesse sentido, para o exercício de 2014 a Ação 20NU não disporá de recursos para efetivar as metas estabelecidas.

A Portaria Interministerial nº 17, de 27 de junho de 2014, institui a Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos – CIMCurb, na qual o Ministério das Cidades tem representação. O objetivo da Comissão é construir soluções pacíficas para conflito urbanos que

envolvam famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis ou que envolvam a garantia da gestão democrática da cidade, com o objetivo de assegurar o direito à moradia digna e adequada, o acesso à terra urbanizada regularizada e a promoção dos direitos humanos.

Meta: Incentivar instâncias locais para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, por meio de ações de articulação, pesquisa, monitoramento e capacitação

O atingimento desta Meta se daria por meio de celebração de Acordos de Cooperação Técnica, Protocolos de Cooperação Federativa e convênios com Estados, Municípios, Distrito Federal, entidades e órgãos essenciais da justiça, para estruturação de instâncias estaduais e/ou locais de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos com vistas a garantir os direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano com base na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e nas orientações da ONU. Em 2013 foi elaborado Termo de Cooperação junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro, mediante destaque orçamentário, para realização de pesquisa sobre os conflitos fundiários em âmbito nacional e realização de seminário nacional, bem como produção de publicação relacionada à pesquisa. Entretanto, o Acordo não foi celebrado em virtude de pendências da UFRJ junto à documentação necessária para celebração do Termo.

Meta: Estruturação de instância nacional para monitoramento dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

A Coordenação de Mediação e Prevenção de Conflitos Fundiários Urbanos do Ministério das Cidades é responsável pelo acolhimento e tramitação de processos que envolvem a temática de Conflitos fundiários urbanos. O Ministério das Cidades tem atendido às demandas encaminhadas por meio de diligências, articulações intergovernamentais e negociação entre partes envolvidas em conflitos urbanos tais como remoções, reintegrações de posse e violação dos direitos à moradia. Considerando este papel estratégico da SNAPU, a transversalidade e a parceria intergovernamental no âmbito do governo federal, ainda não foi empenhada ação no sentido de estruturar a instância nacional de monitoramento de conflitos fundiários urbanos.

Meta: Regulamentação de medidas e procedimentos para a conduta do reassentamento de famílias atingidas por intervenções urbanas de modo a garantir os direitos humanos

Em 2013, o Ministério das Cidades publicou a portaria nº 317 que traz medidas e procedimentos a serem aplicados em casos de deslocamento involuntário de famílias de suas moradias ou local que exercem atividades econômicas, devido à implantação de programa e ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A Portaria Interministerial nº 17, de 27 de junho de 2014, institui a Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos – CIMCUrb, na qual o Ministério das Cidades tem representação. O objetivo da Comissão é construir soluções pacíficas para conflito urbanos que envolvam famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis ou que envolvam a garantia da gestão democrática da cidade, com o objetivo de assegurar o direito à moradia digna e adequada, o acesso à terra urbanizada regularizada e a promoção dos direitos humanos.

5.2.3 AÇÕES

5.2.3.1 Ações - OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Programa 2054 - Ação 20NR – Objetivo 0321

Identificação da Ação						
Código	10.56101.15.451.2054.20NR			Tipo: Atividade		
Título	Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas					
Iniciativa	Reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental					
Objetivo	Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados. Código: 0321					
Programa	Planejamento Urbano		Código: 2054	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.025.000,00	29.025.000,00	5.740.000,00	190.000,00	190.000,00	0,00	5.550.000,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Unidade	27	27	8
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
12.966.870,00	0,00	237.500,00	Projeto Apoiado		unidade	0

Programa 2054 - Ação 8874 – Objetivo 0322

Identificação da Ação						
Código	10.56101.15.121.2054.8874		Tipo: Atividade			
Título	Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa					
Iniciativa	Instituição do planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades sociais e melhoria da qualidade ambiental					
Objetivo	Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais. Código: 0322					
Programa	Planejamento Urbano	Código: 2054	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000,00	1.600.000,00	238.683,92	152.550,82	152.550,82	0,00	86.133,10
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Município beneficiado			unidade	20	20	6
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.593.270,12	0,00	57.723,70	unidade	unidade	4	

Programa 2054 – Ação 8866 – Objetivo 0324

Identificação da Ação						
Código	10.56101.15.452.2054.8866 Tipo: Atividade					
Título	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado)					
Iniciativa	Promoção da regularização fundiária urbana, incluindo adequações de normas pertinentes, o fortalecimento e a articulação interinstitucionais, como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana					
Objetivo	0324-Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana. Código: 0324					
Programa	2054- Planejamento Urbano Código: 2054 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	56101 -Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
47.321.155,00	43.906.155,00	7.137.183,79	1.047.673,51	1.047.673,51	0,00	6.089.510,28
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária com recursos da ação orçamentária 8866.		Número de famílias	78.658	27.245	12.321	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
35.396.448,45	9.150,00	849.215,01	Famílias beneficiadas	Número de famílias	14.000	

Programa 2054 – Ação 10T2 – Objetivo 1003

Identificação da Ação						
Código	10.56101.15.451.2054.10T2 Tipo: Projeto					
Título	Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência					
Iniciativa	Apoiar a promoção da acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações					
Objetivo	Promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência. Código: 1003					
Programa	Planejamento Urbano Código: 2054 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	56101 -Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
28.068.154,00	25.046.586,00	740.000,00	0,00	0,00	0,00	740.000,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Apoiado			Unidade	15	15	3
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.853.107,38	0,00	287.500,00	Projeto apoiado	unidade	0	

Programa 2040 – Ação 20NN – Objetivo 0169

Identificação da Ação						
Código	10.56101.15.452.2040.20NN Tipo: Projeto					
Título	Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos					
Iniciativa	Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos; Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos; Realizar o monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos; Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à urbanização nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos.					
Objetivo	Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais					
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres					
Unidade Orçamentária	Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.600.000,00	10.556.568,00	2.792.663,50	1.095.740,96	1.095.740,96	0	1.696.922,54
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Município apoiado			unidade	53	57	57
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
5.924.510,50	1.058.530,33	0,00	Município apoiado		unidade	

Programa 2040 – Ação 8865 – Objetivo 0169

Identificação da Ação						
Código	10.56101.15.451.2040.8865 Tipo: Projeto					
Título	Apoio ao planejamento e execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas					
Iniciativa	Execução de estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e recuperação ambiental					
Objetivo	Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais					
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres					
Unidade Orçamentária	Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
369.000.000,00	369.000.000,00	62.594.877,00	0,00	0,00	0,00	62.594.877,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Município apoiado			unidade	36	18	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
605.358.410,48	4.150,00	4.380.512,30	Município apoiado	unidade	72	

Programa 2064 – Ação 20NU – Objetivo 0565

Identificação da Ação						
Código	10.56101.15.422.2064.20NU Tipo: Projeto					
Título	Ação Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano					
Iniciativa	Preservação dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano					
Objetivo	Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano					
Programa	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Instância estadual criada			unidade	3	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Instância estadual criada	unidade	0	

5.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS ,

A UJ não é responsável por apenas um ou mais subtítulos da Ação e sim pela intragrabilidade da Ação.

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

A UJ não desenvolveu ações que não mais estão previstas na LOA 2014.

5.2.3.4 Orçamento de Investimento – OI

A UJ não possui Orçamento de Investimento, desta forma, não possui informações a serem apresentadas neste sentido.

5.2.3.5 Análise Situacional

Ação 20NR - Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas

Do valor total da dotação orçamentária para o exercício 2014 (R\$ 29.025.000,00 - vinte e nove milhões e vinte e cinco mil reais), oriundos de projeto de lei orçamentária, emendas de bancada e comissão e emendas parlamentares individuais, foram empenhados R\$ 5.740.000,00 (cinco milhões, setecentos e quarenta mil reais), distribuídos da seguinte forma:

- a) R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) no localizador nacional (001), liquidados e pagos, à empresa Imagem Sistemas de Informações LTDA, através de contratação realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA no âmbito de Termo de Execução Descentralizada assinado entre a UJ e o IPEA, no valor de R\$ 221.666,67 para realização da pesquisa “Retrato das Áreas Centrais no Brasil”.
- b) R\$ 5.550.000,00 (cinco milhões quinhentos e cinquenta mil reais), sem liquidação e pagamento, referentes a contratos de repasse oriundos de emendas parlamentares beneficiando 07 municípios nos estados de PE, RJ, SP, MG, SE, PR e GO.

A diferença de R\$ 28.451.000,00 (vinte e oito milhões quatrocentos e cinquenta e um mil reais) entre o valor da dotação de 2014 e o valor efetivamente empenhado se deu por duas razões:

a) No localizador Nacional 001, cuja dotação foi de R\$ 6.750.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), só houve a liberação para empenho do limite legal de R\$ 250.000,00 (dos quais foram empenhados R\$ 221.666,67 e liquidados e pagos R\$ 190.000,00). O restante dos recursos, relativo a emendas de bancada e comissão, foi contingenciado pelo Governo Federal;

b) Nos demais localizadores, relativos aos recursos de emendas parlamentares individuais, a execução não foi de 100% pois alguns municípios não tiveram suas propostas de trabalho aprovadas por não atenderem às exigências mínimas dispostas no Manual da Ação ou não tiveram limite orçamentário liberado.

O campo de meta física realizada (8 projetos) refere-se, portanto, aos contratos de repasse provenientes de emendas parlamentares (7 contratos) somados à pesquisa “Retrato das Áreas Centrais no Brasil” com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

O valor de R\$ 12.966.870,00 refere-se a restos a pagar não processados dos contratos de repasse dos anos de 2012 e 2013. Esses contratos ainda não foram liquidados e pagos porque os municípios beneficiados ainda não iniciaram a execução dos projetos e obras contratados. Isso acontece devido ao grande contingente de contratos assinados com cláusula suspensiva pela instituição mandatária, que aguardam a resolução de pendência de projeto de engenharia e/ou licenciamento ambiental. Ainda há um valor referente a RAP não processado para a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, no valor de R\$ 237.500,00 (duzentos e trinta e sete mil e quinhentos reais), no âmbito do Convênio nº 762976/2011. O empenho, realizado inicialmente em 2012, conforme cronograma definido no Plano de Trabalho foi cancelado devido a pendências fiscais da Conveniente. O montante foi empenhado novamente em 2013 pela mesma razão. Em 2014 o empenho foi inscrito em restos a pagar, tendo em vista a vigência do convênio.

Ação 8874 - Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa

A previsão orçamentária da Ação 8874 não é suficiente para trabalhar com apoio direto a estados e municípios através de contratos de repasse, dessa forma se optou por priorizar a celebração de parcerias, a regulação, a capacitação e o aprofundamento metodológico de diversos temas prioritários para o planejamento e gestão territorial. Do orçamento previsto para o exercício de 2014, foram pagos R\$ 152.550,82 (cento e cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta e um). Do valor total empenhado e/ou contratado de R\$ 270.992,28, R\$ 259.560,00 destinaram-se à elaboração de cadernos técnicos sobre instrumentos do Estatuto das Cidades, no âmbito do Projeto Estratégico Regulamentação dos instrumentos do Estatuto das Cidades e demais leis, divididos da seguinte forma:

- a) R\$ R\$ 92.500,00 em Termo de Execução Descentralizada assinado entre a UJ e a Universidade Federal do Pará;
- b) R\$ 76.340,00 em Termo de Execução Descentralizada assinado entre a UJ e a Universidade Federal do ABC; e

- c) R\$ 90.720,00 em Termo de Execução Descentralizada assinado entre a UJ e a Universidade de Brasília.

O restante do recurso empenhado e/ou contratado, R\$ 5.659,28, destinou-se à contratação de o serviço de tradução para a para a Missão técnica em Estocolmo dentro da parceria "Diálogos Setoriais Brasil - União Europeia" - Instrumentos de Planejamento e Governança Metropolitanos.

A UJ também iniciou estudos para ativação de uma de suas atribuições estabelecidas no Decreto de Criação do MCidades, o de promover o Desenvolvimento Institucional das Cidades. Neste sentido, em novembro de 2014 foi aberto um processo administrativo que viabilizou a contratação e o empenho no valor de R\$ 5.773,00, relativos à fabricação de 5.000 CDs de dados com 21 publicações elaboradas no âmbito da SNAPU e da Secretaria Executiva, enviados a 4.930 municípios brasileiros com população inferior a 50.000 habitantes (com base na MUNIC/IBGE 2013) no ano de 2015.

Os demais recursos da ação foram objeto de contingenciamento.

O campo de meta física realizada é de 6 projetos em 2014, a saber:

- a) 5 cadernos técnicos contratados (2 dos quais sem custos diretos para a UJ, oriundos de parceria com Lincoln Institute of Land Policy); e
b) 1 Missão Técnica realizada no âmbito do projeto "Diálogos Setoriais Brasil - União Europeia" - Instrumentos de Planejamento e Governança Metropolitanos.

Em relação aos Restos a Pagar, do total informado, R\$ 534.182,08 referem-se ao pagamento do Programa Executivo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, para a implementação de iniciativa de cooperação técnica no tema de Governança Metropolitana. Desse montante, R\$ 220.00,00 foram pagos no exercício de 2014. O restante, correspondente à R\$ 313.125,08 (reajustados a partir de Termo Aditivo assinado no final de 2014) será pago em 2015.

Informa-se que do valor total empenhado e/ou contratado de R\$ 270.992,28, parte foi restituído à UJ pelas unidades descentralizadas, devido à redução dos valores durante a execução dos objetos pactuados nos Termos de Execução Descentralizada, desta forma consta como empenho no SIAFI Gerencial o valor de R\$ 238.683,92.

Ação 8866 – Apoio a Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado)

Em 2014, o orçamento estabelecido em LOA para a ação de regularização fundiária foi significativamente reduzido em relação ao exercício 2013, motivo pelo qual optou-se pela não abertura de novo processo de seleção. Assim, com o orçamento 2014, seriam contratadas propostas selecionadas no exercício 2013 em benefício de aproximadamente 8,9 mil famílias em 24 municípios, perfazendo um total de repasse de R\$ 5,96 milhões (recursos discricionários). Porém, o contingenciamento de recursos durante o exercício de 2014 e a posterior revogação dos limites orçamentários por meio da Portaria 452 de 08/12/2014, impediram o empenho dos recursos.

Com os recursos restantes, disponíveis para a ação em seu localizador nacional, foram realizadas duas operações de descentralização de crédito orçamentário, totalizando o empenho de R\$ 1.644.183,79.

Além dos valores acima, foram empenhados R\$ 5.493.000,00 referentes a cinco emendas parlamentares. Saliencia-se que o valor previsto em LOA para emendas na Ação 8866 foi de R\$ 29.993.000,00 para o atendimento de sete emendas parlamentares.

Em relação à meta física realizada, o valor é referente ao número de famílias beneficiadas pela transferência dos recursos empenhados de acordo com os limites de empenho estabelecidos para a Ação 8866 (Reprogramado financeiro). Deste total, 3000 famílias foram beneficiadas por Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal da Região do Semiárido (UFERSA) e 9.321 famílias beneficiadas por Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Pará.

No aspecto financeiro, o limite de empenho foi decorrente do contingenciamento de recursos durante o exercício de 2014 e a posterior revogação dos limites orçamentários por meio da Portaria 452 de 08/12/2014.

Os valores empenhados são referentes aos dois Termos de Execução Descentralizada citados acima, sendo R\$ 650.000,00 destinados à Universidade Federal do Pará-UFPA e R\$ 994.183,79 destinados à Universidade Federal da Região do Semiárido (UFERSA). Ambos termos de descentralização destinam-se elaboração de atividades específicas de regularização fundiária urbana em municípios dos respectivos estados.

Os valores relativos aos restos a pagar não processados pagos e liquidados (R\$ 350.000,00) referem-se ao pagamento de parcela de Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Universidade Federal do Pará em 2012, via destaque orçamentário, no valor total de R\$ 2.393.370,14. Tal acordo prevê o benefício de 14.000 famílias em municípios da Amazônia Legal.

Ação 10T2 - Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência

Em que pese à realização de seleção pública de projetos com classificação de 44 propostas, sendo 39 destacadas para empenho em 2014 (R\$ 10.653.001,33), não houve liberação dos recursos e conseqüentemente não houve empenho relativo à dotação orçamentária prevista.

Do orçamento previsto para a ação para o exercício de 2014, só foi possível empenho de R\$ 740.000,00 referente à emendas parlamentares incluídas no orçamento impositivo, sendo R\$ 295.300,00 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos reais) em nome da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos de Fortaleza (CE), R\$ 245.850,00 para o município de Monte Mor/SP e R\$ 186.510,00 para o município de Mogi das Cruzes/SP. O valor complementar se refere ao empenho para o pagamento das tarifas da Mandataria.

O campo de meta física realizada (3 projetos) refere-se, portanto, às emendas empenhadas em 2014. Caso houvesse a liberação do orçamento previsto para a contratação das propostas selecionadas, a meta física atingida seria de 42 projetos, superando em muito o previsto para a ação em 2014 (15 projetos).

Em relação aos Restos a Pagar, o valor de 3.853.107,38 refere-se a contratos de repasse celebrados nos anos de 2012 e 2013 oriundos de seleção pública de projetos realizada em 2012 e de emendas parlamentares. Não houve pagamentos relativos a nenhum desses contratos no exercício de 2014, pois os municípios beneficiados ainda não iniciaram a execução dos projetos e obras contratados. Tais contratos foram assinados com cláusula suspensiva pela instituição mandatária e aguardam a resolução de pendência de projeto de engenharia e/ou licenciamento ambiental. Já os R\$ 287.500,00 registrados como cancelados referem-se a cancelamento do empenho realizado em 2013 em favor do Governo do Estado do Amazonas. O cancelamento foi efetuado a pedido do Conveniente.

Ação 20NN - Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos

Em relação à Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos e ao monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, cabe ressaltar que, até o momento (2012 a 2014) não houve destinação orçamentária suficiente para estruturar e implementar as atividades, deste modo a SNAPU está implementando suas atividades na medida das disponibilidades orçamentárias.

No ano de 2014, do orçamento disponibilizado de R\$ 10.600.000,00, foi descentralizado o montante de R\$ 10.556.568,00 para elaboração de 57 cartas geotécnicas em municípios dos Estados da Bahia (1), Espírito Santo (2), Minas Gerais (15), Paraná (6), Pernambuco (4), Rio de Janeiro (13), Rio Grande do Sul (3), São Paulo (13), por meio de Termos de Execução Descentralizada firmados com: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do ABC. Do repasse à CPRM no valor de R\$ 8.471.481,30 o órgão empenhou somente R\$ 708.465,16. As demais descentralizações foram integralmente empenhadas. Tais informações estão representadas no quadro referente a esta Ação, totalizando R\$ 2.792.663,50 empenhados e R\$ 1.095.740,96 pagos em 2014.

As atividades desenvolvidas entre os órgãos ou entidades de governo são monitoradas de forma sistemática, em que são considerados prazos suficientes para a descentralização dos recursos e o respectivo empenho pelos órgãos recebedores, a fim de garantir a execução orçamentária e financeira. No entanto, o Ministério das Cidades constatou em 31/12/2014 que a CPRM/MME não efetivou o empenho referente ao recurso descentralizado, o que impossibilitou a execução do plano de trabalho acordado e consequentemente o empenho da totalidade dos recursos.

Ação 8865 - Apoio ao planejamento e execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas

A meta tem como referência a elaboração de planos, projetos e execução de obras de contenção de encostas selecionadas pelo PAC para municípios críticos a deslizamentos de encostas.

Em 2014, foram efetuados reforços de empenho para os empreendimentos contratados desde o ano de 2011, considerando a sua execução física. Foi realizada seleção de projetos e obras para 17 municípios do Estado do Espírito Santo e para Angra dos Reis/RJ com previsão de contratações para 2014 que, no entanto, não foram exitosas, o que comprometeu o recurso empenhado. Apenas o empreendimento de desocupação de áreas de alto risco no Município de Petrópolis, selecionado em 2013, foi firmado durante o exercício de 2014.

Importante ressaltar que o valor aprovado na LOA 2015 correspondeu a R\$ 369.000.000,00. Durante o ano de 2014, houve definição de limite orçamentário no valor de R\$ 185.700.000,00 por parte da Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento (SOF/MP). Ao final do exercício financeiro, o Ministério do Planejamento verificou junto a esta Unidade a possibilidade de utilização do saldo orçamentário da Ação 8865 em outras ações orçamentárias.

Em relação ao acompanhamento físico, as ações efetivadas pelo Departamento responsável pelo monitoramento da ação, possibilitaram a redução dos restos a pagar. Em 2014, foi pago o montante de R\$ 136.275.492,80, atendendo a 72 municípios de 90 termos de compromisso do PAC - Contenção de Encostas.

As dificuldades enfrentadas são inerentes ao processo de gestão de contratos junto aos entes federados na aprovação dos produtos junto ao agente operador do Ministério das Cidades – CAIXA, portanto, não exclusivas a esta Ação. Os tomadores de recursos, em especial as Prefeituras, apresentam dificuldades em desenvolver projetos mais consistentes e na montagem dos processos licitatórios, o que tem impedido o início e o desempenho de diversas obras contratadas.

Houve avanços na qualidade do monitoramento dos empreendimentos do PAC – Contenção de Encostas, a partir da capacitação interna da equipe realizada por meio da participação em cursos presenciais de treinamento em parceria com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM/MME), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Agência de Cooperação Japonesa (JICA), Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), além da realização do apoio técnico aos tomadores (prefeituras e governo dos estados) na realização de videoconferências e reuniões presenciais.

Ação 20NU - Ação Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano

A Coordenação de Mediação e Prevenção de Conflitos Fundiários Urbanos do Ministério das Cidades é responsável pelo acolhimento e tramitação de processos que envolvem a temática de Conflitos Fundiários Urbanos. O Ministério das Cidades tem atendido às demandas encaminhadas por meio de diligências, articulações intergovernamentais e negociações entre partes envolvidas em conflitos urbanos tais como remoções, reintegrações de posse e violação dos direitos à moradia. Para realização deste objetivo o governo federal atua em duas vertentes estratégicas: de forma direta, mediante o monitoramento e acompanhamento das ações de desenvolvimento urbano e da regulamentação de matéria que trata da conduta do reassentamento de famílias afetadas por intervenções geradoras de impactos urbanos e sociais, com base na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e nas orientações da ONU; e de forma indireta, por meio de estratégias de parceria e articulação institucional com entes públicos, entidades e órgãos essenciais da justiça.

De forma descentralizada, para estruturação de instâncias estaduais de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos com vistas a garantir os direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano com base na regulamentação citada, são celebrados Acordos de Cooperação Técnica, Protocolos de Cooperação Federativa e convênios com Estados, Municípios, Distrito Federal, entidades, e órgãos essenciais da justiça.

Os recursos da Ação 20NU, da ordem de R\$ 750.000,00, no exercício de 2014, foram redirecionados para a Ação 20NN - Elaboração de Cartas Geotécnicas, monitorada pela Casa Civil no âmbito do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. Nesse sentido, em 2014 não houve recursos a Ação 20NU para efetivar as metas estabelecidas.

A Portaria Interministerial nº 17, de 27 de junho de 2014, institui a Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos – CIMCurb, na qual o Ministério das Cidades tem representação. O objetivo da Comissão é construir soluções pacíficas para conflitos urbanos que envolvam famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis ou que envolvam a garantia da gestão democrática da cidade, com o objetivo de assegurar o direito à moradia digna e adequada, o acesso à terra urbanizada regularizada e a promoção dos direitos humanos.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Ação 20NR - Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas

Embora a Ação 20NR sofra com a insuficiência de recursos e os constantes contingenciamentos orçamentários, dificultando o alcance de suas metas, a Ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, ação exclusiva para recepcionar emendas parlamentares e coordenada pela Secretaria Executiva, recebe a cada ano uma maior quantidade de propostas para execução de projetos obras de Reabilitação Urbana, amenizando a baixa execução dos objetivos da Ação 20NR.

Em 2014, foram selecionadas, aprovadas e empenhadas 143 propostas de emendas parlamentares na ação 1D73 para execução de projetos e obras de reabilitação integrada nos municípios brasileiros, com recursos referentes ao repasse da União no valor de R\$ 65.007.740,33.

Ação 8866 – Apoio a Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado)

Além das atividades de apoio orçamentário, houve participação nas tratativas, iniciadas em 2012, com a Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça que resultaram na produção de uma Minuta de Norma de Serviço Extrajudicial para o Registro da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos. O Ministério das Cidades participou de reuniões, no primeiro semestre de 2014, com a Corregedoria Nacional de Justiça com a finalidade de aprimorar o documento.

Paralelamente à discussão da Norma Nacional de Serviço Extrajudicial para o Registro da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos, o Ministério das Cidades participa das discussões de alteração da Lei 11.952/2009, (que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal), conduzida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário; e da Lei de desapropriações (Decreto-Lei nº 3.365/1941), conduzida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No âmbito do Programa Terra Legal, de regularização fundiária na Amazônia Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a participação deste Ministério das Cidades nos casos de regularização fundiária urbana, durante o exercício de 2014, foram analisadas as condições de ocupação de 181 áreas, para verificar se essas atendiam aos requisitos legais para doação aos municípios para fins de regularização fundiária urbana.

Ação 10T2 - Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência

Embora a Ação 10T2 também sofra com a insuficiência de recursos e os constantes contingenciamentos orçamentários, dificultando o atingimento de suas metas, a Ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, ação exclusiva para recepcionar emendas parlamentares e coordenada pela Secretaria Executiva, recebeu no ano de 2014 uma maior quantidade de propostas para execução de projetos obras de Acessibilidade que a ação 10T2, amenizando a baixa execução dos objetivos da Ação.

Em 2014, foram selecionadas, aprovadas e empenhadas 35 propostas de emendas parlamentares na ação 1D73 para execução de projetos e obras de acessibilidade nos municípios brasileiros, com recursos referentes ao repasse da União no valor de R\$ 12.066.892,78.

Ação 20NN - Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos

Em 2014, foram finalizadas pelo Departamento de Recursos Minerais do Governo do Estado do Rio de Janeiro – DRM, de forma autônoma e com recursos próprios, cartas geotécnicas nos municípios de Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, Barra Mansa e Itaperuna.

Em relação à Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos e o Monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, cabe ressaltar que, até o momento (2012 a 2014) não houve destinação orçamentária suficiente para estruturar e implementar as atividades, de modo que a SNAPU está implementando suas atividades na medida das disponibilidades orçamentárias.

No âmbito da SNAPU foi promovida a reforma do espaço físico e realizadas licitações para aquisição de hardwares e softwares especializados para execução da tarefa (ambos os processos foram finalizados e os produtos licitados recebidos). Ressalte-se que a implantação do referido laboratório é projeto estratégico do Ministério das Cidades ("Implantação do LACAU"), conforme informado no item 5.1 (Planejamento da Unidade).

Ação 8865 - Apoio ao planejamento e execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas

Foram elaborados planos municipais de redução de riscos em 18 municípios do Estado do Espírito Santo com recursos do Governo do Estado e dos municípios.

Foram elaborados também planos municipais de redução de riscos em Rio Grande da Serra/SP, Santo André/SP e Ribeirão Pires/SP, com recursos do Consórcio Intermunicipal do ABC Paulista e Capão Bonito/SP, com recursos do Governo do Estado.

Ação 20NU - Ação Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano

A Coordenação de Mediação e Prevenção de Conflitos Fundiários Urbanos do Ministério das Cidades é responsável pelo acolhimento e tramitação de processos que envolvem a temática de Conflitos fundiários urbanos. O Ministério das Cidades tem atendido às demandas encaminhadas por meio de diligências, articulações intergovernamentais e negociação entre partes envolvidas em conflitos urbanos tais como remoções, reintegrações de posse e violação dos direitos à moradia.

A Coordenação de Mediação e Prevenção de Conflitos Fundiários Urbanos representa o MCidades desde 2012 no Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH-3, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e consolida dados sobre Programas e Ações no âmbito do MCidades que têm interface com a temática dos Direitos Humanos.

A Portaria Interministerial nº 17, de 27 de junho de 2014, institui a Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos – CIMCFUrb, na qual o Ministério das Cidades tem representação. O objetivo da Comissão é construir soluções pacíficas para conflitos urbanos que envolvam famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis ou que envolvam a garantia da gestão democrática da cidade, com o objetivo de assegurar o direito à moradia digna e adequada, o acesso à terra urbanizada regularizada e a promoção dos direitos humanos.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Ação 20NR – Projeto apoiado	43	27	151	Anual	Percentual atingido em relação ao índice previsto. No caso, até o momento, 560% da meta.
Ação 8874 - Projeto apoiado	20	20	6	Anual	Percentual atingido em relação ao índice previsto. No caso, até o momento, 30% da meta.
Ação 8866 - Famílias beneficiadas	111.000	12.675	12.321	Anual	Percentual atingido em relação ao índice previsto. No caso, até o momento, 97,20% da meta.
Ação 10T2 - Projeto apoiado	708	15	38	Anual	Percentual atingido em relação ao índice previsto. No caso, até o momento, 253% da meta.
Ação 20NN - Município apoiado	53	48	57	Anual	Percentual atingido em relação ao índice previsto. No caso, até o momento, 119% da meta.
Ação 8865 - Município apoiado	40	36	01	Anual	Percentual atingido em relação ao índice previsto. No caso, até o momento, 3% da meta.
Ação 20NU	3	3	0	Anual	Percentual atingido em relação ao índice previsto. No caso, até o momento, 0% da meta.

5.4.1 Análise Situacional

Ação 20NR - Projeto apoiado

Na Ação 20NR o índice observado foi de 151 projetos apoiados no exercício, relativos à:

- Pesquisa “Retrato das Áreas Centrais no Brasil” com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- 7 propostas analisadas, aprovadas e empenhadas oriundas de emendas parlamentares à ação 20NR - Apoio a Projetos de Reabilitação Integrada de Áreas Urbanas.
- 143 propostas analisadas, aprovadas e empenhadas oriundas de emendas parlamentares à ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com objeto enquadrado como “reabilitação urbana”.

Ressalta-se que os resultados na ação 1D73 são incorporados aos da ação 20NR. Isso acontece porque a ação 1D73 permite a execução de todos os objetos das demais ações do Ministério das Cidades. Em seu Manual de Execução, cada ação é definida como uma Modalidade. Assim, a ação 20NR - Apoio a Projetos de Reabilitação Integrada de Áreas Urbanas é executada

como Modalidade 13.4.4. Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas.

Nas propostas relativas à ação 1D73, deve ser observado o objeto para que se possa identificar em qual modalidade se fará o enquadramento do projeto. A partir do enquadramento, a análise técnica deve garantir o cumprimento das determinações dos Manuais da ação 1D73 e da ação específica onde houve o enquadramento.

Dessa forma, considera-se que emendas oriundas da ação 1D73 cujo objeto é enquadrado efetivamente na ação 20NR contribuem para o atingimento do índice previsto no indicador da ação, na medida em que contribuem para a implementação da política de Reabilitação Integrada de Áreas Urbanas nos municípios brasileiros.

Ação 8874 - Projeto apoiado

Na Ação 8874 o índice observado foi de 6 projetos apoiados no exercício, relativos à:

- a) Contratação de 5 Cadernos Técnicos sobre instrumentos do Estatuto da Cidade, sendo 3 contratados através de Termos de Execução Descentralizadas com Universidades Federais e 2 contratados mediante parceria com o Instituto Lincoln de Política do Solo; e
- b) Realização de missão técnica em Estocolmo no âmbito da parceria "Diálogos Setoriais Brasil - União Europeia" - Instrumentos de Planejamento e Governança Metropolitanos.

Ação 8866 – Famílias beneficiadas

O valor informado na reprogramação de meta física (12.321 famílias) guarda proporção com os limites de empenho na Ação 8866 (Reprogramado financeiro).

Em relação à meta física realizada, o valor é referente ao número de famílias beneficiadas pela transferência dos recursos empenhados. Deste total, 3000 famílias foram beneficiadas por Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal da Região do Semiárido (UFERSA) e 9.321 famílias beneficiadas por Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Pará.

Ação 10T2 - Projeto apoiado

Na Ação 10T2 o índice observado foi de 38 projetos apoiados no exercício, relativos à:

- a) 3 propostas analisadas, aprovadas e empenhadas oriundas de emendas parlamentares à ação 10T2 - Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência.
- b) 35 propostas analisadas, aprovadas e empenhadas oriundas de emendas parlamentares à ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com objeto enquadrado como “acessibilidade urbana”.

Ressalta-se que os resultados na ação 1D73 são incorporados aos da ação 10T2. Isso acontece porque a ação 1D73 permite a execução de todos os objetos das demais ações do Ministério das Cidades. Em seu Manual de Execução, cada ação é definida como uma Modalidade. Assim, a ação 10T2 - Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência é executada como Modalidade 13.4.5. Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência.

Nas propostas relativas à ação 1D73, deve ser observado o objeto para que se possa identificar em qual modalidade se fará o enquadramento do projeto. A partir do enquadramento, a análise técnica deve garantir o cumprimento das determinações dos Manuais da ação 1D73 e da ação específica onde houve o enquadramento.

Dessa forma, considera-se que emendas oriundas da ação 1D73 cujo objeto é enquadrado efetivamente na ação 10T2 contribuem para o atingimento do índice previsto no indicador da ação, na medida em que contribuem para a implementação da política de acessibilidade urbana nos municípios brasileiros.

Ação 20NN - Município apoiado

No exercício de 2014 a atividade de Monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos não contribuiu para o cumprimento da meta, visto que até o momento (2012 a 2014) não houve destinação orçamentária suficiente para estruturar e implementar a atividade.

De acordo com a previsão do PPA 2012-2015 deveriam ser contratadas 48 cartas no ano de 2013 e 53 cartas no ano de 2014. Porém, do orçamento previsto em 2013 de R\$ 10.600.000 (dez milhões e seiscientos mil reais) para a ação 20NN, foi disponibilizado um limite orçamentário de R\$ 5.892.033,30 (cinco milhões oitocentos e noventa e dois mil reais e trinta e três centavos), consequência da exclusão da Ação 20NN do PAC, em junho de 2013, pela Portaria nº 83 da SOF, o que não permitiu o cumprimento da meta prevista para 2013, ou seja, a elaboração de 48 cartas geotécnicas. Assim, no ano de 2013 foram contratadas 34 cartas.

No ano de 2014, como a disponibilização do orçamento foi total, foram contratadas 57 cartas, superando assim a meta do PPA 2012-2015. Porém, como restou um passivo do ano de 2013, para o ano de 2015 estão previstas contratações de 10 cartas remanescentes para o cumprimento da Meta de elaboração de 106 cartas geotécnicas de aptidão à urbanização previstas no PPA 2012 – 2015 e de mais 40 cartas que serão um incremento à Meta, totalizando uma previsão de contratação de 50 cartas geotécnicas de aptidão à urbanização no ano.

Ação 8865 - Município apoiado

Em 2014, foram selecionados empreendimentos com vistas a atender 22 municípios dos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. No entanto, não foi possível firmar os termos de compromisso, uma vez que os proponentes não lograram êxito na aprovação dos respectivos projetos, à exceção do empreendimento de desocupação de áreas de risco em Petrópolis/RJ.

Importante ressaltar que há possibilidade desses empreendimentos serem contratados em 2015.

Ação 20NU - Instância estadual criada

A Meta trata da criação de instâncias locais e/ou estaduais para a prevenção da violação de direitos humanos com o intuito, dentre outros, de evitar os despejos forçados relacionados às ações de desenvolvimento urbano promovidas com recursos públicos e privados.

Em 2013 foi elaborado Termo de Cooperação junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro, mediante destaque orçamentário, para realização de pesquisa sobre os conflitos fundiários em âmbito nacional e realização de seminário nacional, bem como produção de publicação relacionada à pesquisa. Entretanto, o Acordo não foi celebrado em virtude de pendências da UFRJ junto à documentação necessária para celebração do Termo. Os recursos da Ação 20NU, da ordem de R\$ 750.000,00, no exercício de 2014, foram redirecionados para a Ação 20NN - Elaboração de Cartas Geotécnicas, monitorada pela Casa Civil no âmbito do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. Nesse sentido, em 2014 não houve recursos a Ação 20NU para efetivar as metas estabelecidas.

5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

A UJ não oferta produtos e/ou serviços

15. GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

A UJ não possui Fundos em seu contexto de atuação.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Programação e Execução das Despesas

6.1.1 Programação de Despesas

A UJ não é Unidade Orçamentária - UO e também não têm, entre suas unidades consolidadas ou agregadas, Unidade Gestora – UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos da LOA.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo De Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	560008	175004	15451204088653304			146.950,00
Concedidos	560008	175004	15452205488660023			295.300,00
Concedidos	560008	175004	15452205488660024			146.950,00
Concedidos	560008	175004	15452205488660051			3.997.127,00
Concedidos	560008	175004	15452205488661048			295.300,00
Concedidos	560008	175004	15452205488663329			690.900,00
Concedidos	560008	560008	15121205488740001			264.911,90
Concedidos	560008	560008	15452204020NN0001			10.555.679,64
Concedidos	560008	560008	15452205488660001			1.644.183,79
Concedidos	560008	560010	15452205488660023			4.700,00
Concedidos	560008	560010	15452205488660024			3.050,00
Concedidos	560008	560010	15452205488660051			45.873,00
Concedidos	560008	560010	15452205488661048			4.700,00
Concedidos	560008	560010	15452205488663329			9.100,00
Recebidos	240005	560008	15121205488740001			5.351,90
Recebidos	560003	560008	15121205488740001			264.911,90
Recebidos	560003	560008	15422206420NU0001			0,00
Recebidos	560003	560008	15451204088653304			146.950,00
Recebidos	560003	560008	15451205420NR1651			0,00
Recebidos	560003	560008	15452204020NN0001			10.555.679,64
Recebidos	560003	560008	15452205488660001			1.644.183,79
Recebidos	560003	560008	15452205488660023			300.000,00
Recebidos	560003	560008	15452205488660024			150.000,00
Recebidos	560003	560008	15452205488660028			0,00
Recebidos	560003	560008	15452205488660051			4.043.000,00
Recebidos	560003	560008	15452205488661048			300.000,00
Recebidos	560003	560008	15452205488663278			0,00

Recebidos	560003	560008	15452205488663329			700.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	560008	175004	15451204088650001	60.781.927,55		
Concedidos	560008	175004	15451204088650031	493.100,00		
Concedidos	560008	175004	15451204088653304	344.750,00		
Concedidos	560008	175004	15451205410T20035	432.360,00		
Concedidos	560008	175004	15451205410T27004	295.300,00		
Concedidos	560008	175004	15451205420NR0001	493.100,00		
Concedidos	560008	175004	15451205420NR0033	987.600,00		
Concedidos	560008	175004	15451205420NR1853	789.800,00		
Concedidos	560008	175004	15451205420NR2657	590.600,00		
Concedidos	560008	175004	15451205420NR3322	987.600,00		
Concedidos	560008	175004	15451205420NR3998	196.400,00		
Concedidos	560008	175004	15451205420NR4396	493.100,00		
Concedidos	560008	175004	15451205420NR5552	938.150,00		
Concedidos	560008	560008	15451205420NR0001	190.000,00		
Concedidos	560008	560010	15451204088650001	815.999,45		
Concedidos	560008	560010	15451204088650031	6.900,00		
Concedidos	560008	560010	15451204088653304	5.250,00		
Concedidos	560008	560010	15451205410T20035	7.640,00		
Concedidos	560008	560010	15451205410T27004	4.700,00		
Concedidos	560008	560010	15451205420NR0001	6.900,00		
Concedidos	560008	560010	15451205420NR0033	12.400,00		
Concedidos	560008	560010	15451205420NR1853	10.200,00		
Concedidos	560008	560010	15451205420NR2657	9.400,00		
Concedidos	560008	560010	15451205420NR3322	12.400,00		
Concedidos	560008	560010	15451205420NR3998	3.600,00		
Concedidos	560008	560010	15451205420NR4396	6.900,00		
Concedidos	560008	560010	15451205420NR5552	11.850,00		
Recebidos	560003	560008	15451204088650001	61.597.927,00		
Recebidos	560003	560008	15451204088650031	500.000,00		
Recebidos	560003	560008	15451204088653304	350.000,00		
Recebidos	560003	560008	15451205410T20001	0,00		
Recebidos	560003	560008	15451205410T20035	440.000,00		
Recebidos	560003	560008	15451205410T21795	0,00		
Recebidos	560003	560008	15451205410T27004	300.000,00		
Recebidos	560003	560008	15451205420NR0001	690.000,00		
Recebidos	560003	560008	15451205420NR0026	0,00		
Recebidos	560003	560008	15451205420NR0033	1.000.000,00		
Recebidos	560003	560008	15451205420NR0035	0,00		
Recebidos	560003	560008	15451205420NR1853	800.000,00		
Recebidos	560003	560008	15451205420NR2657	600.000,00		
Recebidos	560003	560008	15451205420NR3322	1.000.000,00		
Recebidos	560003	560008	15451205420NR3998	200.000,00		
Recebidos	560003	560008	15451205420NR4396	500.000,00		
Recebidos	560003	560008	15451205420NR5552	950.000,00		
Recebidos	560003	560008	15451205420NR7000	0,00		

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	560008	153033	15452205488660001			0,00
Concedidos	560008	153063	15121205488740001			0,00
Concedidos	560008	153063	15452205488660001			0,00
Concedidos	560008	153396	15452204020NN0001			1.500.145,90
Concedidos	560008	154040	15121205488740001			0,00
Concedidos	560008	154503	15121205488740001			0,00
Concedidos	560008	154503	15452204020NN0001			0,00

Concedidos	560008	240017	15121205488740001			5.790,52
Concedidos	560008	495130	15452204020NN0001			709.390,82
Recebidos	240005	153080	15452204020NN0001			1.500.145,90
Recebidos	495001	240999	15121205488740001			438,62
Recebidos	495001	495001	15452204020NN0001			709.390,82
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	175004	113601	15451205420NR0001	0,00		
Recebidos						

6.1.3 Realização da Despesa

A UJ não recebeu créditos orçamentários diretamente da LOA, somente por movimentação, em razão disso os itens 6.1.3.1, 6.1.3.2, 6.1.3.3, e 6.1.3.4 não são passíveis de preenchimento.

6.1.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação - Crédito de Movimentação

Quadro A.6.1.3.5 – despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	75.833,41	44.628,95	75.833,41	44.628,95
5. Outros	7.073,70	9.312,10	7.073,70	9.312,10
6. Total (1+2+3+4+5)				

6.1.3.6 Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A 6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
Diárias – Pessoal Civil	75.833,41	44.628,95	75.833,41	44.628,95	0,00	0,00	75.833,41	44.628,95
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	7.073,70	9.312,10	7.073,70	9.312,10	0,00	0,00	7.073,70	9.312,10
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	534.182,08	0,00	0,00	0,00	534.182,08	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

De modo geral, as dotações orçamentárias da UJ tem sido insuficientes para o cumprimento das metas e resultados planejados.

No caso da ação 8874, considerando a total impossibilidade de trabalhar com transferências voluntárias devido à insuficiência de recursos, a UJ optou por direcionar suas atividades às ações de capacitação, normatização, assistência técnica e sensibilização, que muitas vezes não necessitam de grandes recursos para sua execução. No entanto, considera-se que a realização de transferências voluntárias é essencial para a efetividade da política pública de planejamento e gestão territorial, de modo que o problema precisa ser solucionados nos próximos exercícios.

No caso da ação 20NR, a meta tem sido atingida devido ao grande contingente de emendas parlamentares. Cabe ressaltar, no entanto, que tais emendas referem-se a intervenções de menor escala, como praças e pequenos espaços públicos urbanos que, apesar de importantes, não correspondem ao objeto principal da ação, que é a realização de projetos estruturantes de reabilitação urbana. Espera-se que o problema da falta de recursos para esta finalidade seja minimizado a partir da normatização da linha de investimento do FGTS em Operações Urbanas Consorciadas, que deverá começar a operar em 2015.

Em relação à ação 10T2, o contingenciamento do limite orçamentário no exercício prejudicou o desempenho da ação, pois impossibilitou a contratação dos projetos classificados em

seleção pública realizada em 2014. A contratação dos projetos permitiria o atingimento e superação da meta prevista para o exercício, que acabou bem aquém do esperado por esse motivo.

Finalmente, em relação à atividade de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, que deveria estar sendo realizada com recursos da ação 20NN cabe ressaltar que, até o momento (2012 a 2014) não houve destinação orçamentária suficiente para estruturar e realizar a atividade. No ano de 2014, o montante previsto dentro do Plano Orçamentário correspondente não foi disponibilizado, impossibilitando a execução das atividades previstas. O Sistema de Monitoramento, no entanto, vem sendo estruturado paulatinamente, em ritmo bem mais lento que o previsto, por meio de aporte de recursos exteriores à ação orçamentária 20NN.

Em 2014, o orçamento estabelecido em LOA para a ação 8866 (Regularização Fundiária em Áreas Urbanas), foi significativamente reduzido em relação ao exercício 2013, motivo pelo qual optou-se pela não abertura de novo processo de seleção. Assim, com o orçamento 2014, seriam contratadas propostas selecionadas no exercício 2013 em benefício de aproximadamente 8,9 mil famílias em 24 municípios, perfazendo um total de repasse de R\$ 5,96 milhões. Porém, o contingenciamento de recursos durante o exercício de 2014 e a posterior revogação dos limites orçamentários por meio da Portaria 452 de 08/12/2014, impediram o empenho dos recursos, reduzindo o desempenho da Ação em relação ao apoio financeiro a atividades específicas de regularização fundiária urbana.

Os recursos da Ação 20NU, da ordem de R\$ 750.000,00, no exercício de 2014, foram redirecionados para a Ação 20NN - Elaboração de Cartas Geotécnicas, monitorada pela Casa Civil no âmbito do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. Nesse sentido, em 2014 não houve recurso para a Ação 20NU para efetivar as metas estabelecidas.

Tabela III - Acompanhamento da Execução Orçamentária da SNAPU 2012-2014 (SIAFI)

Acompanhamento da Execução Orçamentária da SNAPU 2012-2014 (SIAFI)						
Ação	2012		2013		2014	
	Valor Orçamento (R\$)	Valor Empenho (R\$)	Valor Orçamento (R\$)	Valor Empenho (R\$)	Valor Orçamento (R\$)	Valor Empenho (R\$)
8865	-	-	-	-	-	-
8866	2.393.370,14	2.393.370,14	31.139.000,00	21.581.906,76	11.013.584,27	1.644.183,79
20NN	2.502.452,36	253.021,00	10.600.000,00	5.873.906,30	6.737.243,13	10.556.567,64
20NR	237.500,00	237.500,00	695.000,00	237.500,00	158.897,24	221.666,67
20NU	-	-	750.000,00	-	476.691,73	-
10T2	-	-	3.565.049,47	2.169.549,47	9.742.405,68	-
8874	1.003.357,04	1.000.606,60	1.310.000,00	534.182,08	1.271.177,95	270.992,28
Global	6.136.679,54	3.884.497,74	48.059.049,47	30.397.044,61	29.400.000,00	12.693.410,38

Figura I - Acompanhamento da Execução Orçamentária da SNAPU 2012-2014 (SIAFI)

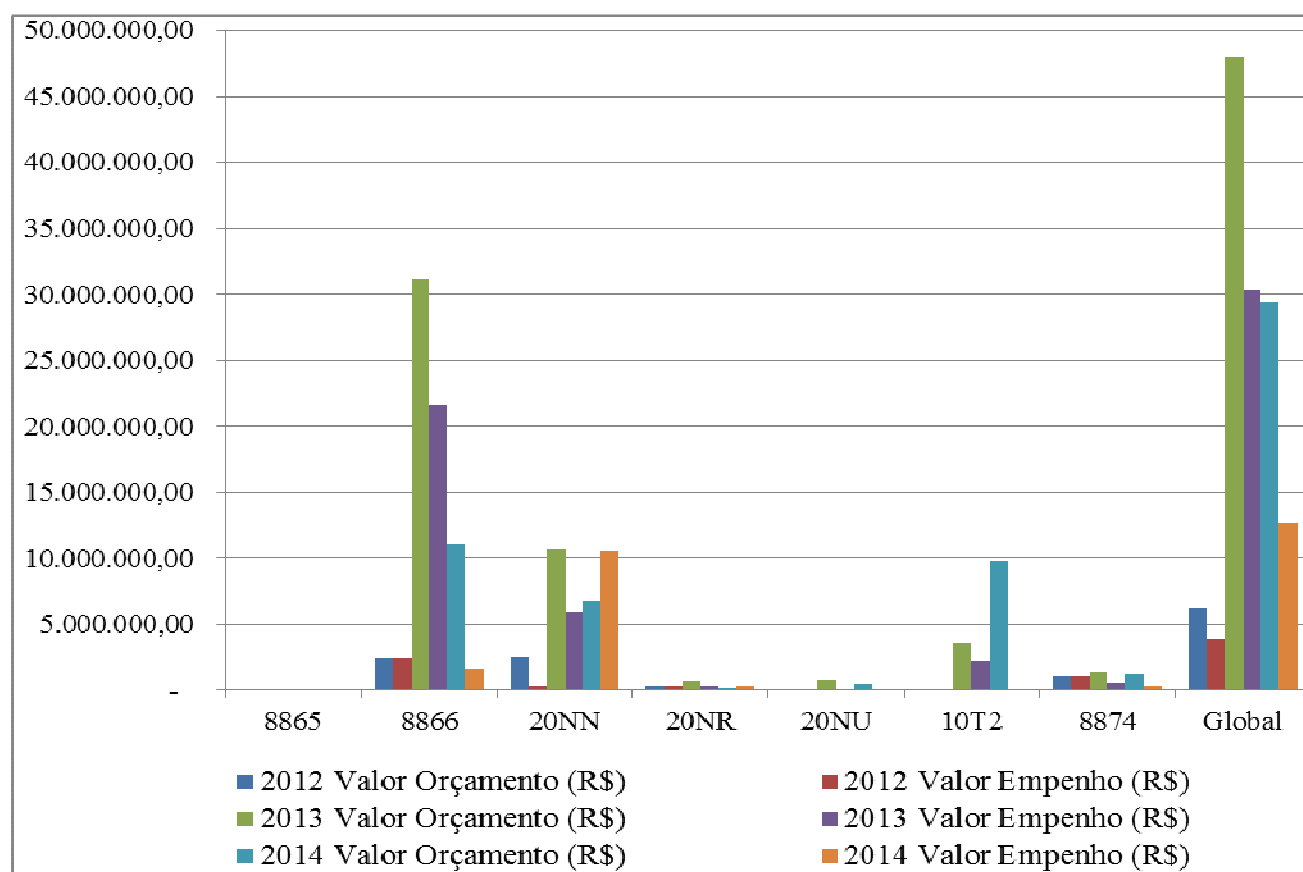
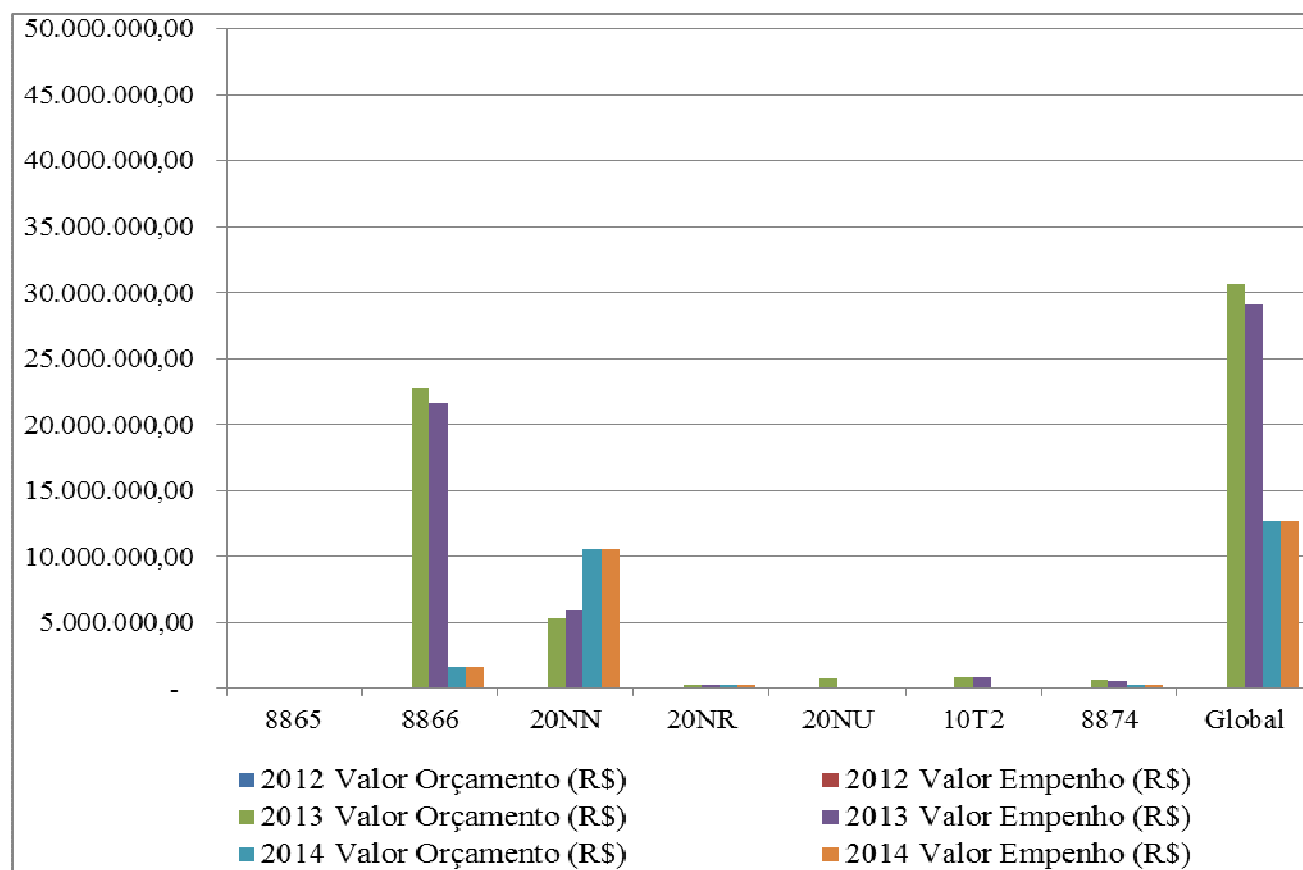


Tabela IV - Acompanhamento da Execução Orçamentária da SNAPU 2012-2014 (SIAFI e MCidades/SPOA)

Acompanhamento da Execução Orçamentária da SNAPU 2012-2014 (SIAFI e MCIDADES/SPOA)						
Ação	2012		2013		2014	
	Valor Orçamento (R\$)	Valor Empenho (R\$)	Valor Orçamento (R\$)	Valor Empenho (R\$)	Valor Orçamento (R\$)	Valor Empenho (R\$)
8865						
8866			22.791.016,48	21.577.756,76	1.644.183,79	1.644.183,79
20NN			5.330.483,52	5.892.033,30	10.556.567,64	10.556.567,64
20NR			237.500,00	237.500,00	221.666,67	221.666,67
20NU			750.000,00	-	-	-
10T2			850.000,00	859.000,50	-	-
8874			650.000,00	534.182,08	270.992,28	270.992,28
Global			30.609.000,00	29.100.472,64	12.693.410,38	12.693.410,38

Figura II - Acompanhamento da Execução Orçamentária da SNAPU 2012-2014 (SIAFI e MCidades/SPOA)



6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

A UJ não realizou despesa com ações de publicidade e propaganda no ano de 2014.

6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de Créditos ou recursos

A UJ não possui passivos por insuficiência de créditos ou recursos a reconhecer no ano de 2014.

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.4 – Restos A Pagar Inscritos Em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	281.848.049,15	37.503.721,57	0,00	244.344.327,58
2012	219.342.248,74	46.899.741,74	1.931.976,30	172.442.507,00
2011	33.269.027,53	21.211.523,60	2.441.036,00	12.057.503,93
2010	701.694,22	162.043,76	0,00	539.650,46
2009	2.136.211,66	32.380,00	0,00	2.103.831,66
2008	1.064.923,78	54.513,38	179.215,00	1.010.410,40
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	1.694.497,07	0,00	0,00	1.694.497,07
2011	120.000,00	28.353,00	0,00	91.647,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	927.760,00	0,00
2008	6.481,20	0,00	0,00	6.481,20

6.4.1 Análise Crítica

A existência de Restos a Pagar Processados e Não Processados, por mais de um exercício financeiro, ocorre devido a instrumentos celebrados com cláusulas suspensivas vigentes ou em execução. São convênios ou contratos de repasse com previsão de pagamento de parcelas pendentes, havendo necessidade de manutenção do crédito necessário ao cumprimento das obrigações do concedente para a consecução dos objetos pactuados.

Em relação à existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI como “vigentes” de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do presente relatório de gestão, sem que sua vigência tenha sido prorrogada, observamos tal ocorrência em relação a dois convênios celebrados diretamente pela SNAPU que se encontravam em execução, no entanto encerraram a vigência em 2014. Os empenhos referentes aos convênios nesta situação serão cancelados. Salienta-se que os respectivos convênios foram encerrados e se encontram em prestação de contas final.

6.5 Transferências de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos									
CNPJ: 054659860011-60					UG/GESTÃO: 560008				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	597749	05054861000176 ESTADO DO PARA	1.115.000,00	115.000,00	0,00	1.000.000,00	13/12/2007	18/02/2014	1
3	673645	154046 UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	211.755,00	0,00	0,00	211.755,00	07/11/2012	31/01/2014	1
3	673646	153080 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	250.000,00	0,00	50.000,00	250.000,00	07/12/2012	30/05/2014	1
3	673647	153163 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	236.706,00	0,00	47.341,20	236.706,00	07/12/2012	31/01/2014	1
3	673652	153163 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	253.021,00	0,00	50.604,02	253.020,82	28/12/2012	31/01/2014	1
3	673653	153063 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	2.393.120,14	0,00	921.813,77	1.453.120,14	08/11/2012	31/12/2015	1
3	673654	153114 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	228.840,00	0,00	68.652,00	183.072,00	16/11/2012	31/03/2014	4
3	677134	153163 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.675.807,72	0,00	423.026,36	859.782,72	10/12/2013	09/04/2015	1
3	677138	153163 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.675.807,72	0,00	423.026,36	859.782,72	10/12/2013	09/04/2015	1
3	677139	153163 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.729.205,56	0,00	448.790,28	912.980,56	10/12/2013	09/04/2015	1
3	677159	158719 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	249.662,52	0,00	185.228,42	185.228,42	09/12/2013	10/06/2015	1
3	677233	153063 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	681.004,50	0,00	0,00	0,00	12/12/2013	12/12/2015	7
3	677281	154046 UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	561.549,78	0,00	280.774,89	280.774,89	12/12/2013	15/05/2015	1
3	677933	04380407000142 ESCRITORIO REGIONAL DO HABITAT PARA A AMERICA LATINA E	534.182,08	0,00	220.000,00	220.000,00	13/12/2013	31/01/2016	1
1	717699	03831971000171 - INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO	3.908.266,00	390.826,60	0,00	1.841.640,00	21/12/2009	21/06/2014	1
1	717851	03831971000171 - INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO	1.808.344,00	180.834,40	0,00	1.340.120,10	21/12/2009	05/05/2014	1

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos									
CNPJ: 054659860011-60					UG/GESTÃO: 560008				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	762976	00401376000108 - SECRETARIA DE CULTURA - SECULT	1.200.000,00	240.000,00	0,00	120.000,00	30/12/2011	28/02/2015	1
3	679896	113601 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	221.666,67	0,00	221.666,67	221.666,67	17/06/2014	17/06/2015	1
3	680654	154040 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	90.720,00	0,00	90.720,00	90.720,00	19/08/2014	09/05/2015	1
3	680239	153063 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	92.500,00	0,00	92.500,00	92.500,00	02/07/2014	02/07/2015	1
3	679973	154503 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	584.940,44	0,00	467.952,35	467.952,35	18/06/2014	18/06/2015	1
3	679866	153080 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	1.500.145,90	0,00	420.040,85	420.040,85	11/06/2014	11/06/2015	1
3	680240	154503 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	76.340,00	0,00	76.340,00	76.340,00	02/07/2014	12/04/2015	1
3	680238	495001 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM	8.471.481,30	0,00	737.494,70	737.494,70	03/07/2014	03/07/2016	1
3	680795	153063 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	650.000,00	0,00	455.000,00	455.000,00	29/08/2014	29/08/2015	1
3	681922	153033 UNIVERSIDADE FEDERAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA	994.183,79	0,00	397.673,51	397.673,51	21/10/2014	21/10/2016	1
2	511466	PM CAMARAGIBE	112.137,55	12.137,55	0,00	100.000,00	18/06/2004	30/12/2014	2
2	500872	ESTADO PI	110.000,00	10.000,00	0,00	50.000,00	31/05/2004	30/12/2015	1
2	501820	PM JUQUITIBA	55.990,00	3.072,00	0,00	52.918,00	14/06/2004	28/08/2014	4
2	525282	PM PACAJUS	104.812,50	7.312,50	0,00	97.500,00	11/08/2005	30/10/2015	1
2	528320	PM B. V. GOIAS	58.750,00	10.000,00	0,00	48.750,00	12/08/2005	28/02/2015	4
2	525395	PM CURURUPU	88.427,15	6.169,33	0,00	82.257,82	15/08/2005	29/05/2015	1
2	526037	PM ROSARIO	88.212,30	6.154,35	0,00	82.057,95	09/09/2005	29/05/2015	3
2	525816	HABITAFOR	524.062,50	36.562,50	0,00	487.500,00	26/08/2005	30/04/2015	1
2	525617	PM VITORIA	633.555,00	63.355,50	0,00	570.199,50	30/08/2005	30/11/2014	4
2	525888	IAGUA	61.425,00	2.925,00	0,00	58.500,00	26/08/2005	30/04/2014	4
2	525819	PM RECIFE - PE	733.687,50	51.187,50	0,00	682.500,00	26/08/2005	31/12/2014	1
2	525362	PM ARACAJU	210.980,00	15.980,00	0,00	195.000,00	18/08/2005	31/10/2014	4
2	526025	PM PIRACICABA	188.350,50	43.465,50	0,00	144.885,00	02/09/2005	30/04/2015	1
2	525622	PM TABOAO SERRA	229.600,00	57.902,50	0,00	171.697,50	26/08/2005	01/12/2014	4
2	534191	PM SAPE	125.775,00	8.775,00	0,00	46.800,00	09/12/2005	31/12/2015	1
2	538998	PM MURITIBA	181.000,00	34.750,00	0,00	146.250,00	27/12/2005	05/07/2014	4
2	536633	PM LANDRI SALES	87.542,95	9.542,95	0,00	78.000,00	23/12/2005	30/08/2015	4
2	546070	PM ESPERANTINA	157.218,75	10.968,75	0,00	146.250,00	29/12/2005	31/08/2015	4
2	536658	PM MONTENEGRO	85.172,50	42.077,50	0,00	43.095,00	23/12/2005	30/12/2014	4
2	546036	EMPRESA REGIONAL DE HABITAÇÃO DE JUIZ DE FORA	180.744,85	44.244,85	0,00	136.500,00	28/12/2005	31/12/2015	1
2	562625	PM SAO LUIS	729.000,00	79.002,60	0,00	649.997,40	28/06/2006	29/05/2015	1
2	562115	PM PORTO VELHO	372.632,00	128.882,00	0,00	243.750,00	26/05/2006	30/11/2014	4
2	563024	PM DIADEMA	609.220,00	121.720,00	0,00	487.500,00	30/06/2006	31/10/2015	1
2	575084	PM SANTO ANDRE	366.126,07	24.876,07	0,00	341.250,00	16/11/2006	16/11/2014	4
2	563157	PROHABITACAO	292.500,00	48.750,00	0,00	243.750,00	30/06/2006	30/04/2015	1
2	563043	CONDER	504.562,50	65.812,50	0,00	438.750,00	27/06/2006	14/06/2014	1

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos									
CNPJ: 054659860011-60					UG/GESTÃO: 560008				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
2	562983	MACEIO	174.686,80	12.187,45	0,00	162.499,35	28/06/2006	30/05/2015	1
2	564033	PM COR MARIA	107.322,88	19.572,88	0,00	71.867,00	27/06/2006	05/03/2014	4
2	567147	PM JUAZ. NORTE	94.331,25	6.581,25	0,00	87.750,00	01/08/2006	30/11/2014	1
2	562621	PM ESPERANTINA	83.570,00	20.000,00	0,00	63.570,00	30/06/2006	01/04/2015	1
2	568516	PM LAURO FREITA	418.017,60	125.517,60	0,00	292.500,00	07/08/2006	19/05/2014	1
2	563062	PM DIADEMA	372.363,00	79.863,00	0,00	292.500,00	30/06/2006	31/10/2015	1
2	564543	ESTADO GO	212.706,00	35.451,00	0,00	177.255,00	28/07/2006	30/05/2015	1
2	571276	PM JUIZ DE FORA	316.290,10	72.540,10	0,00	243.750,00	05/09/2006	31/03/2015	1
2	569973	PM NOVA LIMA-MG	413.071,80	247.321,80	0,00	165.750,00	14/08/2006	30/06/2015	1
2	568680	PM JOAO PESSOA	255.945,00	12.195,00	0,00	243.750,00	28/08/2006	06/04/2015	1
2	564640	PM MESQUITA	127.500,00	30.000,00	0,00	97.500,00	27/07/2006	07/11/2014	2
2	566594	PM CACHOEIRINHA	65.520,00	10.920,00	0,00	54.600,00	11/08/2006	31/03/2015	1
2	566595	PM CANOAS - RS	222.300,00	37.050,00	0,00	185.250,00	11/08/2006	30/12/2014	4
2	563889	PM SANTA MARIA	222.300,00	37.050,00	0,00	185.250,00	14/07/2006	30/06/2014	1
2	563099	PM OSASCO	380.250,00	87.750,00	0,00	292.500,00	30/06/2006	30/06/2014	4
2	568685	PM DIAMANTINO	78.500,00	20.000,00	0,00	58.500,00	29/08/2006	31/03/2015	1
2	566639	HABITAFOR	337.310,00	94.778,75	0,00	242.531,25	19/07/2006	30/12/2015	1
2	604561	ESTADO RJ	1.089.660,74	894.660,74	0,00	195.000,00	20/12/2007	31/03/2015	1
2	615534	HABITAFOR	286.083,84	19.959,34	0,00	53.224,90	27/12/2007	30/12/2014	1
2	608960	INST. SABARENSE	99.182,00	982,00	0,00	45.299,66	28/12/2007	20/12/2014	1
2	607590	PM NOVA LIMA-MG	82.236,00	13.706,00	0,00	64.836,23	31/12/2007	30/09/2014	4
2	604711	PM PIRAQUARA	113.791,67	15.591,67	0,00	86.975,74	29/12/2007	30/05/2014	4
2	615218	F BENTO RUBIAO	206.608,90	20.000,00	0,00	94.200,17	31/12/2007	27/03/2015	2
2	607600	PM PORTO VELHO	494.273,16	44.933,92	0,00	105.325,12	28/12/2007	30/03/2015	4
2	607598	PM SAPIRANGA	114.700,00	16.500,00	0,00	71.273,56	28/12/2007	30/12/2015	1
2	612481	PM TORRES	118.000,00	19.800,00	0,00	79.627,38	28/12/2007	30/06/2015	1
2	608961	POLIS	283.152,00	47.192,00	0,00	49.460,00	26/12/2007	30/08/2014	4
2	620865	PM SABARA	114.279,60	19.046,60	0,00	22.436,89	31/12/2007	31/03/2015	1
2	612476	PM MOSSORO - RN	110.000,00	11.800,00	0,00	75.397,96	31/12/2007	20/02/2015	4
2	612023	MACEIO	10.383.030,00	494.430,00	0,00	8.823.598,11	28/12/2007	10/04/2015	1
2	651954	ESTADO RJ	616.375,00	123.275,00	0,00	219.281,58	31/12/2008	30/04/2015	1
2	650751	PM MATA S JOAO	103.369,00	5.169,00	29.057,38	30.628,58	31/12/2008	07/05/2015	1
2	650750	PM GOIANIRA	103.110,00	4.910,00	0,00	19.640,00	31/12/2008	30/04/2015	1
2	648099	ESTADO GO	657.777,78	65.777,78	25.456,00	67.488,00	31/12/2008	28/02/2015	1
2	641520	PM TIMOTEO	109.111,11	10.911,11	0,00	4.330,62	31/12/2008	30/06/2014	1
2	659291	PM ESTEIO	118.916,11	20.716,11	0,00	65.126,24	30/12/2009	30/06/2014	1
2	648621	DEFENSORIA SP	1.059.343,01	665.143,01	0,00	394.200,00	31/12/2008	29/09/2014	4
2	726364	PM GLORIA	207.000,00	7.000,00	0,00	200.000,00	31/12/2009	05/03/2014	4
2	726360	PM ABELARDO LUZ	106.000,00	6.000,00	0,00	70.000,00	31/12/2009	31/03/2015	1
2	726368	PM SANTANA	210.526,32	10.526,32	0,00	11.340,00	30/12/2009	30/06/2016	1
2	726362	PM A. RODRIGUES	103.500,00	3.500,00	32.380,00	44.730,00	31/12/2009	10/08/2015	4
2	728019	PM N HAMBURGO	107.038,00	8.838,00	0,00	72.196,64	31/12/2009	30/12/2015	1
2	726379	PM SAO VICENTE	300.000,00	7.500,00	0,00	71.838,00	14/01/2010	10/06/2015	3
2	726367	PM RIO PIRES	103.500,00	3.500,00	0,00	50.000,00	31/12/2009	05/03/2015	1
2	726377	SEC.MUN.HAB.SAN	275.300,00	25.300,00	0,00	2.175,00	31/12/2009	31/01/2015	1
2	727496	PM FORTALEZA	517.765,00	24.665,00	0,00	493.100,00	31/12/2009	30/08/2014	4
2	782415	SEC.EST. INFRA	298.452,00	11.938,10	0,00	0,00	30/12/2013	15/02/2016	1
2	782418	PM RECIFE - PE	217.089,43	8.683,58	0,00	0,00	06/11/2013	06/11/2015	1
2	782417	PM RECIFE - PE	243.297,42	9.746,71	0,00	0,00	06/11/2013	06/11/2015	1
2	782416	PM RECIFE - PE	288.849,03	11.674,38	0,00	0,00	06/11/2013	06/11/2015	1
2	786278	PM SEVERIANO ME	100.000,00	1.800,00	0,00	0,00	11/04/2014	10/07/2016	3
2	786274	PM UMARIZAL	100.000,00	1.800,00	0,00	0,00	31/12/2013	10/04/2016	1
2	786275	PM RIACHO CRUZ	100.000,00	1.800,00	0,00	0,00	16/12/2013	15/03/2016	1
2	786277	PM IELMO MARINHO	100.000,00	1.800,00	0,00	0,00	31/12/2013	10/04/2016	1

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos									
CNPJ: 054659860011-60					UG/GESTÃO: 560008				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
2	788683	SECID MT	3.295.111,11	329.511,11	0,00	0,00	20/12/2013	07/12/2015	1
2	789742	PM A. BEZERRA	100.000,00	1.800,00	0,00	0,00	31/12/2013	10/04/2016	1
2	789700	PM PARANA	101.650,00	3.450,00	0,00	0,00	24/12/2013	10/04/2016	1
2	790107	PM JANDAIRA	100.000,00	2.500,00	0,00	0,00	31/12/2013	10/04/2016	1
2	791070	ESTADO AC	196.400,00	0,00	0,00	0,00	27/12/2013	23/06/2015	1
2	791474	PM ACARI - RN	100.000,00	1.800,00	0,00	0,00	31/12/2013	04/07/2015	1
2	791484	PM PETROPOLIS	868.890,00	79.090,00	0,00	0,00	27/12/2013	01/11/2015	1
2	791477	PM MOGI CRUZES	159.857,26	23.786,26	0,00	0,00	31/12/2013	01/08/2015	1
2	792127	SEAGRI	2.445.000,00	122.250,00	0,00	0,00	31/12/2013	30/12/2015	1
2	792788	PM JARAGUA SUL	250.000,00	4.150,00	0,00	0,00	20/12/2013	15/12/2015	1
2	793736	PM JAQUEIRA	510.000,00	16.900,00	0,00	0,00	26/12/2013	31/12/2015	1
2	794152	SECOPAFOR	300.000,00	12.000,00	0,00	0,00	27/12/2013	16/12/2016	1
2	794143	ESTADO DA BAHIA	300.000,00	30.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	30/06/2015	1
2	794331	SECID MT	2.855.555,56	285.555,56	0,00	0,00	27/12/2013	07/12/2015	1
2	794333	PM CUIABA	750.000,00	0,00	0,00	0,00	20/12/2013	18/12/2015	1
2	794332	PM CAMPO GRANDE	747.000,00	0,00	0,00	0,00	30/12/2013	30/05/2017	1
2	794649	HABITAFOR	815.218,00	65.218,00	0,00	0,00	31/12/2013	20/12/2016	1
2	794645	PM NITEROI	148.830,00	0,00	0,00	0,00	19/12/2013	01/11/2015	1
2	794439	PM NATAL	954.050,00	204.050,00	0,00	0,00	03/01/2014	10/04/2016	3
2	794651	PM BACABAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2013	30/06/2015	3
2	794650	PM GRAO PARA	144.000,00	8.436,80	0,00	0,00	19/12/2013	31/12/2015	1
2	794433	PM SAPIRANGA	113.282,61	9.062,61	0,00	0,00	31/12/2013	30/06/2015	1
2	794865	PM SAO MIGUEL	250.000,00	0,00	0,00	0,00	30/12/2013	30/12/2015	1
2	794861	PM VALE ANARI	148.799,00	0,00	0,00	0,00	26/12/2013	31/12/2015	1
2	794867	PM GOIANA	265.787,00	15.787,00	0,00	0,00	31/12/2013	26/12/2016	1
2	794862	PM SAO LUIS	453.816,00	18.909,00	0,00	0,00	26/12/2013	30/06/2015	3
2	794846	PM PETROLINA-PE	532.112,50	32.112,50	0,00	0,00	27/12/2013	30/11/2015	1
2	794843	PM IPUBI	228.300,80	28.300,80	0,00	0,00	14/01/2014	30/11/2015	3
2	794838	PM PINHEIRAL	250.000,00	0,00	0,00	0,00	18/12/2013	08/09/2015	1
2	794836	PM GURUPI	254.150,00	4.150,00	0,00	0,00	20/12/2013	20/12/2015	1
2	795030	PM C. GOITACAZES	500.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	3
2	794822	PM PIMENTEIRAS	256.000,00	6.000,00	0,00	0,00	20/01/2014	20/01/2016	3
2	794851	PM PLANURA	184.877,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2013	30/11/2015	1
2	794842	PM VITORIA	1.475.400,00	725.400,00	0,00	0,00	27/12/2013	01/12/2015	1
2	794839	SEAGRI	351.201,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2013	30/12/2015	1
2	794869	SECRETARIA	265.093,00	0,00	0,00	0,00	30/12/2013	30/06/2015	1
2	794866	PM TURVANIA	250.000,00	0,00	0,00	0,00	26/12/2013	30/10/2016	1
2	794860	PM TRES BARRAS	323.012,28	73.012,28	0,00	0,00	18/12/2013	31/12/2016	1
2	794859	PM SANTA CECILI	250.000,00	0,00	0,00	0,00	26/12/2013	30/04/2016	1
2	794857	PM DIADEMA	250.705,10	0,00	0,00	0,00	27/12/2013	01/06/2015	1
2	794856	PM RIO GRANDE	345.780,00	0,00	0,00	0,00	27/12/2013	30/12/2015	1
2	794855	PM P. PARANA	255.000,00	5.000,00	0,00	0,00	18/12/2013	31/12/2015	1
2	794854	SEHAB-AC	749.000,00	0,00	0,00	0,00	27/12/2013	31/12/2015	1
2	794853	PM CON ARAGUAIA	250.000,00	0,00	0,00	0,00	08/01/2014	30/04/2015	3
2	794852	PM GUARAPUAVA	350.000,00	0,00	0,00	0,00	23/12/2013	20/12/2015	1
2	794850	PM ITABERAI	250.000,00	0,00	0,00	0,00	30/12/2013	30/10/2015	1
2	794847	PM OSASCO	749.900,00	0,00	0,00	0,00	23/12/2013	31/07/2016	1
2	794844	PM REDENCAO	250.000,00	0,00	0,00	0,00	30/12/2013	30/04/2015	1
2	794841	PM CONFRESA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	17/12/2013	06/12/2015	1
2	794840	CODHAB - DF	749.700,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2013	30/11/2015	1
2	794835	PM SCM. CASTELO	100.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2013	30/07/2016	1
2	794834	PM FLORIANOPOLI	314.436,80	0,00	0,00	0,00	02/01/2014	01/12/2015	3

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos									
CNPJ: 054659860011-60					UG/GESTÃO: 560008				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
2	794830	PM SANTO ANT SU	250.000,00	0,00	0,00	0,00	27/12/2013	27/11/2015	1
2	794826	PM PELOTAS	553.339,00	53.339,00	0,00	0,00	30/12/2013	30/12/2015	1
2	794825	PM SERRA	462.600,00	262.600,00	0,00	0,00	30/12/2013	01/12/2015	1
2	794824	PM SETE LAGOAS	419.930,70	0,00	0,00	0,00	31/12/2013	30/06/2016	1
2	794831	PM VIT. CONQUIST	500.000,00	0,00	0,00	0,00	30/12/2013	30/04/2016	1
2	794864	PM ARACATI - CE	208.334,00	8.334,00	0,00	0,00	31/12/2013	20/12/2016	1
2	794863	PM PR.JANIO QUA	250.000,00	0,00	0,00	0,00	23/12/2013	30/04/2016	1
2	794849	CEHAP-PB	876.955,56	87.695,56	0,00	0,00	31/12/2013	30/06/2015	1
2	794845	PM DOM ELISEU	250.000,00	0,00	0,00	0,00	20/12/2013	30/04/2015	1
2	794823	PM JAPURA	250.000,00	0,00	0,00	0,00	27/12/2013	20/03/2015	1
2	796058	PM VILHENA	250.000,00	0,00	0,00	0,00	18/12/2013	31/12/2015	1
2	796053	PM CARAPICUIBA	192.000,00	0,00	0,00	0,00	19/12/2013	19/12/2015	1
2	796049	PM ALEGRETE	250.000,00	0,00	0,00	0,00	24/12/2013	24/12/2015	1
2	796050	PM GUAPO	255.250,00	5.250,00	0,00	0,00	23/12/2013	31/12/2015	1
2	798047	PM ITAMBACURI	696.359,19	5.459,19	0,00	0,00	27/12/2013	30/11/2015	1
2	798625	PM CAMOCIM	101.146,00	2.946,00	0,00	0,00	27/12/2013	16/12/2016	1
4	671026	MUNICIPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ	300.000,00	0,00	225.300,00	300.000,00	12/08/2011	19/11/2014	4
4	671027	MUNICIPIO DE SUMARE - SP	200.000,00	0,00	19.120,00	29.140,00	31/08/2011	31/05/2015	1
4	671028	MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS - SC	300.000,00	0,00	137.500,00	174.700,00	27/07/2011	30/06/2015	4
4	668298	MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG	300.000,00	0,00	26.275,22	41.275,22	28/10/2011	28/02/2015	1
4	671040	MUNICIPIO DE COTIA - SP	108.000,00	0,00	34.800,00	34.800,00	31/08/2011	31/08/2015	1
4	668305	MUNICIPIO DE BARRA MANSÁ - RJ	256.000,00	106.000,00	7.500,00	7.500,00	31/10/2011	30/09/2015	1
4	671041	MUNICIPIO DE MARICA - RJ	100.000,00	0,00	8.130,00	21.263,60	31/08/2011	31/12/2014	1
4	671042	MUNICIPIO DE ITAPECERICA DA SERRA - SP	110.000,00	0,00	0,00	93.362,32	20/06/2011	21/07/2015	1
4	671030	MUNICIPIO DE VARZEA PAULISTA - SP	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	09/08/2011	09/12/2014	4
4	671031	MUNICIPIO DE JANDIRA - SP	150.000,00	0,00	114.011,35	150.000,00	15/09/2011	14/09/2014	4
4	671048	MUNICIPIO DE FRANCISCO MORATO - SP	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	31/08/2011	24/12/2014	4
4	671049	MUNICIPIO DE CARAPICUIBA - SP	141.725,00	0,00	120.537,11	141.725,00	25/07/2011	25/06/2014	4
4	671004	MUNICIPIO DE TABOAO DA SERRA - SP	125.000,00	0,00	125.000,00	125.000,00	20/06/2011	20/06/2015	1
4	671381	SECRETARIA ESTADO DESENV. REG E POLITICA URBANA	1.169.999,88	0,00	432.950,53	642.590,01	31/10/2011	20/01/2015	1
4	671006	MUNICIPIO DE CAIEIRAS - SP	140.000,00	40.000,00	7.710,00	100.000,00	09/08/2011	09/10/2014	4
4	671032	MUNICIPIO DE SAO JOAO DE MERITI - RJ	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	20/07/2011	26/07/2014	4
4	675114	MUNICIPIO DE PETROPOLIS - RJ	340.617,80	90.617,80	0,00	54.027,52	25/07/2011	31/07/2015	1
4	668301	MUNICIPIO DE VITORIA - ES	250.000,00	0,00	0,00	0,00	31/10/2011	30/03/2015	1

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos									
CNPJ: 054659860011-60					UG/GESTÃO: 560008				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
4	671033	MUNICIPIO DE SANTANA DE PARNAIBA - SP	150.000,00	0,00	130.305,00	150.000,00	20/07/2011	10/07/2014	4
4	668296	MUNICIPIO DE QUEIMADOS - RJ	100.000,00	0,00	0,00	16.021,53	25/07/2011	20/02/2015	1
4	676515	MUNICIPIO DE CORUMBA - MS	150.000,00	0,00	0,00	0,00	26/10/2011	30/04/2015	1
4	671382	MUNICIPIO DE SERRA - ES	181.135,33	1.135,33	17.918,56	34.261,20	25/08/2011	30/03/2015	1
4	671008	MUNICIPIO DE JÁ-RAGUA DO SUL - SC	617.500,00	0,00	278.336,57	507.676,07	15/09/2011	15/09/2015	4
4	668520	MUNICIPIO DE CONTAGEM - MG	375.000,00	0,00	82.208,42	375.000,00	12/08/2011	30/06/2014	4
4	668521	MUNICIPIO DE JUIZ DE FORA - MG	1.150.000,00	0,00	664.651,25	976.531,25	24/10/2011	30/12/2014	1
4	668522	MUNICIPIO DE RAPOSOS - MG	366.094,05	8.733,06	217.311,22	302.591,83	31/10/2011	27/12/2014	1
4	669807	MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG	1.241.401,11	86.401,11	57.981,00	57.981,00	27/10/2011	27/04/2015	1
4	668531	MUNICIPIO DE BARRA MANSÁ - RJ	622.154,48	127.154,48	0,00	0,00	31/10/2011	26/09/2015	1
4	668530	MUNICIPIO DE CAMARAGIBE - PE	945.000,00	0,00	27.881,30	75.131,30	28/10/2011	28/04/2015	1
4	671035	MUNICIPIO DE ITAPECERICA DA SERRA - SP	330.000,00	0,00	2.834,20	248.980,86	20/06/2011	20/04/2015	1
4	671036	MUNICIPIO DE JANDIRA - SP	375.000,00	0,00	351.375,00	375.000,00	01/09/2011	28/08/2015	1
4	668532	MUNICIPIO DE BRUSQUE - SC	347.329,70	0,00	0,00	92.030,32	31/10/2011	28/02/2015	1
4	671010	MUNICIPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE	967.712,96	0,00	0,00	967.712,96	30/09/2011	31/10/2014	4
4	668523	MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS - RJ	1.000.000,00	0,00	217.229,47	267.229,47	31/10/2011	30/09/2015	1
4	671012	MUNICIPIO DE FRANCISCO MORATO - SP	375.000,00	0,00	103.156,30	124.606,30	31/08/2011	22/06/2015	1
4	671013	MUNICIPIO DE BELFORD ROXO - RJ	1.183.350,00	0,00	0,00	107.441,25	12/08/2011	30/06/2015	1
4	671014	MUNICIPIO DE TABOÃO DA SERRA - SP	415.000,00	0,00	92.690,38	328.680,00	31/08/2011	30/08/2015	1
4	671045	MUNICIPIO DE GUARUJA - SP	1.000.000,00	0,00	130.644,32	180.644,32	31/08/2011	30/04/2015	1
4	668644	CUBATAO	1.120.500,00	120.500,00	0,00	0,00	31/10/2011	31/12/2014	1
4	668643	MUNICIPIO DE OSASCO - SP	1.085.000,00	0,00	916.714,87	916.714,87	31/10/2011	30/10/2015	1
4	669466	MUNICIPIO DE SAO VICENTE - SP	375.000,00	0,00	43.212,50	43.212,50	31/10/2011	05/12/2015	1
4	668526	MUNICIPIO DE VITORIA - ES	1.284.200,00	0,00	206.625,99	206.626,00	31/10/2011	31/12/2014	1
4	668524	MUNICIPIO DE BETIM - MG	310.643,90	0,00	16.335,07	16.335,07	27/10/2011	27/12/2014	1
4	671016	MUNICIPIO DE SAO JOAO DE MERITI - RJ	1.052.000,00	0,00	0,00	1.052.000,00	31/08/2011	26/07/2014	4
4	670725	MUNICIPIO DE BARBACENA - MG	375.000,00	0,00	0,00	0,00	25/11/2011	30/11/2014	1
4	671001	MUNICIPIO DE	375.000,00	0,00	153.876,91	153.876,90	14/09/2011	27/03/2015	1

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos									
CNPJ: 054659860011-60					UG/GESTÃO: 560008				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
		SANTOS - SP							
4	668516	MUNICIPIO DE MACEIO - AL	301.875,00	14.375,00	75.641,25	90.016,25	28/10/2011	28/10/2015	4
4	671000	MUNICIPIO DE BLUMENAU - SC	1.000.000,00	0,00	0,00	178.950,20	31/08/2011	30/08/2015	1
4	668517	MUNICIPIO DE QUEIMADOS - RJ	75.000,00	0,00	47.085,00	75.000,00	28/10/2011	28/12/2014	4
4	671002	MUNICIPIO DE SANTANA DE PARNAIBA - SP	375.000,00	0,00	127.945,04	178.330,12	02/09/2011	24/04/2015	1
4	676424	MUNICIPIO DE CORUMBA - MS	500.000,00	0,00	0,00	0,00	26/10/2011	30/04/2015	1
4	668518	MUNICIPIO DE SABARA - MG	400.000,00	0,00	0,00	0,00	31/10/2011	28/04/2015	1
4	671017	MUNICIPIO DE RECIFE - PE	2.500.000,00	0,00	729.659,17	1.213.680,66	30/09/2011	31/12/2015	1
4	667725	MUNICIPIO DE PETROPOLIS - RJ	805.000,00	0,00	309.764,00	805.000,00	25/07/2011	01/03/2014	4
4	671019	MUNICIPIO DE JABOATAO DOS GUARARAPES - PE	2.000.000,00	0,00	126.886,54	126.886,50	30/09/2011	30/07/2015	1
4	670726	MUNICIPIO DE MAGE - RJ	420.000,00	0,00	0,00	0,00	25/11/2011	25/11/2014	1
4	668527	MUNICIPIO DE BRUMADINHO - MG	309.590,21	0,00	0,00	309.590,20	31/10/2011	29/04/2014	4
4	668302	MUNICIPIO DE ABREU E LIMA - PE	5.578.080,79	492.020,35	2.034.424,17	3.560.242,30	28/10/2011	28/12/2015	1
4	668642	MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP	37.807.684,70	2.965.512,56	10.257.810,88	13.742.028,00	31/10/2011	31/10/2015	1
4	668690	MUNICIPIO DE CONTAGEM - MG	4.168.221,59	0,00	45.041,07	270.856,50	31/10/2011	31/07/2015	1
4	668312	MUNICIPIO DE ESTANCIA TURISTICA DE EMBU - SP	1.993.392,65	0,00	126.901,32	598.017,80	28/10/2011	28/10/2015	1
4	668691	MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS - SC	10.645.845,37	0,00	2.455.335,30	8.751.949,48	31/10/2011	31/07/2015	1
4	671020	MUNICIPIO DE JÁ-RAGUA DO SUL - SC	5.863.462,12	465.928,52	860.906,61	1.619.260,00	15/09/2011	15/09/2015	1
4	668528	ESTADO DE SAO PAULO	22.188.767,17	472.100,30	0,00	12.256.481,00	31/10/2011	30/04/2015	4
4	671021	MUNICIPIO DE CAMARAGIBE - PE	1.839.389,18	2.539,63	39.218,67	345.360,26	30/09/2011	30/09/2015	1
4	668692	MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA - RJ	5.029.689,54	789.251,88	0,00	3.097.215,67	31/10/2011	26/09/2015	1
4	671059	MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DA MATA - PE	2.000.000,00	0,00	136.419,97	236.419,97	30/09/2011	31/12/2015	1
4	671038	MUNICIPIO DE RIO DE JANEIRO - RJ	73.410.680,95	1.869.885,20	0,00	60.561.026,89	14/10/2011	29/10/2015	1
4	671039	MUNICIPIO DE JABOATAO DOS GUARARAPES - PE	8.261.897,76	1.584.923,41	0,00	2.175.290,78	30/09/2011	30/12/2015	1
4	668304	MUNICIPIO DE SALVADOR - BA	9.693.327,43	0,00	501.327,86	2.563.737,86	18/11/2011	14/09/2015	1
4	677090	MUNICIPIO DE QUEIMADOS - RJ	3.392.468,11	0,00	1.324.279,87	3.392.468,11	28/10/2011	26/12/2014	1

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos									
CNPJ: 054659860011-60					UG/GESTÃO: 560008				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
4	668645	MUNICÍPIO DE MAUA - SP	22.504.859,94	0,00	4.191.911,49	12.088.621,41	31/10/2011	31/10/2015	1
4	668308	MUNICÍPIO DE SAO VICENTE - SP	1.822.081,03	0,00	303.680,17	303.680,17	31/10/2011	31/10/2015	1
4	668313	MUNICÍPIO DE VITORIA - ES	699.371,93	0,00	425.851,96	542.413,95	31/10/2011	01/09/2015	1
4	671060	MUNICÍPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE	2.780.369,37	771.137,37	878.959,16	1.961.847,19	30/09/2011	31/12/2015	1
4	668297	MUNICÍPIO DE SAO JOSE DOS CAMPOS - SP	7.273.021,60	117.806,60	0,00	4.178.645,63	28/10/2011	30/09/2015	1
4	670727	MUNICÍPIO DE MACEIO - AL	2.486.181,71	0,00	414.363,62	414.363,60	25/11/2011	25/11/2015	1
4	668529	MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - MG	34.520.951,28	4.887.355,28	0,00	8.829.147,09	28/10/2011	28/02/2016	1
4	668307	MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO - MG	674.809,42	0,00	0,00	0,00	31/10/2011	31/10/2015	1
4	671046	MUNICÍPIO DE SANTOS - SP	2.614.954,92	775.615,62	0,00	306.556,55	31/08/2011	07/08/2015	1
4	668306	MUNICÍPIO DE OSASCO - SP	12.507.556,46	469.800,00	3.944.976,00	12.037.756,46	31/10/2011	30/10/2015	4
4	671386	MUNICÍPIO DE NOVA LIMA - MG	2.501.859,60	0,00	28.353,00	263.814,99	25/11/2011	30/10/2014	1
4	671047	MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ	7.555.019,26	0,00	3.912.744,47	5.288.513,48	30/06/2011	30/05/2015	1
4	668519	MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA - MG	16.448.729,14	0,00	5.832.522,13	10.401.755,17	24/10/2011	31/12/2014	1
4	671003	MUNICÍPIO DE RECIFE - PE	29.361.524,30	2.591.042,14	8.313.780,58	26.770.482,16	30/09/2011	30/10/2015	1
4	668293	MUNICÍPIO DE PAULISTA - PE	1.989.739,34	0,00	21.249,64	21.249,64	28/10/2011	28/01/2016	1
4	671061	MUNICÍPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO - SP	24.617.670,33	2.060.199,80	1.278.331,27	18.826.844,34	02/06/2011	30/06/2015	1
4	671062	MUNICÍPIO DE OLINDA - PE	9.571.057,71	0,00	2.114.320,39	2.114.320,39	31/08/2011	30/10/2015	1
4	671023	MUNICÍPIO DE NITEROI - RJ	8.912.403,88	0,00	0,00	8.074.518,03	24/08/2011	01/11/2014	4
4	671024	MUNICÍPIO DE BLUMENAU - SC	4.558.594,00	0,00	0,00	804.295,98	31/08/2011	30/08/2015	1
4	671384	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	44.649.987,89	0,00	7.463.699,00	13.283.558,33	30/12/2011	30/06/2015	1
4	671383	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	36.949.929,58	0,00	13.389.629,05	23.457.624,51	30/12/2011	30/06/2015	1
4	673796	MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - MG	22.518.000,00	18.518.000,00	0,00	0,00	14/11/2012	14/11/2016	1
4	673321	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	42.140.000,00	0,00	7.817.331,73	10.827.331,73	14/11/2011	30/10/2015	1
4	673322	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	28.860.000,00	0,00	0,00	0,00	14/11/2012	30/10/2015	1
4	673332	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	4.020.000,00	0,00	0,00	0,00	14/11/2012	30/10/2015	1
4	673345	MUNICÍPIO DE BETIM - MG	3.000.000,00	0,00	35.268,56	35.268,56	14/11/2012	14/11/2015	1

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos									
CNPJ: 054659860011-60					UG/GESTÃO: 560008				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
4	673346	MUNICÍPIO DE CONTAGEM - MG	4.000.000,00	0,00	2.294.534,06	2.294.534,06	14/11/2012	14/07/2015	1
4	673347	MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES - MG	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	14/11/2012	30/11/2017	1
4	676568	MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA - MG	4.000.000,00	0,00	92.431,75	92.431,75	14/11/2012	30/10/2017	1
4	673342	ESTADO DE MINAS GERAIS - MG (EX - CNPJ SEFAZ)	1.582.000,00	0,00	1.582.000,00	1.582.000,00	14/11/2012	14/10/2015	1
4	673343	ESTADO DE MINAS GERAIS - MG (EX - CNPJ SEFAZ)	1.115.000,00	0,00	1.115.000,00	1.115.000,00	14/11/2012	14/10/2015	1
4	673333	ESTADO DE MINAS GERAIS - MG (EX - CNPJ SEFAZ)	3.495.000,00	0,00	3.495.000,00	3.495.000,00	14/11/2012	14/10/2015	1
4	673336	ESTADO DE MINAS GERAIS - MG (EX - CNPJ SEFAZ)	1.566.000,00	0,00	1.566.000,00	1.566.000,00	14/11/2012	14/10/2015	1
4	673337	ESTADO DE MINAS GERAIS - MG (EX - CNPJ SEFAZ)	1.562.000,00	0,00	1.562.000,00	1.562.000,00	14/11/2012	14/10/2015	1
4	673339	ESTADO DE MINAS GERAIS - MG (EX - CNPJ SEFAZ)	1.436.000,00	0,00	1.436.000,00	1.436.000,00	14/11/2012	14/10/2015	1
4	673341	ESTADO DE MINAS GERAIS - MG (EX - CNPJ SEFAZ)	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	14/11/2012	14/10/2015	1
4	673797	ESTADO DO AMAZONAS	10.112.942,59	0,00	3.091.899,18	3.091.899,18	21/12/2012	21/12/2015	1
4	673798	MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA - PE	2.303.863,25	613.366,25	0,00	0,00	19/12/2012	14/12/2015	1
4	673799	MUNICÍPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE	4.386.640,30	0,00	0,00	0,00	19/12/2012	31/12/2016	1
4	673800	MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE - PE	818.841,00	0,00	0,00	0,00	19/12/2012	19/12/2014	1
4	673801	MUNICÍPIO DE JABOATAO DOS GUARARAPES - PE	10.848.532,39	698.532,39	0,00	0,00	19/12/2012	19/12/2016	1
4	673877	MUNICÍPIO DE OLINDA - PE	5.667.768,25	17.768,25	0,00	0,00	19/12/2012	19/12/2016	1
4	673878	MUNICÍPIO DE PAULISTA - PE	1.251.512,00	0,00	0,00	0,00	19/12/2012	18/12/2016	1
4	673872	MUNICÍPIO DE RECIFE - PE	30.450.000,00	0,00	0,00	0,00	21/12/2012	21/12/2015	1
4	673873	ESTADO DA BAHIA	17.659.885,00	0,00	1.405.614,52	1.405.614,52	19/12/2012	19/06/2015	1
4	678854	MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO - RJ	19.584.303,00	0,00	0,00	0,00	21/12/2012	30/10/2015	1
4	678855	MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO - RJ	25.122.468,00	0,00	0,00	0,00	21/12/2012	30/10/2015	1
4	678856	MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO - RJ	25.297.470,00	0,00	1.393.116,93	1.393.116,93	21/12/2012	30/10/2015	1
4	678857	MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO - RJ	9.222.696,00	0,00	0,00	0,00	21/12/2012	30/10/2015	1
4	677385	MUNICÍPIO DE SAO PAULO - SP	7.485.655,89	0,00	0,00	0,00	25/01/2013	25/01/2018	1

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos									
CNPJ: 054659860011-60					UG/GESTÃO: 560008				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
4	676855	MUNICIPIO DE NITEROI - RJ	7.149.796,50	0,00	846.983,01	846.983,01	04/07/2013	04/07/2015	1
4	680970	MUNICIPIO DE DIADEMA - SP	1.238.964,00	0,00	0,00	0,00	31/10/2013	21/01/2017	1
4	680977	MUNICIPIO DE MAUA - SP	14.636.400,00	0,00	0,00	0,00	31/10/2013	31/05/2015	1
4	680978	MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO - SP	9.193.560,00	0,00	0,00	0,00	31/10/2013	31/12/2015	1
4	678551	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	79.611.968,00	27.111.968,00	0,00	0,00	13/01/2014	19/01/2016	1
4	673338	Além Paraíba	15.000.000,00	0,00	750.000,00	0,00	14/11/2012	14/10/2015	1
4	673334	Cataguases	25.000.000,00	0,00	1.250.000,00	0,00	14/11/2012	14/10/2015	1
4	673335	Muriae	25.000.000,00	0,00	1.250.000,00	0,00	14/11/2012	14/10/2015	1
4	671385	Nova Lima	309.000,00	0,00	103.599,71	129.793,87	31/08/2011	10/12/2014	1
4	673344	Ouro Preto	35.000.000,00	0,00	1.750.000,00	0,00	14/11/2012	14/10/2015	1
4	673340	ESTADO DE MINAS GERAIS	13.280.000,00	0,00	664.000,00	0,00	14/11/2012	30/12/2016	1
2	784229	Itabaianinha	295.300,00	0,00	0,00	0,00	06/11/2013	30/11/2016	1
2	789284	Betim	260.000,00	4.260,00	0,00	0,00	31/12/2013	30/06/2016	1
2	789670	Cedro de São João	250.000,00	4.150,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2016	1
2	790025	Araua	250.800,00	4.950,00	0,00	0,00	20/12/2013	30/12/2016	1
2	790021	São João do Manhuaçu	305.631,61	49.891,61	0,00	0,00	23/12/2013	30/11/2015	1
2	798970	Tobias Barreto	687.509,84	95.509,84	0,00	0,00	30/12/2013	30/12/2016	1
2	799542	Limoeiro do Norte	1.027.600,00	40.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	20/12/2016	1
2	809284	Jandira	264.909,25	9.169,25	292.500,00	0,00	11/11/2014	31/12/2016	1
2	803289	Luziânia	957.296,00	19.146,00	0,00	0,00	07/07/2014	31/07/2016	1
2	803954	Governador Valadares	600.000,00	9.400,00	0,00	0,00	31/12/2014	30/11/2016	1
2	803913	Brasília	542.410,00	49.310,00	0,00	0,00	05/08/2014	30/11/2016	1
2	803862	Aracaju	833.505,51	43.705,51	0,00	0,00	19/08/2014	31/12/2018	1
2	803733	Tanguá	1.000.000,00	12.400,00	0,00	0,00	17/06/2014	01/03/2016	1
2	792728	Nova Belém	500.000,00	6.900,00	0,00	0,00	05/12/2013	30/11/2015	1
2	809088	Ubiratã	500.000,00	6.900,00	0,00	0,00	15/07/2014	30/09/2017	1
2	786752	Teresina	300.000,00	12.000,00	0,00	0,00	22/11/2013	22/11/2015	1
2	784343	Itaporanga d'Ajuda	644.805,13	151.005,13	0,00	0,00	30/12/2013	30/12/2016	1
2	789707	Mendes Pimentel	261.342,61	5.602,61	0,00	0,00	29/11/2013	30/11/2015	1
2	789904	Santa Inês	512.099,62	18.999,62	0,00	0,00	14/11/2013	30/11/2015	1
2	790135	Cravolândia	1.007.761,00	20.161,00	0,00	0,00	31/12/2013	30/11/2015	1
2	801389	Cuiabá	4.441.252,22	444.125,22	0,00	0,00	02/10/2014	27/09/2016	1
2	801367	Pinheiral	718.536,00	27.636,00	0,00	0,00	18/08/2014	18/09/2016	1
2	812745	Várzea	148.000,00	1.050,00	0,00	0,00	05/12/2014	10/03/2017	1
				Situação da Transferência:					
				1 - Adimplente					
LEGENDA				2 - Inadimplente					
Modalidade:				3 - Inadimplência Suspensa					
1 - Convênio				4 - Concluído					
2 - Contrato de Repasse				5 - Excluído					
3 - Termo de Cooperação/ Acordo de Cooperação				6 - Rescindido					

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos									
CNPJ: 054659860011-60				UG/GESTÃO: 560008					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
4 - Termo de Compromisso									7 - Arquivado

OBSERVAÇÃO QUADRO 6.5.1:

A UJ observou que em relação aos Termos de Compromisso nº 673334, 673335, 673338, 673340 e 673344 os valores registrados no SIAFI apresentam como valor de repasse os valores empenhados e não o valor global dos Termos de Compromisso. Anexo Portaria nº. 528/2012, que dispõe sobre os valores desses instrumentos.

Ressaltamos que tais inconsistências serão notificadas à Caixa Econômica Federal, solicitando ajustes no cadastro dos referidos instrumentos.

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos					
CNPJ:	054659860011-60					
UG/GESTÃO:	560008/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	0	0	0	0	120.000,00	0
Contrato de Repasse	16	81	16	2.251.498,33	3.214.416,97	2.057.315,68
Termo de Cooperação	9	7	6	4.904.049,23	3.372.048,76	0
Termo de Compromisso	1	5	28	110.381.298,74	140.487.914,38	64.196.508,62
Totais	16	93	50	117.536.846,30	147.194.380,11	66.253.824,30

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SACI, SICONV, SIAFI OPERACIONAL

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente				
Nome: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos				
CNPJ: 054659860011-60		UG/GESTÃO: 560008/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade	3	-
		Montante Repassado	3.774.347,21	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	4
		Montante Repassado	-	800.706,86
2013	Contas Prestadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado	1.535.999,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	2
		Montante Repassado	-	136.500,00
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado	911.242,80	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	3
		Montante Repassado	38.251,00	383.250,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SACI, SICONV, SIAFI OPERACIONAL

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro a.6.5.4 – visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Posição 31/12
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos					
CNPJ: 054659860011-60			UG/GESTÃO: 560008/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas			3	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado (R\$)	-		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	3	
Montante Repassado (R\$)			3.774.347,2		
2013	Quantidade de contas prestadas			1	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-		
		Quantidade Reprovada	-		
		Quantidade de TCE	-		
		Montante repassado	-		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1		
Montante repassado (R\$)		1.535.999,00			
2012	Quantidade de Contas Prestadas			1	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-		
		Quantidade Reprovada	-		
		Quantidade de TCE	-		
		Montante Repassado	-		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1		
Montante Repassado		911.242,40			
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Fonte: SIAFI GERENCIAL, SACI, SICONV, SIAFI OPERACIONAL					

6.5.5 Análise Crítica

a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente.

Em relação aos contratos de repasse em situação de prestação de contas inadimplente foi encaminhado Ofício nº 0390/2014/GAB/SNAPU/MCIDADES, de 4 de setembro de 2014,

solicitando à Caixa adoção de providências e esclarecimento quanto aos contratos a comprovar e a aprovar com data expirada e a liberar expirados. Anexo ao Ofício foi enviada lista de contratos da secretaria nas condições descritas. Além disso, foi solicitado à Caixa notificar as municipalidades contratadas, exortando-lhes do dever de prestar contas.

Como resposta a Caixa enviou Ofício nº 1924/2014/SN Transferência de Recursos Públicos, de 8 de outubro de 2014, com esclarecimentos sobre a situação dos contratos relacionados pela UJ e apresentando as medidas que serão tomadas para a regularização dos contratos vencidos sem a devida prestação de contas final e sem a instauração de tomada de contas especial.

Com relação aos convênios celebrados diretamente pela SNAPU, as medidas adotadas para saneamento foram:

- Envio de notificação às entidades convenentes, solicitando o atendimento às pendências ou a devolução dos recursos, com concessão de prazos para respostas/atendimento;
- Nos casos em que foram esgotadas as medidas junto à conveniente foram procedidas notificações aos dirigentes e/ou ex-dirigentes, informando as pendências em relação aos instrumentos celebrados e solicitando a adoção de medidas de saneamento, inclusive com estabelecimento de prazos, sob pena de inclusão do responsável no CADIN;
- Além desses procedimentos, considerando os casos em que a entidade conveniente foi extinta, foram adotadas diligências junto à Promotoria de Justiça e Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social – PJFeis, para obtenção de informações complementares sobre a extinção.

b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios

Em relação às ações desenvolvidas pela SNAPU, houve uma pequena redução no volume dos recursos transferidos em relação a 2013, em que pese à significativa redução no número de contratos de repasse celebrados. Isso acontece devido à paulatina redução dos recursos orçamentários das ações sob coordenação da Secretaria, somado ao contingenciamento de quase a totalidade dos limites das ações. Em 2014, essa situação inviabilizou o empenho e a contratação das propostas selecionadas em chamada pública para a realização de projetos de acessibilidade (Ação 2054.10T2), de regularização fundiária (Ação 2054.8866) e de conflitos fundiários (Ação 2064.20NU).

c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios

Com relação aos convênios celebrados diretamente pela Secretaria, em termos gerais, as prestações de contas foram apresentadas de forma tempestiva. Nos casos em que não houve a apresentação de contas dentro dos prazos concedidos, a entidade foi registrada na situação de inadimplência, até a apresentação de justificativa e/ou saneamento do problema.

d) Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto.

Em relação aos Contratos de Repasse e Termos de Compromisso, a responsabilidade pela análise das prestações de contas é da Caixa Econômica Federal, mandatária da União, conforme preconizam os Contratos de Prestação de Serviços n.º 10/2012, firmado entre o Ministério das Cidades e a Caixa, para que esta operacionalize os programas e das Ações geridos pelo Ministério, lastreados com recursos consignados no orçamento geral da União para transferências voluntárias para entidades públicas da Administração Indireta dos Estados, municípios e Distrito Federal e para Entidades Privadas sem Fins Lucrativos, na cláusula segunda, item 2.2 – Da Contratante, bem como

no contrato de prestação de serviços nº 17/2012, firmado entre o Ministério das Cidades e a Caixa, para que esta operacionalize os repasses de recursos do Orçamento Geral da União direcionado para projetos apoiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento do Governo - PAC, enquadrados em Programas e Ações geridos pela Contratante, na forma do disposto em instrumentos por ela editados.

Com relação às transferências, celebradas diretamente pela UJ, cujo acompanhamento da execução física e financeira é de competência da SNAPU, observa-se:

Avaliação da execução física

Em relação às transferências, todos os instrumentos se encontram em prestação de contas final. Embora as documentações ainda estejam em análise, pode-se afirmar, com base no acompanhamento do andamento das atividades, que a execução física foi satisfatória em relação aos objetos pactuados. Nos respectivos processos de prestação de contas finais os relatórios e as comprovações de execução das atividades foram analisados e as complementações, quando necessárias, foram solicitadas.

Avaliação da execução financeira

Considerando o reduzido número de instrumentos celebrados, os procedimentos adotados para controle e cobrança das prestações de contas com prazo expirado até 2014, foram eficientes e eficazes. Já para a realização da análise das prestações de contas finais, considerando as demais atribuições da equipe responsável pelas mesmas, o quantitativo de pessoal para a realização dessa atividade se tornou insuficiente, gerando sobrecarga de trabalho aos servidores envolvidos no cumprimento das etapas deste processo.

e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

A maior parte das transferências sob gestão da UJ é realizada por meio da UG 170054 – CAIXA. Além da execução financeira, a CAIXA também atua em diversas etapas da implementação das ações desta UJ, como contratação, acompanhamento das licitações, fiscalização das obras, análise de prestações de contas, dentre outras.

A UJ deu continuidade a sua rotina de acompanhamento dos contratos de repasse, iniciados em 2013, quando a UJ resolveu incorporar as diretrizes e os procedimentos presentes no Manual de Procedimentos – Monitoramento dos Contratos de Repasse provenientes de Transferências Voluntárias – do Ministério.

O referido manual tem como fundamentos o estabelecimento de fluxos e procedimentos para o monitoramento dos contratos de repasse e a adoção de rotinas simplificadas e de fácil e rápida execução, considerando a inviabilidade de se tratar contrato a contrato, e que o monitoramento individualizado por meio de visitas depende da expressividade do valor do investimento.

Seguindo a metodologia proposta no Manual de Procedimento, em 2014, a Secretaria continuou com a diretriz adotada em 2013 de focar os contratos com obras não iniciadas, paralisadas e atrasadas.

Dentre as atividades regulares de monitoramento desenvolvidas, destacam-se: o contato rotineiro com a Mandatária e os proponentes/compromissário para solução de eventuais pendências que impactam no andamento regular dos empreendimentos; verificação do atendimento aos diversos prazos e normas estabelecidos nos manuais internos e nas portarias de seleção dos empreendimentos; análise das SPA para verificação do enquadramento das propostas aos programas da UJ; atendimento e resposta aos apontamentos de órgãos de controle e Ministério Público; atendimento a solicitações diversas dos compromissários, tais como prorrogações de prazos de vigência, liberações de recursos, dentre outros.

As providências adotadas pela UJ no caso de instrumentos de transferência que tenham apresentado obras atrasadas ou paralisadas serão detalhadas na Parte B, item 51, deste Relatório.

O acompanhamento e gerenciamento dos Convênios é realizado por meio dos Sistemas SICONV e SIAFI.

f) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.

Em relação à ação 8874, exclusivamente de custeio, avalia-se que a realização de transferências para a realização de Planos Diretores não trouxe efetividade para a execução da política pública, visto que o volume de recursos orçamentários disponíveis para a ação está bem aquém do necessário para implementar uma política de planejamento urbano em nível nacional, que contemple o apoio a todos os municípios com obrigatoriedade de realização do Plano Diretor ou ainda todas as regiões metropolitanas institucionalizadas na forma das metas definidas no PPA. Desse modo, optou-se a partir de 2012 por uma estratégia de capacitação e elaboração de metodologias que auxiliem os municípios e estados a promover, com recursos próprios ou de parceiros, o seu planejamento e gestão territorial.

No âmbito da ação 20NR, as transferências, que atualmente são realizadas exclusivamente a partir de dotações oriundas de emendas parlamentares, têm efetividade limitada para os resultados da política de reabilitação urbana, visto tratarem-se de projetos pontuais. Entende-se, no entanto, que a utilização de recursos onerosos para o financiamento desse tipo de política seria mais adequada que o uso do OGU para o apoio a projetos estruturantes e significativos no território, de modo que tem-se buscado, desde 2012, construir novas alternativas de financiamento para o tema, como a linha de Operações Urbanas com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Finalmente, em relação à ação 10T2 (acessibilidade), as transferências têm se mostrado mais efetivas, ainda que o volume de recursos esteja aquém do necessário. Atualmente a UJ tem centrado esforços na elaboração de projetos em parceria com os municípios com vistas a facilitar e qualificar a contratação e execução de obras futuramente, seja com recursos onerosos ou não onerosos, da União ou dos demais entes federados.

Em relação à Ação 8866, avalia-se que a realização de transferências contribuiu para a disseminação da política fundiária urbana e sua inclusão nas políticas de gestão pública dos municípios e estados, apesar da carência de capacitação técnica de grande parte dos municípios e do baixo volume de recursos dispendidos nos últimos anos, que impede o enfrentamento em escala do problema do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda.

Em relação à Ação 20NU, os baixos recursos disponíveis tem comprometido o alcance da política de conflitos fundiários urbanos.

No caso da Ação 20NN, as transferências tem sido exitosas, sendo o principal instrumento de implementação da política de planejamento urbano frente a desastres naturais.

Os termos de compromisso da Ação Orçamentária 8865, incorporada em 2010 ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2, são exclusivamente operadas junto à CAIXA com os entes federados. Deve-se ressaltar que o maior empecilho em 2014 para o avanço da implementação das intervenções contratadas ocorreu em função do contingenciamento financeiro por parte da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF).

6.6 Suprimento de fundos

A UJ não possui suprimento de fundos.

6.7 Renúncias sob Gestão da UJ

A UJ não possui renúncias sob sua gestão.

6.8 Gestão Precatórios

A UJ não possui precatórios sob sua gestão.

6.9 Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal

As gestões da UJ sobre as obras atrasadas e paralisadas são apresentadas no Anexo I.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	345	42	15	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos		1	1	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		41	14	6
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		16	12	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		21	1	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		4	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários		1	0	3
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		4	2	6
4. Total de Servidores (1+2+3)		47	17	15

Fonte: Fonte: Date Warehouse, Base de Dados de FEV/2015

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	9	30
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	7	7
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	22
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	5	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	14	30

Fonte: SNAPU

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		21	10	8

1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		21	10	8
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		4	2	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		8	2	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		5	2	1
1.2.4. Sem Vínculo		4	4	5
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas		2	1	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		2	1	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		23	11	9

Fonte: Date Warehouse, base de dados de FEV/2015

7.1.2 Análise Crítica

A quantidade de servidores disponíveis é muito reduzida frente às necessidades da unidade jurisdicionada. Diversas atividades precisaram ser paralisadas ou reduzidas pela ausência de servidores. Outras atividades são realizadas em ritmo mais lento do que o previsto pela mesma razão.

Atualmente, a maior parte dos cargos comissionados são ocupados por servidores. No entanto, a UJ dispõe somente de parte dos cargos comissionados regimentalmente pertencentes à mesma, sendo que os demais encontram-se redirecionados para outros setores do Ministério.

Em relação aos trabalhos do Gabinete da Secretaria, que inclui o Protocolo Setorial, tendo em vista a natureza das funções desempenhadas, em sua maioria, os servidores não fazem parte do quadro efetivo de pessoal do Ministério, sendo cedidos de outros órgãos públicos ou mesmo sem vínculo com a Administração Pública. Em relação à Assessoria ao Secretário Nacional, a quantidade de servidores está satisfatória no momento. No Protocolo Setorial da Secretaria há uma servidora efetiva, sendo necessário mais um servidor para a realização dos trabalhos.

Não houve afastamentos que impactassem de maneira considerável a força de trabalho da UJ.

7.1.3 Qualificação e capacidade da Força de Trabalho

Planejamento Urbano

Em 2014 foram capacitados 2 servidores em curso de Planejamento Urbano e Territorial (Política Urbana e Gestão de Projetos Integrals) realizado pela agência de Cooperação Japonesa - JICA na Colômbia.

Ressalta-se, no entanto, a necessidade de treinamento específico dos servidores para a execução da atividade de monitoramento da ocupação urbana. O treinamento, previsto para 2014, não pôde ser realizado, devido à impossibilidade de contratação do parceiro previsto para a atividade (Banco Mundial). Para 2015, está prevista parceria com o INPE que, caso concretizada, incluirá a realização desse treinamento aos servidores.

Gestão de Riscos

Em 2014, 5 servidores da UJ, sendo 4 do DEAP e 1 do DAFUR, participaram de treinamento de técnicos e gestores no Japão em temas afetos ao planejamento da expansão urbana e ao mapeamento de riscos, no âmbito do Projeto GIDES. Cumpre ressaltar que 2 servidores do DAFUPR participaram de treinamento específico no Japão na área de infraestrutura frente a desastres naturais e 1 servidor capacitado em mapeamento de riscos junto ao Serviço Geológico do Brasil (CPRM/MME).

O critério utilizado para análise do alcance das metas de capacitação foi um número de servidores capacitados em, ao menos, um evento de capacitação durante o período de vigência do Plano Anual de Capacitação 2014. Nesse sentido verifica-se que, do ponto de vista numérico, houve uma boa execução da meta estabelecida no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

No ano de 2014 foram capacitados 27 servidores de um total de 47 em exercício na unidade, sendo que até o final do exercício 3 servidores deixaram de compor a força de trabalho da UJ. Em termos percentuais isso representa 57% de servidores capacitados. Informamos, ainda, que houve 39 participações em ações de capacitação, ou seja, um mesmo servidor participou de mais de uma ação de capacitação ao longo de 2014. Segue abaixo quadro detalhado que contem os eventos de capacitação e competências relacionadas, bem como os servidores capacitados:

Detalhamento dos Eventos de Capacitação no Exercício de 2014

SERVIDORES	COMPETÊNCIAS	EVENTOS DE CAPACITAÇÃO
1.Cristina Souza do Amaral 2.Ana Luisa Rosal Santos 3.Daniel Masiero 4.Erika Winge 5.Cristina Farias de Araújo 6.Talitha Bensiman Ciampi 7.Letícia Anne Lima 8.Jean Fillipe Marques Aragão	Administrar a execução orçamentária e financeira dos recursos oriundos dos programas, projetos, ações e contratos, utilizando os sistemas informatizados do Governo Federal; Atender ao público interno e externo, considerando os princípios éticos e legais do serviço público em sua prática no atendimento; Gerenciar documentos físicos e eletrônicos.	Curso de Ambientação
Alex Fabiano Ribeiro de Magalhães	Gerenciar equipes Mediar conflitos, estabelecendo acordos e consensos com pessoas e grupos, buscando pontos de concordância para chegar a decisões de ganhos mútuos.	Curso APG Middle Brasília
1.Francisco Filomeno de Abreu Neto 2.Luzia Guedes da Silva Mendes 3.Daniel Rodrigo Hippler	Celebrar convênios com instituições públicas ou privadas. Apoiar (por meio de convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação e orientação técnica) os entes federativos, as entidades civis sem fins lucrativos e defensorias públicas na implementação de atividades de regularização fundiária de assentamentos urbanos, de redução de riscos de deslizamentos e de elaboração de cartas geotécnicas à aptidão urbana. Monitorar convênios, contratos de repasse e outros instrumentos de parceria com instituições públicas e privadas, realizando análise de informações e avaliações técnicas.	Curso de SICONV
Francisco Filomeno de Abreu Neto	Monitorar as ações dos programas, planos e projetos desenvolvidos no âmbito das Secretarias Finalísticas.	Curso "Gerenciamento do Desempenho de Projetos no Setor Público"
Aléx Fabiano Ribeiro de Magalhães	Administrar a execução orçamentária e financeira dos recursos oriundos dos programas, projetos, ações e contratos, utilizando os sistemas informatizados do Governo Federal.	Curso de Gestão Orçamentária e Financeira

SERVIDORES	COMPETÊNCIAS	EVENTOS DE CAPACITAÇÃO
Carolina Baima Cavalcanti	Monitorar convênios, contratos de repasse e outros instrumentos de parceria com instituições públicas e privadas, realizando análise de informações e avaliações técnicas.	Curso de Gestão sobre Parceria Público-Privada- PPP
Aléx Fabiano Ribeiro de Magalhães	Administrar a execução orçamentária e financeira dos recursos oriundos dos programas, projetos, ações e contratos, utilizando os sistemas informatizados do Governo Federal. Planejar políticas, programas e ações da unidade, utilizando-se de informações sistematizadas.	Curso de Planejamento Governamental e Gestão Orçamentária e Financeira
1. Anna Luísa Rosal Santos 2. Carolina Queiroz Alves 3. Cristina Farias de Araújo 4. Gabriela Guerra de Queiroz 5. Iraides Fernandes de Carvalho 6. Cristina Souza do Amaral 7. Alex Fabiano Ribeiro de Magalhães 8. Luzia Guedes da Silva Mendes	Controlar a execução orçamentária e financeira para subsidiar a elaboração de relatórios e prestação de contas. Administrar a execução orçamentária e financeira dos recursos oriundos dos programas, projetos, ações e contratos, utilizando os sistemas informatizados do Governo Federal.	Curso de SIAFI
1. Cristina Souza do Amaral 2. Cristina Farias de Araújo 3. Rebeca Tobias Carneiro de Souza 4. Julia Pera de Almeida 5. Carolina Moreira Barbosa de Brito 6. Erika Winge 7. Talitha Bensiman Ciampi 8. Cléo Alves Pinto de Oliveira 9. Frederico do Monte Seabra 10. Paula Regina Comin Cabral 11. Daniel Masiero	Administrar a execução orçamentária e financeira dos recursos oriundos dos programas, projetos, ações e contratos, utilizando os sistemas informatizados do Governo Federal. Controlar a execução orçamentária e financeira para subsidiar a elaboração de relatórios e prestação de contas. Exercer as atividades de administração de pessoal, patrimônio, expediente e concessão de passagens e diárias da secretaria. Monitorar convênios, contratos de repasse e outros instrumentos de parceria com instituições públicas e privadas, realizando análise de informações e avaliações técnicas.	Curso de Excel
Viviane Silveira Amaral Carolina Moreira Barbosa de Brito	Acompanhar programas e ações do Ministério das Cidades executados com recursos do FGTS Monitorar as ações dos programas, planos e projetos desenvolvidos no âmbito das Secretarias Finalísticas.	Curso I Ministério das Cidades: estruturas e políticas sob sua responsabilidade- Turma 1/2014
1. Rebeca Tobias Carneiro de Souza 2. Érika Winge 3. Cristina Farias de Araújo 4. Juliana Sobreira Pereira Davey	Elaborar termo de referência e projeto básico, observando a Lei nº 8.666/93 e as diretrizes do órgão central. Monitorar convênios, contratos de repasse e outros instrumentos de parceria com instituições públicas e privadas, realizando análise de informações e avaliações técnicas. Realizar os procedimentos licitatórios, de acordo com as exigências da Lei nº 8.666/93.	Curso Jurisprudência e Licitações e Contratos - enfoque em Serviços e Obras de Engenharia

SERVIDORES	COMPETÊNCIAS	EVENTOS DE CAPACITAÇÃO
Cléo Alves Pinto de Oliveira	<p>Monitorar as ações dos programas, planos e projetos desenvolvidos no âmbito das Secretarias Finalísticas.</p> <p>Planejar políticas, programas e ações da unidade, utilizando-se de informações sistematizadas.</p>	Oficina "Avaliação de Impacto: conceitos, utilidades e desafios"
<p>1.Ana Gabriela de Carvalho Costa</p> <p>2.Iraides Fernandes de Carvalho</p> <p>3.Daniel Rodrigo Hippler</p>	<p>Atender ao público interno e externo, considerando os princípios éticos e legais do serviço público em sua prática no atendimento.</p> <p>Planejar políticas, programas e ações da unidade, utilizando-se de informações sistematizadas.</p>	Palestra "Gestão do Conhecimento"
Antônio Menezes Junior	Mediar conflitos, estabelecendo acordos e consensos com pessoas e grupos, buscando pontos de concordância para chegar a decisões de ganhos mútuos.	Palestra Relações Interpessoais e Resultados OK
<p>1.Fernanda Ludmila Elia Barbosa</p> <p>2.Nathan Belcavello de Oliveira</p>	<p>Apoiar (por meio de convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação e orientação técnica) os entes federativos, as entidades civis sem fins lucrativos e defensorias públicas na implementação de atividades de regularização fundiária de assentamentos urbanos, de redução de riscos de deslizamentos e de elaboração de cartas geotécnicas à aptidão urbana.</p> <p>Monitorar as ações dos programas, planos e projetos desenvolvidos no âmbito das Secretarias Finalísticas.</p> <p>Promover a função social da propriedade urbana por meio da aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão do solo urbano</p>	Primeiro Curso Internacional "Política Urbana e Gestão de Projetos Integrals"
<p>Alex de Souza Araujo</p> <p>Caio Manoel de Oliveira Fabiano</p> <p>Jorge Lucien Munchen Martins</p> <p>Marcel Cláudio Sant'Ana</p> <p>Rogério Pinheiro Silveira</p> <p>Viviane Silveira Amaral</p> <p>Paula Regina Comin Cabral</p> <p>Paulo Coelho Avila</p>	Competências relacionadas à expressão e compreensão oral e escrita de línguas estrangeiras.	Programa de Idiomas
<p>Rebeca Tobias Carneiro e Souza</p> <p>Daniel Rodrigo Hippler</p> <p>Luzia Guedes da Silva Mendes</p>	Gerenciar equipes	Seminário A arte de liderar
Francisco Filomeno de Abreu Neto	Monitorar as ações dos programas, planos e projetos desenvolvidos no âmbito das Secretarias Finalísticas.	II Seminário Gestão da Informação e Monitoramento de Políticas Sociais
Valdir Pires Dantas	Atender periodicamente as recomendações e determinações dos órgãos de controle, respondendo aos apontamentos levantados e acompanhando prazos e processos.	Curso Resposta às diligências dos órgãos de controle

Cabe ressaltar que somente são alvos das ações de capacitação que envolve ônus para a Administração Pública Federal, os servidores com os seguintes vínculos: servidores ativos permanentes, requisitados de outros órgãos e esferas, empregados públicos, servidores com o exercício descentralizado e servidores sem vínculo investidos em cargo em comissão

7.1.4 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.3- Custos do Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2.014	39.782,33	84.792,40	7.066,03	3.243,13	3.068,77	0,00	9.729,38		147.682,04
	2.013	144.511,20	0,00	12.042,60	4.014,20	4.545,00	0,00	0,00		165.113,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2.014	883.446,26	181.923,92	105.216,37	20.866,59	86.296,60	13.796,60	20.511,13		1.312.057,47
	2.013	466.485,51	139.421,87	48.389,49	12.430,18	37.936,42	9.946,37	12.973,25		727.583,09
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2.014	0,00	522.322,78	58.009,89	20.369,25	22.400,00	11.397,45	59.014,34		693.513,71
	2.013	0,00	454.923,62	45.411,06	24.473,42	0,00	9.548,58	9.494,47		543.851,15
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2.014	523.503,97	0,00	45.504,93	17.046,02	55.426,83	4.220,74	32.227,45		677.929,94
	2.013	575.040,29	0,00	44.809,02	11.891,24	40.221,63	6.917,12	23.960,87		702.840,17
Servidores cedidos com ônus *										
Exercícios	2.014	291.197,54	0,00	27.353,29	13.836,61	19.131,03	6.380,53	923,14	406,80	359.228,94
	2.013	198.178,80	0,00	17.193,84	4.586,89	16.055,97	4.658,96	0,00		240.674,46
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2.014	143.253,33	0,00	11.365,00	9.987,64	7.188,72	0,00	10.853,66		182.648,35
	2.013	316.133,33	0,00	26.260,00	0,00	20.588,73	0,00	1.900,00		364.882,06

Fonte: Date Warehouse, base de dados de Fev/2015

7.1.5 Irregularidades na área de pessoal

A UJ não identifica irregularidades relacionadas ao pessoal, no exercício em referência.

7.1.5.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A UJ não identifica ocorrências de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

7.1.5.2 Terceirização Irregular de Cargos

A UJ não realiza contratação de mão de obra de terceirização.

7.1.6 Riscos identificados na gestão de pessoas

A indisponibilidade de funções comissionadas para servidores, no desempenho de atividades típicas de assessoria técnica e de coordenação, é um fator de desmotivação. Outro problema identificado é a coexistência de carreiras diferentes (com diferentes remunerações) realizando atividades similares.

Dentre os servidores do Gabinete e do Protocolo Setorial há risco de perda de pessoal treinado em razão de baixos salários e ausência de perspectivas na carreira, para os servidores que fazem parte do quadro efetivo do Ministério das Cidades.

7.1.7 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A UJ não é responsável por área de recursos humanos, nem, possui entre as UJs consolidadas uma com essa responsabilidade.

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

A UJ não realiza contratação de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância.

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

A UJ não realiza contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

A UJ não contrata obras de apoio.

7.2.4 Contratação de Estagiários

A UJ não contrata de estagiários.

7.3 Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados)

A Unidade Jurisdicionada não realiza contratação direta com empresas beneficiadas que se dedicam as atividades referidas na legislação.

Ressalta-se que em havendo necessidade de contratação de empresa para prestação de serviços a UJ esta contratação é realizada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGLOG da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério as Cidades – SPOA, do MCidades. Todavia, verificou que no ano de 2014, bem como em anos anteriores, não foram celebrados contratos por solicitação da UJ, sobre os quais se aplicassem a desoneração da folha de pagamento mencionada pela Lei 12.546/2011 e pelo decreto 7828/2012.

8 . GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A Gestão de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário não é de responsabilidade da UJ.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Gestão de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário não é de responsabilidade da UJ.

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

A Gestão de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário não é de responsabilidade da UJ.

9 . GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

A Gestão da Tecnologia da Informação não é de responsabilidade da UJ.

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

A Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade, não é de responsabilidade da UJ, porém participa das iniciativas neste sentido promovidas pelo Ministério das Cidades.

11 . ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve ocorrência a serem declaradas no exercício pela UJ.

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve ocorrência a serem declaradas no exercício pela UJ.

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - SNAPU			74024
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201204040	7	Ofício 1469/2015/ DIURB/DI/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - SNAPU			74024
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a Unidade aprimore os controles de modo a garantir que seja instaurada a devida Tomada de Contas Especial em caso de descumprimento do prazo para prestação de contas dos recursos transferidos, e que a instauração seja realizada no prazo previsto em normativo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Ministério das Cidades			042672
Síntese da Providência Adotada			
<p>Foi encaminhado o ofício nº. 0077/2013/GAB/SNAPU/MCIDADES, de 15 de março de 2013 à Caixa solicitando atentar para os prazos de instauração de TCE de acordo com a legislação, visando o monitoramento da atuação da Caixa.</p> <p>Foi adotada rotina interna para verificação do andamento dos contratos até sua prestação de contas final.</p> <p>Foi encaminhado memorando nº. 0095/2013/GAB/SNAPU/MCIDADES à Secretaria Executiva sobre as falhas verificadas na atuação da Caixa para que sejam tomadas medidas junto à mesma, com cobrança do cumprimento das obrigações previstas no contrato de prestação de serviços com o Ministério das Cidades</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Para atendimento das providências foi elaborado e encaminhado o ofício nº. 0077/2013/GAB/SNAPU/MCIDADES, de 15 de março de 2013 e o memorando nº. 0095/2013/GAB/SNAPU/MCIDADES, de 15 de março de 2013.</p> <p>Primeiramente, cabe destacar que esta Secretaria monitora individualmente e de forma sistemática as operações provenientes do PAC 2 a partir dos mecanismos de acompanhamento disponíveis (SACI, contatos telefônicos e mensagens eletrônicas), considerando sempre a realização de reuniões técnicas periódicas presenciais ou à distância (videoconferência) com os tomadores e CAIXA, além das visitas de campo nas áreas de risco contempladas com obras de contenção de encostas, visando a entrega do bem público à população com a maior brevidade possível.</p> <p>O rito de monitoramento dos contratos do PAC é basicamente o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento diário dos contratos através do SACI, registrando os contatos feitos com os proponentes, possíveis pendências para o andamento do contrato e datas previstas para solução; • Na data prevista para solução retorna-se o contato. Caso a solução prevista foi realizada, registra no SACI, caso não, levanta-se os motivos da não solução e avalia-se quais providências poderão ser tomadas; 			

Estabelecer outra data; Videoconferência ou reuniões técnicas presenciais;

- Além do monitoramento feito pelos analistas diariamente, são realizadas reuniões de controle com o diretor ou gerente da ação. Essas reuniões têm como foco os maiores contratos de cada estado, além de soluções para contratos com dificuldades de execução. As reuniões acontecem a cada 15 dias.

Monitoramento dos Contratos Não PAC 2:

- No caso dos contratos de repasse não PAC, a SNAPU, também já incorporou a sua rotina a adoção de providências para sanar os problemas existentes nos contratos paralisados e atrasados como: o envio de ofícios aos proponentes indagando sobre os entraves à execução e conclusão do contrato, o contato via telefone, bem como o acompanhamento do andamento dos contratos por meio do SACI – Sistema de Acompanhamento de Contratos e Investimentos – do Ministério;

Nova Rotina de Monitoramento a partir de 2013:

- Visando aprimorar o monitoramento dos contratos de repasse, a Secretaria resolveu incorporar à sua rotina as diretrizes e os procedimentos presentes no Manual de Procedimentos - Monitoramento dos Contratos de Repasse provenientes de Transferências Voluntárias – do Ministério. O referido manual tem como fundamentos o estabelecimento de fluxos e procedimentos para o monitoramento dos contratos de repasse; a adoção de rotinas simplificadas e de fácil e rápida execução; considerando a inviabilidade de se tratar contrato a contrato; e que o monitoramento individualizado por meio de visitas depende da expressividade do valor do investimento;
- Seguindo a metodologia proposta no Manual de Procedimento, a partir de 2013 o monitoramento da Secretaria terá como foco os contratos com obras não iniciadas, paralisadas e atrasadas;
- Cada ciclo do monitoramento terá como duração o período de 1 ano, devendo ser analisados todos os contratos que possuam situação adversa. No ano subsequente o processo será reiniciado;

Em linhas gerais o monitoramento adotará as 4 fases de monitoramento propostas no Manual:

- Emissão de relatório de situação;
- Proposição de recomendações e providências;
- Monitoramento das ações corretivas/saneadoras e;
- Constatação dos resultados obtidos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A implementação de um sistema único de monitoramento de contratos no âmbito do Ministério das Cidades (SACI) pode ser destacada como fator positivo à adoção da providência.

Por outro lado, apontam-se como fatores negativos que prejudicam a adoção da providência os seguintes aspectos:

- a) Com relação à CAIXA (mandatária): dificuldades na obtenção de informações técnicas sobre os contratos OGU; ausência de um procedimento normatizado de obtenção de informações junto a ela; limitação das informações constantes no banco de dados da CAIXA, notadamente no que se refere a informações qualitativas; existência de contratos com % das obras e situação das obras que não são atualizados sistematicamente pela Caixa; tempo de resposta da Mandatária às demandas da Secretaria supera o esperado;
- b) Com relação aos convenentes: fragilidade institucional das prefeituras, que dificulta o acompanhamento eficiente do proponente e sua interlocução com o Ministério das Cidades;
- c) Com relação ao SACI: dificuldades na implementação do sistema único de monitoramento de contratos (SACI); inconsistências entre o SACI e o SIURB, visto que a atualização dos sistemas não é “pari passu”; não validação dos dados disponibilizados; sistema ainda encontra-se em fase de consolidação devido à ausência de consenso quanto as suas funcionalidades, em outras instâncias do Ministério.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - SNAPU			74024
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201204040	11	Ofício 1469/2015/ DIURB/DI/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - SNAPU			74024
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendamos à Unidade que aprimore o monitoramento dos contratos, de forma a identificar as pendências que gerem os atrasos e paralisações, e determine aos municípios que adotem as medidas cabíveis para a regularização dessas obras sob a possibilidade de cancelamento do contrato, buscando as seguintes medidas: - Sejam avaliados, para cada contrato, os motivos do atraso, buscando, junto com o conveniente, as soluções necessárias para acelerar a conclusão das obras. Todas as reuniões deverão ser devidamente registradas, inclusive estabelecendo-se prazos para cumprimento das medidas acordadas. - Nos contratos com obras/serviços paralisados, identificar aqueles passíveis de conclusão e tomar as providências necessárias ao reinício e término das obras. Para os não passíveis de retomada/conclusão, rescindir o contrato e verificar a correta aplicação dos recursos, cobrando a devolução ao Tesouro Nacional dos recursos não aplicados ou que tenham sofrido desvio de finalidade. - Nos casos de contratos com obras/serviços não iniciados, identificar, para cada contrato, os problemas que estão impedindo o início dos trabalhos e buscar, junto com o conveniente, soluções para os problemas. Caso sejam identificados fatores que impossibilitem o início dos trabalhos, inviabilizando a implantação do empreendimento, rescindir o contrato e devolver ao tesouro nacional os recursos já liberados para CAIXA.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Ministério das Cidades			042672
Síntese da Providência Adotada			
<p>Foi adotada rotina interna para verificação do andamento dos contratos até sua prestação de contas final, aprimorando o monitoramento dos contratos de repasse, de forma a se adotar providências para o caso das obras atrasadas e paralisadas e, registrando os resultados advindos dessas providências, sendo que nos casos de pendências, será determinado aos municípios que adotem as medidas cabíveis para a regularização dessas obras sob a possibilidade de cancelamento do contrato.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Monitoramento dos Contratos PAC 2</p> <p>Primeiramente, cabe destacar que esta Secretaria monitora individualmente e de forma sistemática as operações provenientes do PAC 2 a partir dos mecanismos de acompanhamento disponíveis (SACI, contatos telefônicos e mensagens eletrônicas), considerando sempre a realização de reuniões técnicas periódicas presenciais ou à distância (videoconferência) com os tomadores e CAIXA, além das visitas de campo nas áreas de risco contempladas com obras de contenção de encostas, visando a entrega do bem público à população com a maior brevidade possível. O rito de monitoramento é basicamente o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento diário dos contratos através do SACI, registrando os contatos feitos com os proponentes, possíveis pendências para o andamento do contrato e datas previstas para solução; • Na data prevista para solução retorna-se o contato. Caso a solução prevista foi realizada, registra no SACI, caso não, levanta-se os motivos da não solução e avalia-se quais providências poderão ser tomadas: Estabelecer outra data; Videoconferência ou reuniões técnicas presenciais; • Além do monitoramento feito pelos analistas diariamente, são realizadas reuniões de controle com o diretor ou gerente da ação. Essas reuniões têm como foco os maiores contratos de cada estado, além de soluções para contratos com dificuldades de execução. As reuniões acontecem a cada 15 dias. <p>Monitoramento dos Contratos Não PAC 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No caso dos contratos de repasse não PAC, a SNAPU, também já incorporou a sua rotina a adoção de providências para sanar os problemas existentes nos contratos paralisados e atrasados como: o envio de ofícios aos proponentes indagando sobre os entraves à execução e conclusão do contrato, o contato via telefone, bem como o acompanhamento do andamento dos contratos por meio do SACI – Sistema de Acompanhamento de Contratos e Investimentos – do Ministério. <p>Nova Rotina de Monitoramento a Partir de 2013</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visando aprimorar o monitoramento dos contratos de repasse, a partir de 2013 a Secretaria resolveu incorporar a sua rotina as diretrizes e os procedimentos presentes no Manual de Procedimentos - Monitoramento dos Contratos de Repasse provenientes de Transferências Voluntárias – do Ministério. O 			

referido manual tem com fundamentos o estabelecimento de fluxos e procedimentos para o monitoramento dos contratos de repasse; a adoção de rotinas simplificadas e de fácil e rápida execução; considerando a inviabilidade de se tratar contrato a contrato; e que o monitoramento individualizado por meio de visitas depende da expressividade do valor do investimento;

- Seguindo a metodologia proposta no Manual de Procedimento, a partir de 2013 o monitoramento da Secretaria terá como foco os contratos com obras não iniciadas, paralisadas e atrasadas;
- Cada ciclo do monitoramento terá como duração o período de 1 ano, devendo ser analisados todos os contratos que possuam situação adversa. No ano subsequente o processo será reiniciado;

Em linhas gerais o monitoramento adotará as 4 fases de monitoramento propostas no Manual:

- Emissão de relatório de situação;
- Proposição de recomendações e providências;
- Monitoramento das ações corretivas/saneadoras e;
- Constatação dos resultados obtidos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A implementação de um sistema único de monitoramento de contratos no âmbito do Ministério das Cidades (SACI) pode ser destacada como fator positivo à adoção da providência. Por outro lado, apontam-se como fatores negativos que podem prejudicar a adoção da providência os seguintes aspectos:

a) Com relação à CAIXA (mandatária): dificuldades na obtenção de informações técnicas sobre os contratos OGU; ausência de um procedimento normatizado de obtenção de informações junto a ela; limitação das informações constantes no banco de dados da CAIXA, notadamente no que se refere a informações qualitativas; existência de contratos com % das obras e situação das obras que não são atualizados sistematicamente pela Caixa; tempo de resposta da Caixa às demandas da Secretaria supera o esperado;

b) Com relação aos convenentes: fragilidade institucional das prefeituras, que dificulta o acompanhamento eficiente do proponente e sua interlocução com o Ministério das Cidades;

c) Com relação ao SACI: dificuldades na implementação do sistema único de monitoramento de contratos (SACI); inconsistências entre o SACI e o SIURB, visto que a atualização dos sistemas não é “pari passu”; não validação dos dados disponibilizados; sistema ainda encontra-se em fase de consolidação devido à ausência de consenso quanto as suas funcionalidades, em outras instâncias do Ministério.

Outro fator positivo a se destacar, e que surtiu resultados satisfatórios foi o procedimento de análise preliminar de Termos de Referência por parte dos técnicos do departamento no âmbito dos contratos de repasse da Ação 8866, adotado desde a seleção de propostas de 2013. Tal procedimento permitiu, por parte do Ministério, um acompanhamento mais qualificado das atividades desenvolvidas nos contratos.

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - SNAPU			74024
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201204040	10	Ofício 1469/2015/ DIURB/DI/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - SNAPU			74024
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendamos que essa SNAPU juntamente com as demais Secretarias finalísticas e com a Secretaria Executiva do Ministério das Cidades atue junto à CAIXA definindo metas e prazos para que àquela Empresa (mandatária da União) regularize as pendências em relação às cobranças e análises das prestações de contas pendentes. E que constantemente essas metas e prazos sejam monitorados e em caso de descumprimento que sejam aplicadas as sanções previstas.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Ministério das Cidades			042672
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>O Grupo de Trabalho – GT inicialmente criado para tratar desta recomendação findou em 19/11/2013, não tendo apresentado resultados conclusivos, desta forma, o processo administrativo do referido GT foi encaminhado ao Ministro das Cidades para a definição de um novo prazo para a conclusão dos trabalhos.</p> <p>Em função da não definição de um novo prazo para o GT anterior, optou-se pela criação de uma novo GT, constituído pela portaria nº 380, de 15 de julho de 2014, o qual vem se reunindo semanalmente às quintas-feiras com membros da Secretaria Executiva, das Secretarias Nacionais do MCidades, da SPOA e da CONJUR, bem como da Caixa Econômica Federal, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, e tendo como ouvintes representantes dos órgãos de controle (CGU e TCU). Este novo GT possui como objetivo tratar dos mecanismos de acompanhamento e controle na gestão dos contratos de repasse, além de estabelecer rotina para ateste e pagamento de faturas referente aos serviços prestados pela execução dos contratos de repasses celebrados pela Caixa Econômica Federal, como Mandatária da União, no âmbito do Ministério das Cidades.</p> <p>Nas reuniões são discutidas as cláusulas do contrato de prestação de serviços entre o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, no que se refere às obrigações d as partes; definição do preço dos serviços prestados pela Caixa devido aos serviços executados com o detalhamento dos respectivos serviços que justifiquem os valores cobrados; os prazos de pagamento da tarifa; e as penalidades cabíveis no caso de não cumprimento das cláusulas pactuadas.</p> <p>Com relação aos preços cobrados pela Caixa para execução dos serviços, há o Acórdão 1.126/2007, do Tribunal de Contas da União, de 2007, que trouxe recomendações ao MCidades, MPOG e CAIXA para que fossem revistos a forma de cobrança e os preços praticados pela CAIXA. Os representantes da Caixa esclareceram que os valores da precificação estão sendo estudados e serão apresentados, baseados no diagnóstico de déficit financeiro que a prestação de serviços ao governo federal tem ensejado.</p> <p>Devido ao grande número de questões existentes na análise da minuta de contratação de prestação de serviços entre o MCidades e a Caixa, o cronograma inicialmente estipulado para conclusão dos trabalhos, 28/02/2015, não pôde ser cumprido, desta forma o GT não apresentou resultados concretos até o momento. Diante disso, o novo GT teve o prazo de conclusão de seus trabalhos prorrogado para 30/06/2015.</p> <p>Além da Minuta do Contrato também está sendo discutido o anexo com o conteúdo técnico referente às ações do Ministério das Cidades.</p> <p>Diante do exposto, a recomendação 53311 ainda não foi atendida devido ao trabalho do GT não ter sido concluído.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	16	3	16
	Entregaram a DBR	16	3	16
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	10	9	10
	Entregaram a DBR	10	9	10
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Assentos funcionais

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Desde a publicação da Instrução Normativa – TCU Nº 67, de 6 de julho de 2011, a Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério das Cidades convencionou a prática de receber apenas o Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física (Anexo II da IN supracitada). Desta forma, não se torna necessário a entrega da DBR anualmente e tão pouco quando se encerra vínculo funcional servidor.

Todos os servidores ao ingressam em cargos efetivos ou de livre nomeação e exoneração são orientados a preencherem o referido formulário de autorização de acesso à DBR, e o controle de entrega dos formulários é mantido pela Coordenação de Cadastro e Pagamento da CGRH por meio de ferramenta eletrônica dedicada.

Cabe ressaltar que até o dia 31 de dezembro de 2014, não havia pendência de entrega do formulário de autorização de acesso à DBR.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

As Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário não são de responsabilidade direta da UJ.


11.5 Alimentação SIASG e SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Daniel Rodrigo Hippler**, CPF nº 991.345.609-63, **Diretor do Departamento de Apoio à Gestão Municipal e Territorial**, exercido na **Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 10 de março de 2015.



DANIEL RODRIGO HIPPLER
CPF nº 991.345.609-63

Diretor do Departamento de Apoio à Gestão Municipal e Territorial
Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Os procedimentos contábeis da UJ serão apresentados pela setorial contábil da Coordenação de Orçamento e Finanças, da Secretaria Executiva - SE.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

Os procedimentos contábeis da UJ serão apresentados pela setorial contábil da Coordenação de Orçamento e Finanças, da Secretaria Executiva.

12.3 Conformidade Contábil

Os procedimentos contábeis da UJ serão apresentados pela setorial contábil da Coordenação de Orçamento e Finanças, da Secretaria Executiva.


12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.4.1 Declaração Plena

A informação será prestada no item 12.4.2.

12.4.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA NACIONAL DE ACESSIBILIDADE E PROGRAMAS URBANOS SNAPU		560008	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2014, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Restrição: 657, Convênios a aprovar com data expirada, convênios nº s SIAFI 597749, 605686 e 611035.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília,	Data	12 de fevereiro de 2015
Contador Responsável	 JOSÉ JORGE DOS SANTOS PEREIRA	CRC nº	DF-005655/O-3

12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Os procedimentos contábeis da UJ serão apresentados pela setorial contábil da Coordenação de Orçamento e Finanças, da Secretaria Executiva.

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Todos os registros contábeis da UJ são realizados no SIAFI. Portanto, não se aplica à realidade da UJ.

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

A UJ não possui composição acionária de capital social.

12.8 Relatório de Auditoria Independente

Não se aplica à realidade da UJ.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Não há outras informações sobre gestão a acrescentar.

14. RESULTADOS E CONCLUSÕES:

A UJ tem cumprido seus objetivos na medida de sua disponibilidade orçamentária, que é bem limitada, com exceção do PAC. Para o próximo exercício, devemos continuar seguindo a mesma estratégia de atuação, visto que não há perspectiva de ampliação dos recursos para a unidade. A UJ pretende promover a revisão de suas estratégias e metas no âmbito do PPA 2016-2019, a fim de aumentar a eficácia da unidade na utilização de seus recursos e melhorar os resultados de gestão.

Além das iniciativas acima, em 2015 a UJ, diante do cenário de restrição orçamentária, deve dar continuidade a estratégia de indução dos atores (prefeituras, governos dos estados, entidades sem fins lucrativos) na aplicação de instrumentos de apoio ao planejamento urbano, por meio de oficinas de trabalho, seminários, workshops, capacitação, publicações, bem como proceder com a revisão de manuais e de procedimentos operacionais com vistas a melhorar o desempenho dos contratos firmados junto à CAIXA.

ANEXO I – II. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

Parte B, item 51, do Anexo II da DN TCU n.º 134, DE 04/12/2013

Demonstrativo das obras atrasadas e as paralisadas ao longo do exercício, contendo, no mínimo as seguintes informações:

- a) Número do contrato de repasse;
- b) Proponente;
- c) Objeto, vigência e valor;
- d) Providências adotadas para o caso das obras atrasadas e paralisadas;
- e) Resultados advindos dessas providências;
- f) Posição de cada obra em 31 de dezembro do exercício de referência do relatório de gestão.

Fonte: SACI e Base da CAIXA

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
35147118	Barbacena, Betim, Brumadinho, Contagem, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Itabira, Juiz de Fora, Nova Lima, Poços de Caldas, Sabará	M G	Elaboração/Revisão de Plano Municipal de Redução de Riscos	31/07/2015	1.169.999,88	0,00	1.169.999,88	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 40% em 2014.	Atrasada
35151757	Betim	M G	Elaboração de projetos para estabilização de	30/06/2015	310.643,90	0,00	310.643,90	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
			encostas						física acima de 10% em 2014.	
35153800	Contagem	MG	Obras de Contenção de Encostas em Contagem	31/07/2015	4.168.221,59	0,00	4.168.221,59	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. O contrato foi repactuado com redução de metas. As obras foram retomadas.	Paralisada
35156545	Nova Lima	MG	Obras de Contenção de Encostas em Nova Lima	27/02/2015	2.501.859,60	0,00	2.501.859,60	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Contrato está em processo de distrato.	Paralisada
39847871	Betim	MG	Obras de Contenção de encostas em Betim - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	14/11/2015	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
39848230	Manhumirim, Lajinha, Ervália, Sabinópolis e Diogo de Vasconcelos	MG	Obras de Contenção de encostas em Manhumirim, Lajinha, Ervália, Sabinópolis e Diogo de Vasconcelos - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	30/12/2016	1.582.000,00	0,00	1.582.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
39848344	Ewbank da Câmara, Matias Barbosa e Visconde do Rio Branco	MG	Obras de Contenção de encostas em Ewbank da Câmara, Matias Barbosa e Visconde do Rio Branco - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	30/12/2016	1.115.000,00	0,00	1.115.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
39848459	Ouro Preto	M G	Obras de Contenção de encostas em Ouro Preto - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	30/12/2016	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
39848564	Ibirité	M G	Obras de Contenção de encostas em Ibirité - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	30/12/2016	3.495.000,00	0,00	3.495.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
39848678	Cataguases	M G	Obras de Contenção de encostas em Cataguases - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	30/12/2016	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
39848782	Muriaé	M G	Obras de Contenção de encostas em Muriaé - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	30/12/2016	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
39848896	Timóteo	M G	Obras de Contenção de encostas em Timóteo - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	30/12/2016	1.566.000,00	0,00	1.566.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
39848909	Nova Lima	M G	Obras de Contenção de encostas em Nova Lima - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	30/12/2016	1.562.000,00	0,00	1.562.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
39849037	Além Paraíba	M G	Obras de Contenção de encostas em Além Paraíba - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	30/12/2016	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
39849141	João Monlevade	M G	Obras de Contenção de encostas em João Monlevade - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	30/12/2016	1.436.000,00	0,00	1.436.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
39849256	Santa Luzia	M G	Obras de Contenção de encostas em Santa Luzia - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	30/12/2016	1.328.000,00	0,00	1.328.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
39849360	Sabará	M G	Obras de Contenção de encostas em Sabará - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	30/12/2016	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
10022848 9	PM Ibirite	M G	PROTECAO, CONTENCOES E ESTABILIZACAO DE ENCOSTAS EM AREAS DE RISCO	31/12/2014	2.957.292,40	257.155,86	3.214.448,26	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Não houve desdobramento. Contrato encontra-se em reprogramação.	Atrasada
35150063	Brusque	SC	Elaboração de projetos para estabilização de encostas	28/02/2016	347.329,70	0,00	347.329,70	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 10% em 2014.	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
35152448	Blumenau	SC	Elaboração de projetos para estabilização de encostas	30/08/2015	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 10% em 2014.	Atrasada
35157456	Blumenau	SC	Obras de Contenção de Encostas em Blumenau	30/08/2015	13.813.919,51	0,00	13.813.919,51	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
35145397	Sumaré	SP	Elaboração/Revisão de Plano Municipal de Redução de Riscos	31/05/2015	200.000,00	20.555,51	220.555,51	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 60% em 2014.	Atrasada
17458097	PM Fortaleza	CE	ELABORACAO DE PLANO MUNICIPAL DE REDUCAO DE RISCOS	30/11/2013	97.500,00	7.312,50	104.812,50	Monitoramento com vistas ao cancelamento do contrato.	O contrato foi cancelado.	Paralisada
35156212	Coronel Fabriciano	M G	Obras de Contenção de Encostas em Coronel Fabriciano	31/10/2015	1.349.618,84	0,00	1.349.618,84	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
35150513	Francisco Morato	SP	Elaboração de projetos para estabilização de encostas	22/06/2015	375.000,00	0,00	375.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 40% em 2014.	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
100324330	PM V. Paulista	SP	Construo de Muro de Arrimo no Município de Várzea Paulista	29/06/2015	390.000,00	45.000,00	435.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso com vistas à solução dos problemas impeditivos à liberação de recursos.	Não houve desdobramento.	Atrasada
35149263	Juiz de Fora	MG	Elaboração de projetos para estabilização de encostas	30/08/2015	1.150.000,00	0,00	1.150.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 60% em 2014.	Atrasada
39848126	Juiz de Fora	MG	Obras de Contenção de encostas em Juiz de Fora - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	30/10/2017	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 60% em 2014.	Atrasada
35156095	Maceió	AL	Obras de Contenção de Encostas em Maceió	25/11/2015	8.287.272,36	0,00	8.287.272,36	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física ocorreu abaixo de 10% em 2014.	Atrasada
35146080	Maricá	RJ	Elaboração/Revisão de Plano Municipal de Redução de Riscos	30/06/2015	100.000,00	0,00	100.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 10% em 2014.	Atrasada
35147774	Petrópolis	RJ	Elaboração/Revisão de Plano Municipal de Redução de Riscos	31/07/2015	250.000,00	90.617,80	340.617,80	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 10% em 2014.	Atrasada
35145847	Cotia	SP	Elaboração/Revisão de Plano Municipal de Redução de Riscos	31/08/2015	108.000,00	0,00	108.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento. No entanto, a evolução física	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
									ocorreu abaixo de 10% em 2014.	
35149931	Jandira	SP	Elaboração de projetos para estabilização de encostas	28/08/2015	375.000,00	0,00	375.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 60% em 2014.	Atrasada
35151423	Osasco	SP	Elaboração de projetos para estabilização de encostas	30/10/2015	1.085.000,00	0,00	1.085.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 40% em 2014.	Atrasada
35152668	Santana de Parnaíba	SP	Elaboração de projetos para estabilização de encostas	21/10/2015	375.000,00	0,00	375.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 40% em 2014.	Atrasada
35152990	Recife	PE	Elaboração de projetos para estabilização de encostas	31/12/2015	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 10% em 2014.	Paralisada
35153683	Abreu e Lima	PE	Obras de Contenção de Encostas em Abreu e Lima	28/12/2015	5.086.060,44	492.020,35	5.578.080,79	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 10% em 2014.	Atrasada
35154939	Jaboatão dos Guararapes	PE	Obras de Contenção de Encostas em Jaboaão dos Guararapes	30/12/2015	6.676.974,35	1.584.923,41	8.261.897,76	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 10% em 2014.	Atrasada
35155748	Cabo de Santo Agostinho	PE	Obras de Contenção de Encostas em Cabo de Santo Agostinho	31/12/2015	2.009.232,00	771.137,37	2.780.369,37	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 10% em 2014.	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
35156878	Recife	PE	Obras de Contenção de Encostas em Recife	30/10/2015	26.770.482,16	2.591.042,14	29.361.524,30	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Houve desdobramento com evolução física acima de 60% em 2014.	Atrasada
19643358	PM Mesquita	RJ	ELABORACAO DO PLANO MUNICIPAL DE REDUCAO DE RISCOS APOIO A PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DE RISCOS EM ASSENTAMENTOS URBANOS MESQUITA	07/11/2014	97.500,00	30.000,00	127.500,00	Monitoramento com vistas ao cancelamento do contrato.	O contrato foi distratado.	Atrasada
35150627	Belford Roxo	RJ	Elaboração de projetos para estabilização de encostas	30/06/2015	1.183.350,00	0,00	1.183.350,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Não houve desdobramento. Licitação deserta. Prefeitura não retomou o processo licitatório.	Paralisada
35155184	Queimados	RJ	Obras de Contenção de Encostas em Queimados	22/09/2015	3.392.468,11	0,00	3.392.468,11	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Contrato sofreu reprogramação/re pactuação, atrasando a sua execução.	Atrasada
36793665	Teresópolis	RJ	Obras de Contenção de Encostas em Teresópolis	30/06/2015	44.649.987,89	0,00	44.649.987,89	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Contrato sofreu reprogramação/re pactuação, atrasando a sua execução.	Atrasada
36793779	Nova Friburgo	RJ	Obras de Contenção de Encostas em Nova Friburgo	30/06/2015	36.949.929,58	0,00	36.949.929,58	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Foi solicitada a liberação de recursos junto à STN.	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
40232291	Salvador	BA	Obras de Contenção de encostas em Salvador - Intervenção em setores de risco Alto e Muito Alto	19/06/2015	17.659.885,00	0,00	17.659.885,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Não houve evolução. Pendências na realização da licitação, gerando atrasos na evolução do contrato.	Atrasada
35155301	Mauá	SP	Obras de Contenção de Encostas em Mauá	31/10/2015	22.504.859,94	0,00	22.504.859,94	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Contrato sofreu reprogramação/re pactuação, atrasando a sua execução.	Atrasada
35155853	São José dos Campos	SP	Obras de Contenção de Encostas em São José dos Campos	30/09/2015	7.155.215,00	117.806,60	7.273.021,60	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Contrato sofreu reprogramação/re pactuação, atrasando a sua execução.	Atrasada
19318816	PM Taboão Serra	SP	ELABORACAO DE PROJETOS BASICOS DE ENGENHARIA PARA ESTABILIZACAO DE AREAS DE RISCOS DE DESLIZAMENTOS EM ENCOSTAS	02/06/2012	97.500,00	52.500,00	150.000,00	Monitoramento com vistas ao cancelamento do contrato.	Atraso na prestação de contas atrasou a evolução do contrato.	Paralisada
35146194	Itapecerica da Serra	SP	Elaboração/Revisão de Plano Municipal de Redução de Riscos	21/07/2015	110.000,00	0,00	110.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Não houve desdobramento. Prestação de contas não concluída, o que acarretou no atraso da conclusão do contrato.	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
35147004	Taboão da Serra	SP	Elaboração/Revisão de Plano Municipal de Redução de Riscos	20/06/2015	125.000,00	0,00	125.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Não houve evolução. Pendências na licitação gerando atrasos na evolução do contrato.	Atrasada
35150731	Taboão da Serra	SP	Elaboração de projetos para estabilização de encostas	30/08/2015	415.000,00	0,00	415.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso com vistas à solução dos problemas impeditivos à liberação de recursos.	Não houve desdobramento. Atraso na execução devido ao contingenciamento de recursos do Governo Federal.	Atrasada
35154261	Santo André	SP	Obras de Contenção de Encostas em Santo André	30/04/2015	21.716.666,87	472.100,30	22.188.767,17	Monitoramento junto ao tomador do recurso com vistas à solução dos problemas impeditivos à liberação de recursos.	Não houve desdobramento. Atraso na execução devido ao contingenciamento de recursos do Governo Federal.	Atrasada
35151192	Guarujá	SP	Elaboração de projetos para estabilização de encostas	30/04/2015	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso com vistas à solução dos problemas impeditivos à liberação de recursos.	Não houve desdobramento. Atraso na execução devido ao contingenciamento de recursos do Governo Federal.	Paralisada
35152220	Santos	SP	Elaboração de projetos para estabilização de encostas	27/03/2015	375.000,00	0,00	375.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso com vistas à solução dos problemas impeditivos à liberação de recursos.	Não houve desdobramento. Atraso na execução devido ao contingenciamento de recursos do Governo Federal.	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
									to de recursos do Governo Federal.	
35155415	São Vicente	SP	Obras de Contenção de Encostas em São Vicente	31/10/2015	6.073.603,43	0,00	6.073.603,43	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Não houve evolução. Pendências na licitação gerando atrasos na evolução do contrato.	Atrasada
35156326	Santos	SP	Obras de Contenção de Encostas em Santos	07/08/2015	4.532.411,02	162.718,54	4.695.129,56	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Contrato em processo de cancelamento.	Paralisada
35145952	Barra Mansa	RJ	Elaboração/Revisão de Plano Municipal de Redução de Riscos	30/09/2015	150.000,00	106.000,00	256.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Não houve desdobramento. Contrato sofreu reprogramação, atrasando a sua execução.	Atrasada
35150408	Angra dos Reis	RJ	Elaboração de projetos para estabilização de encostas	30/09/2015	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	Monitoramento junto ao tomador do recurso com vistas à solução dos problemas impeditivos à liberação de recursos.	Não houve desdobramento. Atraso na execução devido ao contingenciamento de recursos do Governo Federal.	Atrasada
35155634	Vitória	ES	Obras de Contenção de Encostas em Vitória	01/09/2015	2.331.239,78	0,00	2.331.239,78	Monitoramento junto ao tomador do recurso	Não houve desdobramento. Contrato sofreu reprogramação e nova licitação será realizada, tendo em vista a	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
									rescisão com as empresas anteriores.	
19641973	ASMOPAV	PA	REGULARIZACAO FUNDIARIA SUSTENTAVEL ASSENTAMENTOS INFORMAIS	31/12/2009	97.500,00	975,00	98.475,00	SNAPU solicitou informações do andamento da TCE.	TCE encontra-se em andamento normal, e tem havido dificuldades de localizar os dirigentes do proponente responsáveis pelo contrato. GIGOV aguarda manifestação da CAIXA/GENEF para continuidade da TCE.	Paralisada
19641536	MUNICIPIO DE Nova Lima - MG	MG	ATIVIDADES JURIDICAS E ADMINISTRATIVAS DE REGULARIZACAO FUNDIARIA EM NOVA LIMA/MG	30/06/2015	165.750,00	247.321,80	413.071,80	SNAPU solicitou providências para continuidade do contrato	Contrato encontra-se em situação normal e continuidade das atividades.	Atrasada
24158222	INSTITUTO SABARENSE	MG	Atividades específicas de regularização fundiária	30/08/2015	98.200,00	0,00	99.182,00	SNAPU solicitou providências para continuidade do contrato.	GIGOV-BH analisará produtos entregues pelo proponente. Atividades do contrato encontram-se em	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
									andamento normal.	
24160715	PM Sabará	MG	Plano municipal de regularização fundiária sustentável	30/06/2015	95.233,00	19.046,60	114.279,60	SNAPU solicitou providências visando continuidade do contrato.	GIGOV-BH realizou diálogos com tomador visando concluir contrato. Tomador informou à GIGOV-BH que o contrato com empresa prestadora dos serviços foi cancelado e que realizará nova licitação para contratar empresa, e possibilitar continuidade das atividades.	Atrasada
16902101	PLANEFOR	CE	APOIO A PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO O FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM AREAS URBANAS	30/11/2006	120.000,00	6.000,00	126.000,00	TCE encontra-se em andamento normal, e encontra dificuldades de localizar os dirigentes do proponente responsáveis pelo contrato. SNAPU solicitou continuidade do processo de TCE.	GIGOV aguarda manifestação da CAIXA/GENEF para continuidade da TCE.	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
17458182	HABITAFOR	CE	ATIVIDADES JURIDICAS E ADMINISTRATIVAS	30/04/2015	487.500,00	36.562,50	524.062,50	SNAPU solicitou informações sobre andamento das atividades do contrato.	Efetivada repactuação do contrato com redução de meta e aprovação do MCidades. Tomador iniciou novo processo licitatório e GIGOV aguarda conclusão do mesmo.	Paralisada
20072812	HABITAFOR	CE	ATIVIDADES JURIDICAS E ADMINISTRATIVAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	30/12/2014	242.531,25	94.778,75	337.310,00	SNAPU solicitou informações sobre andamento das atividades do contrato.	Efetivada repactuação do contrato com redução de meta e aprovação do MCidades. Tomador iniciou novo processo licitatório e GIGOV aguarda conclusão do mesmo.	Paralisada
24157530	HABITAFOR	CE	ATIVIDADES JURIDICAS E ADMINISTRATIVAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	30/12/2014	266.124,50	19.959,34	286.083,84	SNAPU solicitou informações sobre andamento das atividades do contrato.	Efetivada repactuação do contrato com redução de meta e aprovação do MCidades. Tomador iniciou novo processo licitatório e GIGOV aguarda conclusão do mesmo.	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
28110698	Estado de Goiás	GO	ELABORACAO PLANO REGULARIZACAO FUNDIARIA SUSTENTAVEL	28/02/2015	592.000,00	65.777,78	657.777,78	A GIGOV-Goiânia realizará análise final dos produtos entregues pelo proponente o que ensejará o encerramento do contrato.	Contrato encontra-se em situação normal e se encerrará após conclusão da análise de produtos.	Paralisada
18583366	EMCASA (Prefeitura de Juiz de Fora)	MG	APOIO A REG FUND SUST DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM AREAS URBANAS	31/12/2015	136.500,00	44.244,85	180.744,85	SNAPU solicitou providências à GIGOV-JF e foi informada que proponente tem dificuldades de concluir o objeto integralmente com entrega de títulos registrados nos assentamentos previstos.	Proponente obteve registro de 3 dos 9 parcelamentos. GIGOV-JF atuará junto ao proponente para avaliar situação visando conclusão do contrato.	Paralisada
19641421	PM Juiz de Fora	MG	ATIVIDADES JURIDICAS E ADMINISTRATIVAS DE REGULARIZACAO FUNDIARIA	31/03/2015	243.750,00	72.540,10	316.290,10	SNAPU solicitou providências à GIGOV-JF e foi informada que proponente tem dificuldades de concluir o objeto integralmente com entrega de títulos registrados nos assentamentos previstos.	Proponente concluiu aprovação de 6 parcelamentos. GIGOV - Juiz de Fora atuará junto ao proponente para avaliar situação visando conclusão do contrato.	Atrasada
19642332	PM Campina Grande	PB	ELABORACAO DO PLANO MUNICIPAL DE REGULARIZACAO FUNDIARIA	17/12/2013	97.500,00	4.785,00	102.375,00	SNAPU solicitou providências.	Contrato foi rescindido por solicitação do tomador mediante	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
									procedimentos de acordo com a rotina normatizada.	
24160829	PM Joao Pessoa	PB	Atividades específicas de regularização fundiária	05/11/2013	227.059,00	11.352,95	238.411,95	SNAPU solicitou providências.	Contrato foi rescindido por solicitação do tomador mediante procedimentos de acordo com a rotina normatizada.	Paralisada
31541797	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR E SANEAMENTO - AL	AL	PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA ATRAVES DA AQUISIÇÃO DO TITULO DE POSSENAS REGIOES DE BOM JESUS DOS NAVEGANTES	31/01/2015	250.000,00	25.300,00	25.300,00	SNAPU solicitou esclarecimentos sobre próximos atos da GIGOV.	GIGOV atuará visando devolução ao Tesouro Nacional dos recursos financeiros liberados.	Atrasada
24161280	PM Mossoró	RN	ATIVIDADES ESPECIFICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ	20/02/2015	98.200,00	11.800,00	110.000,00	SNAPU solicitou providências para continuidade do contrato. GIGOV-Natal informou à SNAPU que realizará análise de produtos entregues o que ensejará encerramento do contrato	SNAPU foi informada que GIGOV-Natal aguarda documentação de prestação de contas final.	Atrasada
31517131	MUNICIPIO DE São Vicente - RN	RN	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE 600 IMOVEIS URBANOS, NOS	10/06/2015	292.500,00	7.500,00	300.000,00	SNAPU solicitou providências para continuidade do contrato.	Atividades do contrato encontram-se em andamento	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
			BAIRROS CENTRO, D JOSE AVELINO DANTAS E VEREADOR VICENTE ALVES						normal.	
17462050	PM São Leopoldo	RS	ATIVIDADES JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	30/12/2013	162.435,00	55.065,00	217.500,00	SNAPU solicitou informações sobre razões do distrato.	As condições do distrato do contrato podem ser fornecidas pela GIGOV-Porto Alegre mediante solicitação expressa da Matriz-CAIXA	Atrasada
24159802	PM Sapiranga	RS	Atividades específicas de regularização fundiária	30/12/2015	98.200,00	16.500,00	114.700,00	SNAPU solicitou providências para continuidade do contrato.	Contrato está em andamento normal e se encerrará após entrega comprovante sobre entrega de títulos com matrículas no registro imobiliário.	Atrasada
24160046	FUPAM	SP	Atividades específicas de regularização fundiária	30/12/2012	98.200,00	982,00	99.182,00	SNAPU solicitou informações sobre cancelamento do contrato.	As condições do cancelamento do contrato podem ser fornecidas pela GIGOV-SP mediante solicitação expressa da Matriz-CAIXA	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
27840881	Alvorada D'Oeste	RO	APOIO A PROJETOS DE REGULARIZACAO FUNDIARIA SUSTENTAVEL DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM ÁREAS URBANAS	30/04/2015	295.300,00	14.133,00	309.433,00	SNAPU solicitou informações sobre continuidade do contrato.	GIGOV-PV informou que foi solicitada documentação sobre prestação de contas final, e que diante de dificuldades para cumprimento da meta física originalmente prevista, é possível que a Prefeitura apresente solicitação formal à CAIXA que solicitará ao MCidades um posicionamento.	Atrasada
31327207	Município de Candeias do Jamari – RO	RO	Apoio a Regularização Fundiária através do Programa PAPEL PASSADO, e Urbanização com a pavimentação em ruas e avenidas	30/08/2015	493.100,00	10.070,00	503.170,00	SNAPU solicitou informações sobre andamento das atividades do contrato.	GIGOV-PV e tomador definiram providências visando encerramento do contrato. O tomador apresentará boletim de medição final.	Atrasada
16494891	PM Camaragibe	PE	APOIO A PROJETOS DE REGULARIZACAO FUNDIARIA SUSTENTAVEL	30/12/2014	100.000,00	12.137,55	112.137,55	SNAPU solicitou informações sobre o andamento da TCE. Em reunião com representantes do Município ficou	GIGOV-Recife adotou novas providências visando restaurar o processo de TCE uma vez	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
								acordado que seria apresentada proposta de redução de metas para encerramento do contrato	que a Prefeitura Municipal não atendeu às exigências do primeiro período do processo. O tomador comprometeu-se a apresentar documentação.	
17460237	PM Recife - PE	PE	PROMOVER A REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-FUNDIÁRIA DA ZEIS BRASÍLIA TEIMOSA	31/12/2014	682.500,00	51.187,50	733.687,50	SNAPU solicitou informações sobre situação do contrato.	GIGOV-Recife informou que o contrato foi cancelado em 02/09/2014 e houve devolução de recursos desembolsados.	Paralisada
19643462	PM Mesquita	RJ	APOIO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM ÁREAS URBANAS	24/07/2013	97.500,00	20.000,00	117.500,00	SNAPU solicitou informações sobre andamento da TCE.	GIGOV apresentou pedido para suspensão de TCE a fim de concluir o contrato. A Prefeitura não havia concluído o objeto mediante licitação das cartilhas e livros e sua distribuição. Proponente e GIGOV pactuaram que licitação será	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
									realizada com previsão para março/ 2015, o que ensejará conclusão do contrato.	
24159466	Cabo Frio	RJ	ATIVIDADES TECNICAS ADMINISTRATIVAS E JURIDICAS NECESSARIAS A EFETIVACAO DE REGULARIZACAO JURIDICO-PATRIMONIAL	30/09/2015	186.608,90	20.000,00	206.608,90	SNAPU solicitou informações sobre a TCE.	GIGOV-RJ informou que tomador poderá dar continuidade às atividades do contrato o que ensejará suspensão da TCE.	Atrasada
27485624	Estado do Rio de Janeiro	RJ	AÇÕES DE REGULARIZACAO FUNDIARIA EM AREAS LIMITROFES DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA NO ALTO DA BOA VISTA	30/04/2015	493.100,00	123.275,00	616.375,00	SNAPU solicitou informações sobre andamento do contrato.	Andamento normal das atividades.	Paralisada
24161626	PM Ribeirão Corrente	SP	ATIVIDADES ESPECÍFICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	28/06/2013	98.200,00	9.800,00	108.000,00	SNAPU solicitou informações sobre o distrato.	GIGOV-RP informou que as razões do distrato do contrato podem ser fornecidas mediante solicitação expressa da Matriz-CAIXA e que o tomador devolveu os recursos.	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
19266466	PM Diadema	SP	PROJETO DE REGULARIZACAO FUNDIARIA SUSTENTAVEL DE ASSENTAMENTOS	31/10/2015	487.500,00	121.720,00	609.220,00	SNAPU solicitou informações sobre andamento do contrato.	A GIGOV-SP analisará solicitação da Prefeitura visando recuperação de glosa que havia sido efetuada. Após, o contrato terá continuidade.	Atrasada
19476188	PM Diadema	SP	APOIO A PROJETOS DE REGULARIZACAO FUNDIARIA SUSTENTAVEL	31/10/2015	292.500,00	79.863,00	372.363,00	SNAPU solicitou informações sobre andamento do contrato.	A GIGOV-SP está analisando documentação visando um novo processo licitatório que contém alterações em relação ao escopo original.	Atrasada
19645528	PM Taboão da Serra	SP	URBANIZACAO REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTAMENTOS	30/11/2013	157.862,25	69.390,00	227.252,25	SNAPU solicitou informações sobre o distrato.	GIGOV informou que informações sobre razões do distrato podem ser fornecidas mediante solicitação expressa da Matriz-CAIXA	Paralisada
16497868	PM São Jose do Rio Preto	SP	APOIO TÉCNICO PARA DAR INÍCIO AO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	30/06/2009	50.000,00	10.000,00	60.000,00	SNAPU solicitou informações sobre o cancelamento do contrato.	GIGOV-SJRP informou que razões do cancelamento do contrato podem ser fornecidas	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
									mediante solicitação expressa da Matriz-CAIXA	
16498227	Estado do Piauí	PI	REGULARIZAÇÃ O FUNDIARIÁ URBANA	30/12/2015	100.000,00	10.000,00	110.000,00	SNAPU solicitou informações sobre andamento das atividades do contrato.	GIGOV - Teresina apresentou notificação para início de TCE por inexecução do contrato. Segundo a GIGOV-TE o tomador solicitará o distrato e efetuará devolução dos recursos.	Paralisada
17458309	PM Cariacica	ES	ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE REGULARIZACA O FUNDIARIA	30/11/2013	175.500,00	13.162,50	188.662,50	SNAPU solicitou informações sobre o distrato.	GIGOV-Vitória informou que as razões do distrato do contrato podem ser fornecidas mediante solicitação expressa da Matriz-CAIXA	Atrasada
19640406	PM Serra	ES	ELABORACAO DE PROJETO DE REGULARIZACA O FUNDIARIA SUSTENTAVEL	30/11/2013	185.250,00	71.531,36	256.781,36	SNAPU solicitou informações sobre andamento do contrato.	GIGOV-Vitória informou o cancelamento do contrato.	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
31518607	Rio do Pires	BA	ELABORACAO DO PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE RIO DO PIRES	05/09/2015	100.000,00	3.500,00	103.500,00	Acompanhamento no SICONV e no sistema da Caixa - SIRB Acompanhamento de Obras - do andamento do contrato. Enviado Ofício nº 000397/2014/GAB/SNAPU/MCIDADES em 18 de setembro de 2014 à Caixa. Caixa respondeu por meio do ofício nº 1936/2014/SN Transferências de Recursos Públicos em 10 de outubro de 2014, informando somente que o contrato estava vigente. Em 2015, foi enviado novo ofício para a Caixa Ofício nº 55/2015/GAB/SNAPU/MCIDADES que informou haver realizado uma reunião com o prefeito e a equipe responsável, visando a conclusão do objeto e encerramento do contrato	A prefeitura apresentou o Produto III revisado. Após análise da Caixa, verificou-se a necessidade de complementação da documentação (consolidação do produto III com inserção de mapas temáticos) para conclusão do objeto.	Atrasada
38800436	Timbó	SC	MINIMIZACAO DOS CONFLITOS INTERMODAIS E REABILITACAO	30/06/2015	245.850,00	21.500,90	267.350,90	Acompanhamento no SICONV e no sistema da Caixa - SIRB Acompanhamento de	Previsão entrega documentação pelo município abr/15. Análise	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
			URBANA					<p>Obras - do andamento do contrato. Enviado Ofício nº 000397/2014/GAB/S NAPU/MCIDADES em 18 de setembro de 2014 à Caixa. Caixa respondeu por meio do ofício nº 1936/2014/SN Transferências de Recursos Públicos em 10 de outubro de 2014, informando somente que o contrato estava vigente. Em consulta ao SICONV constatou-se que a Prestação de Contas está em análise pelo concedente. Em 2015, foi enviado novo ofício para a Caixa Ofício nº 55/2015/GAB/SNAP U/MCIDADES que informou que a obra está concluída e que o Município apresentará projeto "as built" para reprogramação e finalização/vistoria final/encerramento sistema</p>	<p>CAIXA mai/15.Vistoria final/pagto jul/15.</p>	

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
31054645	Abelardo Luz	SC	Elaboração do Plano Diretor Participativo	31/03/2016	100.000,00	6.000,00	106.000,00	<p>Acompanhamento no SICONV e no sistema da Caixa - SIRB</p> <p>Acompanhamento de Obras - do andamento do contrato. Enviado Ofício nº 000397/2014/GAB/SNAPU/MCIDADES em 18 de setembro de 2014 à Caixa. Caixa respondeu por meio do ofício nº 1936/2014/SN</p> <p>Transferências de Recursos Públicos em 10 de outubro de 2014, informando somente que o contrato estava vigente. Em consulta ao SIURB constatou-se que a pendência estava relacionada a não apresentação do Termo de Referência por parte do município. Em 2015, foi enviado novo ofício para a Caixa Ofício nº 55/2015/GAB/SNAPU/MCIDADES que informou que em 01/09/14 - Recebida documentação para análise</p>	<p>A Caixa informou que 31/03/2015 - Documentação em análise de Engenharia. Previsão do resultado da análise (15/04/2015).</p>	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
								Engenharia,29/10/14 - Enviado Ofício ao município com parecer Engenharia c/pendências,16/03/15 - Recebida documentação complementar p/análise Engenharia.		
38782654	PM Valinhos	SP	Acessibilidade - Rebaixamento de calçada	28/06/2015	250.795,00	21.808,26	272.603,26	Acompanhamento no SICONV em que constatou-se que já houve pagamento do recurso e no sistema da Caixa - SIRB Acompanhamento de Obras - do andamento do contrato. Em consulta ao SIURB constatou-se que a pendência era que o município não apresentou os documentos da licitação. Documentos de liquidação e pagamentos pendentes de aprovação pelo concedente. Em 2015, foi enviado novo ofício para a Caixa Ofício nº 55/2015/GAB/SNAP U/MCIDADES que informou que foi feito contato telefônico, reuniões quinzenais e	A Caixa informou que a prefeitura prometeu retomar até 20/03/15, devido lei para preservação e o mosaico português compreende esse patrimônio; foi reiterado a noticiar providências adotadas	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
								notificações por e-mail/ofício.		
17380678	PM Pacajus	CE	ELABORACAO DE PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO	30/10/2015	97.500,00	7.312,50	104.812,50	<p>Acompanhamento no SICONV e no sistema da Caixa - SIRB</p> <p>Acompanhamento de Obras - do andamento do contrato. Enviado Ofício nº 000397/2014/GAB/SNAPU/MCIDADES em 18 de setembro de 2014 à Caixa. Caixa respondeu por meio do ofício nº 1936/2014/SN</p> <p>Transferências de Recursos Públicos em 10 de outubro de 2014, informando somente que o contrato estava vigente. Em consulta ao SIURB constatou-se que foi enviada Notificação de TCE pela Caixa ao município. Em 2015, foi enviado novo ofício para a Caixa Ofício nº 55/2015/GAB/SNAPU/MCIDADES que informou que fez a Notificação de TCE</p>	<p>Segundo informações da CAIXA ainda não houve resultados concretos. Continuaremos monitorando e tomando as providências necessárias.</p>	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
28110584	Município de Goianira	GO	REGULAMENTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE PREVISTOS NOS PLANOS DIRETORES	30/04/2015	98.200,00	4.910,00	103.110,00	Acompanhamento no sistema da Caixa - SIRB Acompanhamento de Obras - do andamento do contrato. A documentação técnica não havia sido apresentada. Em 2015, foi enviado novo ofício para a Caixa Ofício nº 55/2015/GAB/SNAP U/MCIDADES que informou que fizeram reunião, Solicitaram retomada do contrato e novo cronograma por e-mail, Reiteraram 27/03/15, notificaram que o contrato vence 30/04/15 e só será prorrogado com apresentação de BM antes desta data. Último Desbloqueio em 11/12/2013.	Até o momento não houve manifestação do tomador.	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
17480037	PM Sape	PB	ELABORACAO DE PLANO DIRETOR	31/12/2015	117.000,00	8.775,00	125.775,00	Acompanhamento no SICONV e no sistema da Caixa - SIRB Acompanhamento de Obras - do andamento do contrato. Em 27/03/2014 o MCidades enviou o Ofício nº 142/2014/DAGMT/S NAPU/MCIDADES, solicitando verificar a retomada da obra e o envio de novos cronogramas - ou verificar a funcionalidade do objeto e posterior prestação de contas final. Não houve resposta da Caixa. Enviado Ofício nº 000397/2014/GAB/S NAPU/MCIDADES em 18 de setembro de 2014 à Caixa. Caixa respondeu por meio do ofício nº 1936/2014/SN Transferências de Recursos Públicos em 10 de outubro de 2014, informando somente que o contrato estava vigente. Em consulta ao SIURB constatou-	Prefeitura concluirá o Plano Diretor com recursos próprios.	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
								se que não foi apresentado boletim de medição, sem atendimento levando à prescrição dos restos a pagar. A Caixa enviou notificação de TCE. Em 2015, foi enviado novo ofício para a Caixa Ofício nº 55/2015/GAB/SNAP U/MCIDADES que informou que apesar da prescrição dos restos a pagar , a Prefeitura concluirá o Plano Diretor com recursos próprios.		

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
24730045	Maceió	AL	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Município	10/04/2015	9.888.600,00	494.430,00	10.383.030,00	Acompanhamento no SICONV e no sistema da Caixa - SIRB Acompanhamento de Obras - do andamento do contrato. Em consulta ao SIURB constatou-se que a pendência estava relacionada à prestação de contas parcial não apresentada. Em 2015, foi enviado novo ofício para a Caixa Ofício nº 55/2015/GAB/SNAP U/MCIDADES que informou que o contrato será finalizado por ateste de funcionalidade. Obra já teve ateste proferido.	A Caixa informou que está aguardando relatório final do TTS. Prefeitura garantiu que entregaria até o final do prazo de vigência do contrato.	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
39775401	Maricá	RJ	EXECUCAO DE OBRA DE REABILITACAO DA CASA DE CULTURA DE MARICA. 1a ETAPA.	01/08/2015	493.100,00	42.878,74	535.978,74	Acompanhamento no SICONV e no sistema da Caixa - SIRB Acompanhamento de Obras - do andamento do contrato. Em consulta ao SIURB constatou-se que as pendências estavam relacionadas a não apresentação da prestação de contas parcial. Em 2015, foi enviado novo ofício para a Caixa Ofício nº 55/2015/GAB/SNAP U/MCIDADES que informou que se trata de contrato em andamento concomitante com o CT 1002947, sendo 55,57% do objeto. Sem pendências de engenharia, 3ª medição em 26/01/15 e liberação em 29/01/15. Aguardando 4ª medição e PCP da 3ª liberação. GIGOV/NT irá cobrar a medição e a PCP.	A Caixa informou que a previsão de entrega da 4ª medição até 27/03, porém prazo não cumprido pela PM de Maricá.	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
10020414 6	Estrela do Norte	SP	REFORMA DA PRACA ERNESTO GENTIL (LADO A)	05/09/2015	292.500,00	66.302,51	358.802,50	Acompanhamento no SICONV e no sistema da Caixa - SIRB Acompanhamento de Obras - do andamento do contrato. Não havia justificativa do atraso da obra em nenhum sistema. Em 2015, foi enviado novo ofício para a Caixa Ofício nº 55/2015/GAB/SNAP U/MCIDADES que informou que a obra está em execução, tendo sido efetuados desbloqueios nos meses de 09/2014, 11/2014 e 02/2015, após solicitação do Tomador;	A Caixa informou que em que pese o atraso em relação ao cronograma inicial, o fiscal do tomador atestou evolução de obra considerável no período.	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
23001078	Rio de Janeiro	RJ	REQUALIFICAÇÃO DE IMOVEIS NO CENTRO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO COM CRIACAO DE 09 UNIDADES E RECUPERACAO DA VOLUMETRIA	31/12/2015	195.000,00	894.660,74	1.089.660,74	Acompanhamento no SICONV e no sistema da Caixa - SIRB Acompanhamento de Obras - do andamento do contrato. Em 25/04/2013, Obras/Serviços de engenharia concluídos, faltando apenas alguns procedimentos complementares junto à concessionária de serviços públicos, bem como a conclusão do TTS com previsão para 28/04/2013. Prazo do contrato de obras suspenso, conforme publicado no DOERJ 238, parte I de 28/12/12, fls. 65. Diante das questões orçamentárias que impediam o empenho financeiro, o contratado informou que estão sendo adotadas providências com vistas à regularização fundiária pelo ITERJ. Enviado Ofício nº 000397/2014/GAB/S NAPU/MCIDADES em 18 de setembro de 2014 à Caixa. Caixa	O 1º relatório da Regularização Fundiária foi entregue e está em análise pela CAIXA	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
								<p>respondeu por meio do ofício nº 1936/2014/SN Transferências de Recursos Públicos em 10 de outubro de 2014, informando somente que o contrato estava vigente. Em consulta ao SIURB constatou-se que as pendências estavam relacionadas a pendências nos projetos de arquitetura, sendo que a Caixa solicitou prorrogação da vigência para fazer a regularização fundiária no imóvel. Em 2015, foi enviado novo ofício para a Caixa Ofício nº 55/2015/GAB/SNAP U/MCIDADES que informou que a obra está concluída. Aguardando CADUNICO para liberação final do trabalho social. Contrato prorrogado até 31/12/2015 para conclusão da regularização fundiária.</p>		

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
10029641 7	PM Ipuã	SP	Obra de Infraestrutura Urbana	20/08/2015	245.850,00	19.604,63	265.454,63	Acompanhamento no SICONV e no sistema da Caixa - SIRB Acompanhamento de Obras - do andamento do contrato. Em consulta ao SIURB constatou-se que a pendência era porque o Ministério das Cidades não creditou o recurso na conta do contrato. Em 2015, foi enviado novo ofício para a Caixa Ofício nº 55/2015/GAB/SNAP U/MCIDADES que informou que o contrato está com evolução de Obra em 87,49% ultima medição / Desbloqueio realizado em 06/03/2015.	A Caixa informou que em 04/03/2015 a Prefeitura Municipal apresentou reprogramação contratual para compatibilização de metas, a presente reprogramação está sob análise.	Atrasada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
19379679	PM Esperantina	PI	ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR	01/04/2015	63.570,00	20.000,00	83.570,00	<p>Acompanhamento no SICONV e no sistema da Caixa - SIRB</p> <p>Acompanhamento de Obras - do andamento do contrato. Em 25/03/2014 o MCidades enviou o Ofício nº Ofício 134/2014/GAB/SNAP U/MCIDADES solicitando esclarecimentos em relação à paralisação do contrato, bem como as medidas tomadas pra sua regularização e atualização das informações nas bases de dados. Em 07/05/2014 a Caixa enviou o Ofício 0916/2014/GELEV/SUTRE/CAIXA informando que foi instaurada TCE em 15/05/2013 pela não execução total do objeto. A PM Esperantina apresentou novo processo licitatório foi considerado apto pela engenharia e está em análise do social. Enviado Ofício nº 000397/2014/GAB/S</p>	<p>A Caixa informou que o tomador informou que devolverá o saldo já pago e que encerrará o contrato de repasse.</p>	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
								<p>NAPU/MCIDADES em 18 de setembro de 2014 à Caixa. Caixa respondeu por meio do ofício nº 1936/2014/SN Transferências de Recursos Públicos em 10 de outubro de 2014, informando somente que o contrato estava vigente. Não há outras informações. Em 2015, foi enviado novo ofício para a Caixa Ofício nº 55/2015/GAB/SNAP U/MCIDADES que informou que foi feita reunião sobre contrato com representante do tomador, informando a situação de Tomada de contas. Foi informado o valor corrigido para devolução.</p>		

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
19642552	PM Camaragibe	PE	REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	31/07/2013	78.000,00	6.000,00	84.000,00	Em 25/04/2013, o MCidades entrou em contato com a prefeitura que não quis dar informações porque o contrato é da Caixa e não do Ministério das Cidades. Caso tivéssemos interesse deveríamos mandar um e-mail.	Em contato com a Caixa, esta informou que os produtos 1 e 2 foram aprovados, mas que a solicitação de uma ART não foi cumprida e que o contrato está paralisado.	Paralisada
28128560	PM Rio Branco	AC	ELABORAÇÃO DE PLANOS DE REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	31/03/2013	148.433,50	7.850,00	156.283,50	O MCidades entrou em contato com a prefeitura em 25/04/2013 que informou que a execução do objeto estava com muitos problemas no contrato que levaram a prefeitura a solicitar a rescisão do contrato	Em contato com a prefeitura na data de 25/04/2013, esta informou que já haviam feito a devolução dos recursos	Paralisada

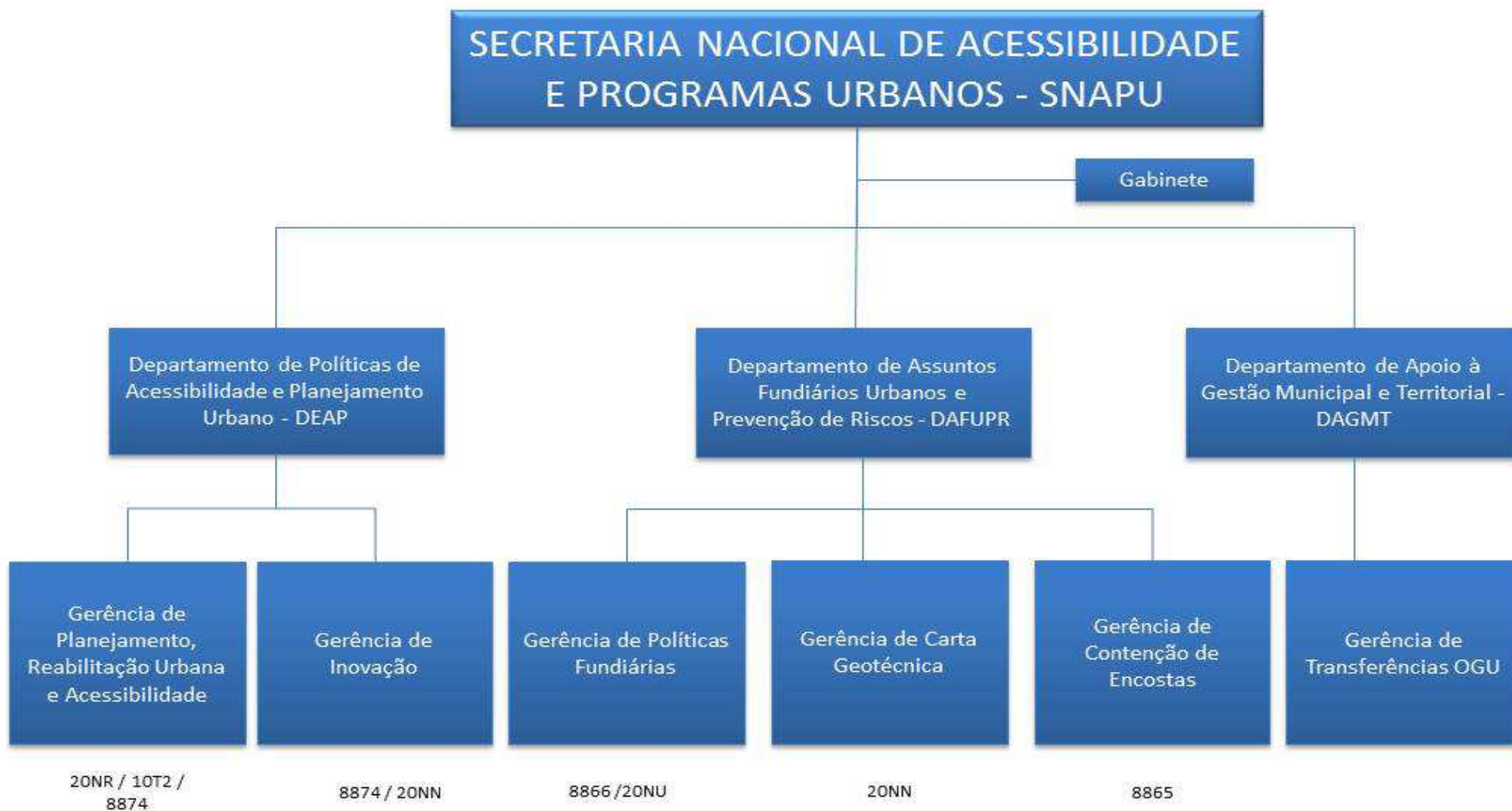
Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
31054978	Santana	AP	REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE SANTANA-AP	30/06/2016	200.000,00	10.526,32	210.526,32	O município solicitou reprogramação à Caixa por meio do Ofício 289/2014. Em 08/08/2014 - CAIXA Ofício 472/2014 - Solicita ajustes na reprogramação. Em 03/03/2015 Santana encaminha reprogramação e em 24/03/2015 documentação complementar entregue. Ainda há pendências. Em 27/03/2015 130/2015 - Ofício 130/2015 CAIXA comunica recebimento de Check list e solicita pendências de análise. Atualmente as únicas pendências para a nova licitação são ajustes na pequenos ajustes na planilha orçamentária que podem concluir em 15 dias.	Aguardando resolução das pendências documentais por parte do município e a consequente licitação.	Paralisada
19332133	Maceió	AL	REABILITAÇÃO DE ÁREA URBANA CENTRAL E ELABORAÇÃO DE PLANO DE REABILITAÇÃO	30/05/2015	162.499,35	12.187,45	174.686,80	Caixa informou que há pendências de engenharia no SIURB.	Reprogramação em análise	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
			URBANA							
19263949	São Luís	MA	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS E ESPAÇOS DE RISCO PÚBLICO EM ÁREAS CENTRAIS.	29/05/2015	649.997,40	79.002,60	729.000,00	Em contato telefônico feito pelo Ministério com a prefeitura, esta informou que o percentual de execução é de 79% e não o apresentado pela Caixa, que não teria atualizado a medição. No SIURB, a Caixa informou que não foi apresentada a documentação básica da Licitação pelo município, bem como as ARTs dos projetos		Atrasada
100353800	Pântano Grande	RS	COBERTURA DO CALÇADÃO E DO PALANQUE OFICIAL DA PRAÇA ERICO RAABE.	31/07/2015	253.762,00	5.000,00	258.762,00	Notificação de TCE pela Caixa		Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
17381474	PM Cururupu	MA	ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR	29/05/2015	82.257,82	6.169,33	88.427,15	Em 25/03/2014 o MCidades enviou o Ofício nº 133/2014/GAB/SNAP U/MCIDADES à Caixa. A gerência da Caixa em São Luís - MA, por meio do Ofício 0915/2014/GELEV/SUTRE/CAIXA de 07/05/2014, informou que desconhecia os motivos que levaram a paralisação do objeto do contrato e que notificou os dois últimos prefeitos em 2008 e em 2009 e nenhum deles apresentou manifestação ou qualquer informação referente à contratação.	Notificação de TCE pela Caixa	Paralisada
17381589	PM Rosário	MA	ELABORACAO DE PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO	29/05/2015	82.057,95	6.154,35	88.212,30	Em 27/03/2014 o MCidades enviou o Ofício nº 142/2014/DAGMT/SNAPU/MCIDADES, solicitando verificar a retomada da obra e o envio de novos cronogramas - ou verificar a funcionalidade do objeto e posterior	Apesar da prescrição dos restos a pagar , a Prefeitura concluirá o Plano Diretor com recursos próprios.	Paralisada

Nº Contrato	Proponente	UF	Objeto	Data da Vigência	Valor do Repasse (R\$)	Valor da Contrapartida (R\$)	Valor do Investimento (R\$)	Providências adotadas	Resultados advindos dessas providências	Posição do contrato até 31/dez/2014
								prestação de contas final. Não houve resposta da Caixa. Enviado Ofício nº 000397/2014/GAB/S NAPU/MCIDADES em 18 de setembro de 2014 à Caixa. Caixa respondeu por meio do ofício nº 1936/2014/SN Transferências de Recursos Públicos em 10 de outubro de 2014, informando somente que o contrato estava vigente. Em consulta ao SIURB constatou-se que não foi apresentado boletim de medição, sem atendimento levando à prescrição dos restos a pagar. A Caixa enviou notificação de TCE.		
17480037	PM Sape	PB	ELABORACAO DE PLANO DIRETOR	31/12/2015	117.000,00	8.775,00	125.775,00	30/07/2012 - ENC CE 9326 COM AS PENDENCIAS E SOLICITANDO PROVIDENCIAS.		Paralisada

ANEXO II – ORGANOGRAMA FUNCIONAL



ANEXO III – INFORMAÇÕES RELEVANTES ACERCA DO PREENCHIMENTO E ENVIO DO RELATÓRIO DE GESTÃO (DNs TCU nº 134/2013, nº 139/2014, nº 140/2014, nº 143/2015, Portaria TCU nº 90/2014 e o sistema e-Contas)

A UJ, quando da elaboração do conteúdo do Relatório de Gestão se baseou nas orientações dos normativos do TCU, todavia, quando da preparação para o envio deste conteúdo pelo Sistema identificou incompatibilidade entre as informações solicitadas nos normativos e os campos a serem preenchidos no e-Contas.

Uma vez detectada tal incompatibilidade, a UJ optou por manter o conteúdo desenvolvido a partir das orientações contantes nos normativos, separando-o de acordo com os itens do Sistema e-Contas.